

JOÃO CARLOS BARROZO

EXPLORAÇÃO E ESCRAVIDÃO
NAS AGROPECUÁRIAS DA AMAZÔNIA
MATO GROSSENSE

Dissertação apresentada
como exigência parcial
para obtenção do grau de
Mestre em Sociologia à
Comissão Julgadora da
Unicamp, sob a orientação
da Professora Doutora
Maria de Nazaré Baudel
Wanderley.

Campinas, 1992

*Este exemplar
é responsável pela redação
final da dissertação
defendida e aprovada
pela comissão julgadora
em 16/06/92*

Wanderley

ORIENTADORA

PROFESSORA DOUTORA MARIA DE NAZARÉ BAUDEL WANDELEY

'A LUZINETE, minha espôsa,
à DANIELA e ao FABRICIO, meus
filhos,
dedico este trabalho.

AGRADECIMENTOS.

Meus agradecimentos a todos os que colaboraram para realizar este trabalho. À Universidade Federal de Mato Grosso que me proporcionou a oportunidade de me qualificar . 'A CAPES que me concedeu a bolsa para realizar o curso e a pesquisa, e aos colegas da equipe de Sociologia, que assumiram os encargos didáticos durante o período em que estive fora. Ao Eudson que me pôs em contato com a Unicamp, e com quem discuti o projeto inicial. Aos colegas do antigo Grupo de Estudos Rurais, onde tive a oportunidade de expor o primeiro esboço ainda bruto do meu trabalho, e de quem recebi valiosas contribuições. Aos colegas do NERU, com os quais construí, dentro da Universidade, um espaço propício ao estudo e à pesquisa, agradeço pelo estímulo e emulação para o trabalho, e pela colaboração que me deram. Sem excluir ninguém, agradeço particularmente à Suely, à Marinete, ao Oreste e ao Carlos. Ao Tarso, a quem fui pedir para me dar uma opinião sobre o trabalho, e me deu um "empurrão", contribuindo significativamente com sua experiência, e me incentivando a prosseguir no trabalho. Ao pessoal da C.P.I. de Cuiabá que me permitiu consultar seus arquivos, e sempre que preciso colaborou comigo.

'A Luzinete, minha esposa, à Daniela e Fabrício, meus filhos, que suportaram minha ausência em casa , e a quem impus muitos sacrifícios e renúncias, meu muito obrigado.

Aos peões que me deram informações e depoimentos, sem os quais não teria condições de realizar esta dissertação, a qual foi feita não apenas por curiosidade acadêmica, mas com o objetivo de mostrar um pouco desta realidade ainda tão cruel, denunciando as condições a que são submetidos estes trabalhadores nos fundos da Amazônia.

À minha orientadora, Professora Dra. Maria de Nazaré Baudel Wanderley, que com competência e paciência, me orientou, valorizando o meu esforço.

A todos, o meu muito obrigado.

RÉSUMÉ.

La politique officielle d'occupation des "espaces vides" de l'Amazonie brésilienne a attiré les gros entrepreneurs vers cette région. De grandes aires se virent appropriées par des entreprises d'autres secteurs, surtout financier et industriel. Parmi elles certaines au capital agraire.

La plupart de ces grandes aires appropriées ont été laissées en attente d'une valorisation spéculative, donc, sans production.

Les entreprises qui utilisent ces aires productivement, y emploient des milliers de travailleurs temporaires, les "peões", dans la période initiale d'occupation, où de déboisement.

Ces travailleurs sont embauchés par l'intermédiaire, le "gato", qui les trouvent dans des villages lointains, et dans les petits pensions des villes.

Sans maison et sans argent, le "peão" se loge à l'hôtel. Après quelques jours sa dette envers l'hôtel augmente. Le "gato" le libère, en payant sa dette. En réalité ce n'est qu'un transfert de dette. Il est surveillé et retenu.

Les "gatos" utilisent des mécanismes d'exploitation qui leur permettent de développer des formes de relations sociales de production qui ne sont pas spécifiquement capitalistes.

Les conditions de travail sont précaires. La journée de travail est plus large. La rémunération est par production, c'est à forfait.

Le travailleur qui vit dans cette situation, n'est pas un travailleur libre, vu qu'il n'a pas la liberté de vendre librement sa force de travail où et quand il veut. Il ne vend pas sa force de travail, mais c'est lui qui devient une marchandise. Ces travailleurs vivent dans une situation d'esclavage.

Parodiant Morus, dans l'Amazonie, le "sang des "peões" engraisse les élevages des gros entrepreneurs."

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	05
CAP. I. A OCUPAÇÃO DE MATO GROSSO.....	17
1. A Ocupação Inicial.....	18
2. A Ocupação Recente: Planejamento e Integração....	20
2.1. A Empresa Agropecuária.....	28
2.2. A Empresa Colonizadora.....	34
CAP. II. OS HOMENS SEM TERRA NA TERRA SEM HOMENS.....	44
1. A Terra sem Homens: Terra de Negócio X Terra de Trabalho.....	45
2. Os Homens sem Terra: As categorias de peões.....	53
2.1. O Peão Morador.....	53
2.2. O Peão do Trecho.....	56
3. Origem do Peão.....	57
CAP. III. A MERCADORIA É O HOMEM.....	61
1. Os Trabalhadores Rurais Assalariados em outras regiões.....	62
2. O "volante" das agropecuárias de Mato Grosso: O "Peão".....	67
3. A Pensão.....	73
4. O Recrutamento dos Peões.....	77
4.1. O "abono" ou a "compra de peões".....	80
5. A Viagem: da cidade à agropecuária.....	84
CAP. IV. A DEGRADAÇÃO DO TRABALHO.....	90
1. Relações Sociais de Produção.....	91
1.1. Peões e Empresa Agropecuária.....	92
1.2. Gatos e Empresa Agropecuária.....	95
2. O "Gato".....	97
3. O Peão e os Direitos Trabalhistas.....	104
4. O Trabalho na Agropecuária.....	107
4.1. O Processo de Trabalho.....	110
4.2. Instrumentos de Trabalho.....	113
4.3. A Jornada de Trabalho.....	115
4.4. A Alimentação.....	117
CAP. V. A DEGRADAÇÃO DA VIDA.....	121
CONCLUSÃO.....	142
BIBLIOGRAFIA.....	150
ANEXOS.....	158

APRESENTAÇÃO.

Pesso a voces que rezem por mim. Porque eu estou aqui preso na fazenda atrabalhando já pelo dicomer...Sim mãe nós estamos como escravos só está faltando as correntes e os cadeados...(Carta de um peão à sua mãe, entregue ao Min.da Justiça).

APRESENTAÇÃO.

Desde os primórdios da ocupação que a atração principal de Mato Grosso era o ouro. Os bandeirantes paulistas vinham em busca da riqueza fácil, atraídos pelo fascínio metal precioso. Arraiais e vilas nasciam e morriam dependendo da existência de ouro. Esta ocupação inicial, do ponto de vista de classe, era feita por senhores, que organizavam as "bandeiras", e os escravos, negros e índios, que eram a força de trabalho a serviço dos bandeirantes. (Cap.I)

Assim o arraial do Bom Jesus de Cuiabá surgiu, no século XVIII, e, em consequência da intensa atividade mineradora, teve os veios auríferos esgotados. A descoberta de ouro no vale do Guaporé fez com que surgisse e se desenvolvesse o arraial de Vila Bela da Santíssima Trindade, que se destacou tanto que veio a ser a capital da Província.

A decadência da atividade mineradora possibilitou a ocupação produtiva, sob o domínio do latifúndio, da pecuária extensiva e das usinas de açúcar.

Os bandeirantes do período colonial, e os atuais "pioneiros" vieram ambos para Mato Grosso atraídos pela possibilidade de enriquecimento. No período colonial o atrativo era o ouro. Hoje é a terra, não enquanto meio de produção, mas como reserva de valor, ou como meio de especular.

O governo intervém no processo de ocupação direcionando-o conforme os seus propósitos. As sesmarias doadas pelo governo aos "homens capazes de explorá-las" geraram a concentração fundiária, multiplicando os imensos latifúndios. Capacidade de explorar significava capital para investir, comprar escravos. Assim, desde o início, a ocupação foi seletiva. O acesso às terras foi fechado aos que não tinham capacidade financeira, os pobres, os despossuídos.

A "Lei de Terras" de 1850 dificultava o acesso à terra, que passaria a ser vendida por um "preço suficiente". A preocupação do

governo e dos fazendeiros era com o suprimento de mão de obra em substituição ao escravo que deixara de ser trazido da África, com a suspensão do tráfico negreiro. Como a população era relativamente escassa, no final do século dezenove o governo de Mato Grosso concedeu terras gratuitamente a quem quisesse nelas trabalhar. O objetivo era atrair pequenos produtores, que poderiam também trabalhar nas grandes propriedades.

Na década de 1950 o governo estadual distribuiu várias áreas de terra a companhias colonizadoras. A região mais procurada foi o sul, nas divisas com os estados de São Paulo e Paraná¹, onde várias companhias colonizadoras privadas venderam lotes a pequenos produtores do sul do Brasil. Muitos destes projetos se desenvolveram e hoje os antigos núcleos são sedes de cidades e municípios.

Muitos fracassaram. Inclusive a Colônia Agrícola Federal de Dourados, que mais serviu à propaganda do governo federal, que aos agricultores aos quais ela se destinava. (Cap.I)

Na década de sessenta os objetivos propostos pelo governo federal para ocupar o "vazio demográfico" da Amazônia foram retomados. Esta nova "marcha para o oeste" foi retomada por Juscelino Kubitchek, que fez Brasília, e as grandes rodovias interregionais. Depois vieram as rodovias da Amazônia, já na década de setenta.

Neste período a concessão de incentivos fiscais e crédito barato oferecidos pelo governo federal para a Amazônia, exerceram, como o ouro no período colonial, verdadeiro fascínio sobre os empresários capitalistas.

A SUDAM é o organismo federal mais identificado com a ocupação e desenvolvimento recente da Amazônia via grande empresa. Identificado sobretudo com as agropecuárias, que se instalaram na Amazônia graças aos subsídios concedidos por esta Superintendência, e ao crédito farto e barato concedido pelo governo federal, uma vez

¹ Neste período o Estado de Mato Grosso ainda não havia sido dividido, se estendendo até a fronteira com o Paraguai.

aprovado o projeto pela SUDAM.

A ocupação recente da Amazônia se explica pela conjugação de vários fatores, entre os quais destacam-se a pressão sobre o latifúndio no Nordeste, os conflitos no sul do Brasil, e a consequente tensão social. A ideologia nacionalista, com o objetivo de ocupar as fronteiras do Brasil, para se opor à internacionalização da Amazônia, deu impulso a vários projetos de ocupação da região.

As vantagens oferecidas pelo governo, somadas ao preço baixo das terras, e às riquezas minerais, madeireiras, e à possibilidade de valorização futura das terras, foram motivos suficientes para despertar o interesse dos empresários.

As grandes empreiteiras tinham em vista as verbas do todo poderoso Ministério dos Transportes², que planejava construir grandes rodovias de "integração", interligando a Amazônia às demais regiões.

A partir dos anos sessenta o governo, inspirado na "doutrina de segurança nacional", formula a política de ocupação dos "espaços vazios", preocupado com a "segurança nacional" e com a "integração nacional". Começa uma nova corrida para a Amazônia.

Com esta política o governo estrategicamente procurava assegurar a integridade e a defesa do território nacional, e politicamente visava aliviar a tensão social no Nordeste e no Sul, através da transferência de agricultores destas regiões para a Amazônia.

O INCRA propôs-se a ocupar as margens das grandes rodovias que seriam construídas na região com colonos de origem nordestina. De acordo com o discurso do Presidente,³ a colonização visava transferir "os homens sem terra, para a terra sem homens."

Após a implantação de algumas "agrovilas", nos primeiros anos

²Na época o Min. dos Transportes, nas mãos do Cel. Mário Andreazza, por duas vezes titulas desta pasta, dispunha de grande soma de recursos para "tocar obras".

³General Garrastazú Médica, em discurso proferido no Nordeste em 1970, quando anunciou a construção da rodovia Transamazônica.

da década de setenta⁴, e depois do fracasso de vários projetos, o INCRA, em meados de 1973, mudou a orientação relativa à colonização.

Já em 1974, com a criação do POLAMAZÔNIA, se manifesta mais claramente a "aliança entre o Estado e a empresa capitalista". O INCRA mudou a legislação referente à distribuição de terras, abandonou a colonização a plano secundário, passando a fazer concessões de grandes áreas de terra às grandes empresas agropecuárias, colonizadoras, mineradoras e madeireiras. A colonização oficial não foi abandonada de todo, mas o governo abandonou o discurso da ocupação da Amazônia com pequenos agricultores.

Os organismos oficiais então criados (PIN, PROTERRA, SUDAM, POLAMAZONIA, POLONOROESTE), puseram à disposição dos empresários capitalistas vastas extensões de terras na região, assim como recursos financeiros fabulosos, sem a exigência de ocupar e desenvolver efetivamente a região.

Para a população regional e para os migrantes que chegavam de outras regiões, a política oficial de ocupação da Amazônia foi prejudicial e danosa. Isto porque a grande empresa que veio para a região, não só absorveu todos os recursos dos organismos governamentais, como se apropriou em pouco tempo de grande parte das terras, particularmente no estado de Mato Grosso.⁵

Estas terras apropriadas eram ocupadas por populações indígenas, caboclos, pequenos produtores tradicionais. O "vazio demográfico" era "terra de trabalho" destas populações. A "terra de negócio" se sobrepôs à "terra de trabalho". Houve disputas, conflitos, enfrentamentos, expropriação, mortes.

A expropriação gerou as correntes de migrantes, e o crescimento vertiginoso das cidades, e a sequela de problemas

⁴As primeiras agrovilas foram instaladas às margens da rodovia transamazônica, próximo a Altamira, no final de 1970 e começo de 1971.

⁵O IBGE mostra que as empresas com área acima de 10.000 ha., em 1960, tinham 38,2% da área total cadastrada no Estado de MT. Em 1980, as empresas deste extrato de área tinham 52,6% do total cadastrado.

consequentes deste crescimento urbano desordenado.

A ocupação recente do espaço agrário de Mato Grosso se dá num período de tempo relativamente curto,⁶ concentrando a maior parte das terras nas mãos de poucos grandes proprietários. As terras das grandes empresas permanecem, em sua maior parte, como reserva de valor. As empresas que ocupam a terra produtivamente transformam as matas em pastagem. A pecuária, "a pata do boi" avança sobre as lavouras dos caboclos, sobre a aldeia do índio, sobre as terras daqueles que nunca se preocuparam em fazer uma escritura da terra onde nasceram e viveram a vida toda.

O processo de ocupação fundiária na Amazônia e Centro Oeste, dirigido e planejado pelo governo federal, foi um processo de ocupação de áreas habitadas e ocupadas pelas populações locais. Neste sentido foi uma invasão, que não foi pacífica.

(...)quando se fala da expansão do capitalismo na Amazônia, seria necessário por de lado a imagem idílica que essa expressão sugere...Não se trata de uma romântica sujeição da natureza e do trabalho ao capital. Mesmo porque essa sujeição, sob outras formas, já existia há muito. É indispensável lembrar que esse processo é violento. Expansão do capitalismo significa reprodução ampliada do capital sem que o processo seja ao mesmo tempo um processo de reprodução ampliada das contradições do capitalismo...As contradições desse processo são nítidas na Amazônia Legal, expressas num grande número de conflitos relacionados com a posse da terra. Não pode o capital se expandir se não separar o trabalhador da terra em que trabalha, se não reduzir o trabalhador a proprietário unicamente da sua força de trabalho.

⁶ A partir de meados dos anos sessenta, até a década de oitenta, quando começou a arrefecer o movimento.

⁷ Martins, 1980, p. 141.

A disputa pela posse da terra, entre empresários de um lado e pequenos produtores de outro, quase sempre favorece ao primeiro. Índios, posseiros, pequenos proprietários são os mais prejudicados. Estas categorias não têm o apoio do Governo, enquanto que os grandes empresários têm dinheiro, apoio do Governo, e do aparelho jurídico e repressor. Podem contratar advogados, jagunços, corromper e intimidar.

O primeiro a ser expropriado é o índio; e o segundo é o posseiro. Os grandes negociantes de terras monopolizam a terra em escala crescente. Vencem índios, caboclos, sitiantes e posseiros, com base em seu poder econômico, pela burocracia ou pela violência.⁸

As terras da Amazônia, sem dono, muitas delas habitadas e ocupadas pela população "nativa", foram leiloadas pelo Governo Federal e pelos Governos Estaduais. Estas empresas ignoraram os ocupantes que viviam e trabalhavam nesta terra. A falta de documentação lhes tira o direito à posse da terra que ocupam.

Esta população expropriada nem sempre encontra trabalho, uma vez que estas empresas oferecem poucos empregos.

(...)na Amazônia essa contradição é agravada por outra. O processo de expropriação não visa fundamentalmente a proletarianização do posseiro na própria Amazônia. Dificilmente podem as grandes fazendas de gado absorver toda a população dos territórios que disputam.⁹

Em dez anos os grandes projetos agropecuários criaram em toda

⁸Ianni, 1979, p. 22.

⁹Martins, *op.cit.* p. 142.

a Amazônia menos de quarenta mil empregos. Pesquisadores do NAEA¹⁰ da Universidade Federal do Pará, concluíram que as empresas agropecuárias oferecem um emprego para cada setecentos e oitenta e oito hectares de terra. Esta taxa é muito baixa, mesmo considerando o baixo índice demográfico da Amazônia.

Parte da população expulsa do campo migra para as cidades. Crescem os bairros periféricos, onde há um enorme contingente de trabalhadores desempregados, e subempregados. Os empreiteiros de mão de obra, a serviço das fazendas, os "gatos", como são conhecidos regionalmente, são favorecidos por esta situação que facilita a arregimentação de trabalhadores para o serviço nas fazendas.

As fazendas de gado necessitam de muitos trabalhadores na fase inicial, para os serviços de desmatamento, feitiço de cercas e plantio do pasto. Os "gatos" vão à cidade recrutar os "peões", usando de artifícios para enganá-los, ou até a coerção física.

O serviço é por empreitada. O peão trabalha até o seu limite físico, na ilusão de que conseguirá um bom "saldo" no final da empreitada. O "gato" lhe subtrai quase tudo. Ao final de meses de serviço recebe uma quantia muito pequena como pagamento. Pode até acontecer que não lhe sobre nada, e pode até ficar devendo para o "gato".

Quem é o "peão"? Originários do Nordeste, do Sul, do Sudeste, ou do próprio estado de Mato Grosso, sua situação anterior é mais ou menos semelhante. Pequenos agricultores, agregados, posseiros, assalariados, que saíram de suas regiões de origem atrás de "uma melhora de vida". Um pedaço de terra, uma posse, um emprego.

Alguns ainda não estão proletarizados, vendendo sua força de trabalho apenas temporariamente para suplementar o rendimento familiar. É o "peão morador". Esta categoria de peão é mais frequente nos projetos de colonização, principalmente na fase inicial, quando o colono/parceleiro ainda não produz o suficiente para a subsistência e precisa recorrer a um trabalho acessório para

¹⁰Núcleo de Altos Estudos da Amazônia.

sobreviver. Se incluem nesta categoria os trabalhadores urbanos, sem qualificação, que têm família, uma casa ou barraco, e trabalham temporariamente como peões. Outros não têm mais os meios de produção, foram expropriados. Estes, quando não estão no mato trabalhando nas frentes de serviço, estão nas pensões na cidade, gastando o que ganharam no serviço de empreitada. Quando termina o dinheiro ficam à espera do "gato" para reiniciar um novo ciclo. Este é o "peão do trecho".

Os mecanismos de controle e retenção criados pelo "gato" criam a dependência e a submissão do trabalhador. O "peão" perde a liberdade de vender a sua força de trabalho livremente, principalmente em função da dívida, um dos "pontos nevrálgicos" na relação que se estabelece entre o "peão" e o "gato".

Na cidade, para onde o peão vai depois que termina a empreitada, ele continua sendo vítima da violência. A polícia, os donos de botecos e bares, dos prostíbulos, das pensões, todos formam uma cadeia de exploração contra o "peão". A sociedade como um todo o rejeita.

1. Objeto de Estudo.

Neste estudo pretendo mostrar a forma generalizada de exploração e violência a que são submetidos os "peões" das fazendas da Amazônia em geral, e de Mato Grosso em particular. Estes trabalhadores são considerados como assalariados, submetidos a relações de produção capitalistas, uma vez que trabalham em grandes empresas capitalistas, nacionais e multinacionais.

Estas empresas não provocaram a emergência de um proletariado, com relações de trabalho assalariadas, havendo, ao contrário a generalização de formas de exploração extremas, e da violência explícita contra o trabalhador das fazendas agropecuárias, o "peão". Esta exploração e violência, na forma e no grau em que se dão, são uma forma camuflada de escravidão.

Esta exploração e violência a que são submetidos os "peões", se dão em fazendas agropecuárias, as S.A., ou os "Projetos da

SUDAM", como são conhecidos, pertencentes a grandes grupos econômicos, que se apresentam como modernos, capitalistas. Contudo, as relações sociais de produção que se estabelecem no interior destas fazendas não podem ser caracterizadas como relações de assalariamento, de tipo capitalista.

Outra questão a considerar é que estas empresas, apesar da extrema violência e exploração contra os peões, apesar das constantes queixas e denúncias, dificilmente aparecem como responsáveis por esta violência, ficando os "gatos" como os únicos responsáveis.

2. Hipóteses:

1. A empresa capitalista que se instalou na Amazônia, em particular as agropecuárias, não provocou, ao expropriar os pequenos produtores, a emergência de uma classe trabalhadora assalariada no campo.

2. Os trabalhadores das fazendas, os "peões", utilizados na fase inicial de abertura das fazendas, são submetidos a condições de trabalho que considero uma forma de "escravidão camuflada".

3. Em consequência das relações sociais de produção que se estabelecem, o "peão do trecho" é submetido a relações sociais tais que levam a uma situação de degradação total do trabalho e da própria vida.

3. Metodologia.

O universo geográfico da Pesquisa abrange o Estado de Mato Grosso, especificamente a região norte. Contudo, como os peões vão para as fazendas na época dos desmatamento, e voltam depois para as cidades e vilas, até arranjar um novo serviço, optei por fazer a pesquisa com os peões nas cidades de Cuiabá e Várzea Grande.

A justificativa para fazê-la na cidade e não nas fazendas ou

frentes de serviço, se deve à dificuldade de penetrar nas mesmas para executar este tipo de trabalho. Caso o conseguisse, seria através da empresa agropecuária, tornando-me suspeito diante dos "peões."

Como os peões, após a empreitada vêm para a cidade, e as cidades de Cuiabá/Várzea Grande atraem um percentual alto desta categoria de trabalhadores, achei viável fazer a pesquisa nestas duas cidades.

Procurei-os nas numerosas pensões para peões, principalmente no bairro do Porto. Encontrei-os também nos locais onde estavam sendo arregimentados pelos "gatos". Nos botecos, em frente à rodoviária, no bairro do Porto, nas praças, no Centro de Triagem do Migrante, e até na casa de dois gatos que reuniam os trabalhadores em suas casas antes de viajar. Em todos estes lugares conversei com eles, e os entrevistei. Em muitos casos não pude fazer nem sequer o registro escrito, no momento da conversa, porque os gatos e fiscais estavam muito desconfiados e até nervosos. Por este motivo não fiz registros de gravações.

Como muitas situações se repetem, selecionei alguns casos, que refletem, a meu ver, o universo pesquisado. A pesquisa de campo foi realizada entre os anos de 1982 e 1987, nos períodos em que os peões vinham à cidade.

No primeiro momento, no final da década de setenta, e início de oitenta, acompanhei o processo de exploração e violência contra os peões através dos depoimentos e denúncias que eram publicados pela imprensa, e por algumas pessoas e ou entidades.

Posteriormente, a partir de arquivos de jornais de São Paulo e Cuiabá, fiz um levantamento para verificar os registros da imprensa a respeito.

A partir da constatação empírica preliminar, comecei a levantar a bibliografia para entender o que se passava neste processo de ocupação da Amazônia, e em particular de Mato Grosso, pela grande empresa agropecuária. Entender que tipo de empresa era esta, e principalmente entender porque uma empresa capitalista utiliza o "peão", estabelecendo formas de exploração, que a meu

ver não estavam sincronizadas com o que eu entendia como próprias da empresa capitalista.

Concomitantemente às leituras, busquei outras fontes de informação, tais como órgãos públicos¹¹, e instituições¹² que tinham alguma ligação com a problemática, ou pelos menos conhecimento da questão.

A pesquisa de campo com os peões foi realizada utilizando um questionário básico (Anexo), e conversas informais, onde eu seguia um roteiro, e depois anotava, se não literalmente, pelo menos o sentido e o conteúdo das informações. Fazia observações nos pontos de recrutamento, pensões e nos pontos de embarque. Optei por não gravar as entrevistas, porque tanto os peões faziam objeções e até se negavam a falar, como os gatos e fiscais não admitiam que se falasse com os trabalhadores, caso desconfiassem que a conversa estivesse sendo gravada.

Há pouco, com o trabalho já em fase final, consegui alguns documentos do Ministério Público de Rondônia, onde é denunciada a "escravidão" a que são submetidos os peões, comprovando casos de espancamentos e torturas. Para completar, tive acesso a alguns documentos, contratos e prestação de serviço e recibos, relativos a serviço de empreitada em grandes empresas agropecuárias. Os referidos documentos foram cedidos por uma filha de um gato conhecido em Mato Grosso, recentemente falecido.

¹¹Ministério do Trabalho, Fórum (Min. Justiça).

¹²Comissão Pastoral da Terra (CPT), CETREMI, FETAGRI.

I . A OCUPAÇÃO DE MATO GROSSO .

(...) como o Oriente longínquo, Cuiabá foi por algum tempo lugar de lendárias riquezas. Riquezas que se alcançavam à força de audácia e de heroísmo, não de trabalho vil...(Sérgio Buarque de Holanda)

I. A OCUPAÇÃO DE MATO GROSSO.

O objetivo desta unidade não é fazer uma investigação da História de Mato Grosso, mas simplesmente situar a problemática das relações de produção no interior das grandes agropecuárias, inserindo-a no contexto histórico de Mato Grosso.

1. A Ocupação Inicial.

Durante muito tempo as notícias das "minas de prata", e das montanhas de ouro, localizadas nos sertões de Mato Grosso e Goiás, aguçaram a cobiça dos mamelucos e portugueses residentes em São Paulo. A cobiça por riqueza e a necessidade de mão de obra para a lavoura, levaram os bandeirantes a se embrenhar pelos sertões onde foram procurar ouro e apresar índios.

A bandeira de Paschoal Moreira Cabral encontrou ouro nos arredores da atual cidade de Cuiabá, atraindo para a área muitos aventureiros, homens de posse, e muitos escravos, negros e índios. Os arraiais cresciam com as descobertas dos veios auríferos, e declinavam com o seu esgotamento. Os bandeirantes se embrenhavam pelo sertão, descobriam novas minas, ocupando assim novos territórios para a coroa portuguesa.

A abundância de terras possibilitou a constituição de imensos latifúndios onde se desenvolveu a pecuária extensiva. A pecuária em Mato Grosso, era uma atividade complementar à mineração.

Aos poucos a agricultura foi se desenvolvendo, destacando-se as culturas de subsistência e a cultura da cana de açúcar.

A força de trabalho era constituída por escravos, índios e negros. Os paulistas eram os senhores das minas, dos engenhos e dos campos.

A população indígena era numerosa tanto na região do Pantanal, como nos campos de cerrado, e na região norte, coberta de floresta tropical. A resistência de muitos povos indígenas à invasão de seu território, provocou o confronto, e, em consequência o extermínio dos mesmos, seja pela escravização, seja pela eliminação física nos

confrontos que ocorreram.

No final da década de 30 ¹ o Governo de Vargas assumiu o desafio da "redenção dos sertões" e da "revalorização da Amazônia". Este empreendimento foi encarado por Vargas como uma "cruzada nova para a qual convocou as energias nacionais." ²

A proposta da "Marcha para o Oeste" era de instalar "pontos avançados de colonização" dirigidos pelo Estado.

Vargas formulou diretrizes, administrativamente centralizadas, inspiradas na ótica nacionalista, com o objetivo de ocupar os "espaços vazios" do Oeste e Amazônia, para criar no "novo espaço" a "nova ordem social". Na sua visão, as fronteiras econômicas deveriam coincidir com as fronteiras políticas.³

As Colônias Agrícolas Nacionais eram "a menina dos olhos da política de colonização do Estado Novo ". Dourados foi uma das Colônias mais importantes, embora só tenha sido implantada depois da queda de Vargas.

Pensadas como "autarquias", as Colônias Agrícolas deveriam garantir o autoconsumo, produzir para o mercado nacional, e possibilitar a instalação de indústrias de transformação. A colônia seria um núcleo de irradiação, um polo de desenvolvimento que influiria sobre as áreas vizinhas.

A Colônia Agrícola de Dourados " funcionou apenas simbolicamente, e sobre ela a propaganda do Estado Novo operou sem cessar, apresentando-a como colônia-modelo..." ⁴

A área da Colônia de Dourados, depois de alguns anos, foi reocupada por grandes proprietários, e os colonos migraram para outras regiões, ou então se transformaram em vendedores de força de trabalho.

A concentração de grandes propriedades estrangeiras na

¹ Lenharo, 1985:24 e segtes.

² Idem p. 46

³ Idem p. 47.

⁴ Idem, ibidem p. 56.

fronteira de Mato Grosso, "era motivo de preocupação para o governo que, por este motivo projetou instalar pequenos proprietários na faixa de fronteira, para garantir a "segurança nacional." ⁵

Desde o início do século uma nova frente mineradora, constituída predominantemente por nordestinos, os "baianos", marchava em direção a Mato Grosso. Vieram por Goiás, abrindo "corrutelas"⁶ ao longo dos rios Araguaia, Garças, Itiquira, Vermelho. Ao longo desta trilha foram surgindo os núcleos que seriam conhecidos mais tarde com os nomes de Barra do Garças, Torixoréu, Alto Araguaia....Poxoréu.

Na década de 1940 esta frente se deslocou mais para o noroeste, atingindo as cabeceiras do rio Paraguai e seus afluentes, fundando os garimpos de Alto Paraguai, Nortelândia, Arenápolis, Maria Joana, Afonso.

Para ocupar os " espaços vazios" do leste de Mato Grosso, Vargas criou a Fundação Brasil Central, que ao se instalar na região de Xavantina e Barra do Garças, esbarrou em milhares de garimpeiros que ocupavam o vale do Araguaia, do Garças e do Itiquira.

A F.B.C. encontrou o garimpo "socialmente estruturado". Barra do Garças era "um povoado com uma centena de palhoças", enquanto que o garimpo ocupava "trinta mil garimpeiros..." ⁷

2. A Ocupação Recente: Planejamento e Integração.

Nesta segunda parte pretendo entender o que aconteceu mais recentemente em Mato Grosso, sob o ponto de vista da ocupação fundiária. Como o objeto de estudo desta dissertação se insere neste contexto mais recente, me detenho um pouco mais neste período.

⁵ Lenharo, *op.cit.* p. 46.

⁶ "corrutela", denominação dada aos núcleos que se desenvolvem em torno dos garimpos, na fase inicial.

⁷ Lenharo, *op.cit.* p. 74.

Desde a abolição da escravatura que Mato Grosso se defrontava com escassez de força de trabalho. No final do século XIX e início do século XX, o governo do estado criou leis concedendo terras a agricultores nacionais e estrangeiros.

A construção da Estrada de Ferro Noroeste, ligando Baurú, em São Paulo, a Corumbá, em Mato Grosso, possibilitou uma maior integração econômica do Estado.

O governo Vargas propôs a interiorização, ocupando o Centro Oeste e a Amazônia. Em 1946 foi criado o Plano de Valorização Econômica da Amazônia (P.V.E.A.), que depois se transformou em Superintendência (S.P.V.E.A.), a qual tinha a função de coordenar as atividades de todos os órgãos que atuassem na região amazônica.

O Governo do Estado de Mato Grosso criou, em 1946, o Departamento de Terras, objetivando vender terras devolutas e sistematizar a colonização.

Contudo, a compra de grandes áreas por empresários, com fins especulativos, não contribuiu para expandir a área agrícola e pecuária, uma vez que grande parte destas áreas ficou como "reserva de valor".

Na década de cinquenta o governo do estado ofereceu terras às companhias de colonização para povoar o estado. A maior parte destes projetos de colonização privada ocupou áreas no sul do Estado⁸, nas fronteiras com São Paulo, Paraná e Paraguai.

Rivière D'Arc refere-se à política de terras do governo de Mato Grosso na década de 50:

...Il conduisit le gouvernement local a développer la politique de vente de terres "devolutas"... C'est alors qu'apparaissent les premiers projets de colonization de la part des pouvoirs publics; l'objectif était de donner aux entreprises privées un million d'hectares en lots de 50.000, situés dans différentes parties du territoire, à condition que chaque entreprise installe au moins cinq cents familles d'immigrants. Le second lot

⁸ Na década de 50 o Estado de Mato Grosso ainda não havia sido dividido.

serait attribué lorsque les cinq cents premiers colons seraient fixés, ce que ferait 40.000 habitants par société.⁹

A política de terras do Estado de Mato Grosso, concedendo grandes áreas de terra para colonização, atraiu para o Estado os empresários de terra, ou os "novos bandeirantes", sobretudo paulistas. Rivière D'Arc descreve um deles:

...Il parti de peu de choses, il achetait , en 1955, plus d'un million d'hectares dans le Municipe de Barra do Garças, qu'il revendait par la suite à des groupes auquel il s'associa provisoirement....On le trouve en 1968, propriétaire de plusieurs lots de centaines de milliers d'hectares à Diamantino, dont la publicité pour la mise en vente passe dans le journaux de S.Paulo. Il est maintenant à Aripuanã...où il vient d'acheter 400.000 hectares à la Companhia de Développement du Mato Grosso, pour créer cinq noyaux de colonization...¹⁰

Este empresário, um dos "novos bandeirantes", é , atualmente, um dos mais prósperos colonizadores do norte de Mato Grosso.

Coube a Juscelino Kubitschek transformar o discurso de interiorização em obras. Ao menos simbolicamente, talvez a obra mais importante neste sentido tenha sido a transferência da capital federal para o Planalto Central. A interligação rodoviária de Brasília com as capitais estaduais, principalmente a construção da rodovia Belém-Brasília, são marcos importantes desta política de interiorização.

Em 1966, já no governo militar, a S.P.V.E.A. foi extinta e,

⁹ Rivière D'Arc, 1971:279.

¹⁰ Idem p. 284

para substituí-la foi criada a SUDAM.¹¹

A SUDAM abrangia toda a "Amazônia Legal", que, pela Lei 5.173, extrapolava a Amazônia geográfica, incluindo em seus limites o oeste do Maranhão, o Norte de Goiás, e o Norte de Mato Grosso, acima do paralelo 16. Posteriormente, com a divisão do Estado de Mato Grosso, o estado remanescente, Mato Grosso, foi todo incluído na área de jurisdição da SUDAM.

Os incentivos fiscais, oferecidos para atrair os empresários, davam a possibilidade de:

1. Descontar do Imposto de Renda devido até 75% do valor das obrigações do BASA que adquirisse; até 50% do valor do Imposto de Renda devido para investimento em projetos agrícolas, pecuários e industriais.

De acordo com a política econômica proposta, "dever-se-iam resguardar para a iniciativa privada as atividades econômicas rentáveis, ficando a parte de infra-estrutura, planejamento e pesquisa com o governo."¹²

O governo federal construiu, dentro deste plano, grandes obras de infra-estrutura na Amazônia¹³, embora saibamos, muitas destas obras serviram muito mais para fazer propaganda do governo, especialmente no período governado pelo General Garrastazú Médici.

Aos grandes empresários foi oferecido crédito abundante, principalmente para pecuária. Mato Grosso, como "porta de entrada" da Amazônia, "...ficou com a melhor cota de projetos agrícolas da SUDAM, com 65% do investimento total aprovado neste setor, principalmente empresas de criação de gado."¹⁴ (Anexo I).

Grandes empresários, colonos, colonizadores, aventureiros,

¹¹ A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia fez muito pouco em seus dez anos de existência. Sua substituta, foi criada em 27/10/1966, pela Lei 5.173 a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia surgiu com atribuições de "desenvolver" a região, com um banco oferecendo crédito, uma política de subsídios e incentivos fiscais.

¹² Cardoso e Müller, 1977:113.

¹³ Dentre as obras de maior envergadura estão as rodovias: a Transamazônica, a Cuiabá-P. Velho; Porto Velho- Manaus; Porto Velho-Rio Branco; Manaus - Boa Vista; Cuiabá - Santarém, e deu início à Perimetral Norte.

¹⁴ Goodman, op. cit. p. 322.

pequenos produtores, com ou sem terra, grileiros, todos vieram para Mato Grosso atraídos pela propaganda oficial para ocupar os "espaços vazios".

O discurso dos "espaços vazios", com visível conotação ideológica, é contestado por Martins:

...a Amazônia não é nenhum deserto a ser ocupado. A região amazônica já foi ocupada segundo os critérios e as circunstâncias em que a ocupação se deu. O que temos agora é a aplicação de um outro modelo de ocupação, que pretende anular e revogar os modelos anteriores. ...não estamos diante de um processo de ocupação da Amazônia; estamos, na verdade, diante de uma verdadeira invasão da Amazônia, em que os chamados pioneiros não raro se comportam como autênticos invasores, devastando, expulsando, violando direitos e princípios.¹⁵

Mato Grosso foi interligado, por rodovias, ao centro sul do Brasil, ficando mais acessível aos empresários e migrantes. Sobretudo a migração se tornou intensa, uma verdadeira corrida para o estado.

Diariamente, dezenas ou centenas de colonos, pequenos e médios fazendeiros, estão chegando com as famílias para se fixarem no norte de Mato Grosso; ...advogados, engenheiros, ...trabalhadores braçais, funcionários aposentados, gente com mais de sete e menos de setenta anos. Com anel de grau no dedo e calos nas mãos, têm o mesmo objetivo; derrubar selvas, cerrados para criar gado ou plantar café, arroz...e estão plantando cidades também. Alta Floresta, Sinop, Colider, Canarana..Cidades que deverão ser dentro de 15 anos as mais importantes do norte do estado, e seus nomes não constam nos mapas mais recentes.¹⁶

¹⁵ Martins, 1968 p.68

¹⁶ Ianni, 1979: 18

Na década de setenta foi criado o Programa de Integração Nacional (PIN), inspirado na filosofia de complementariedade regional. O PIN foi o patrocinador das grandes rodovias federais, assim como dos projetos oficiais de colonização na Amazônia. A obra mais espetacular, e que rendeu mais dividendos políticos ao governo federal foi a Transamazônica, anunciada e construída pelo General-Presidente Médice. As estradas, entre outras funções, levaria "os homens sem terra para a terra sem homens."

A expansão da fronteira na Amazônia pode ser explicada historicamente pela confluência de diferentes fatores, entre os quais:¹⁷

a) A pressão dos excedentes populacionais do Nordeste, que espontaneamente já avançavam nas fronteiras do Maranhão e Mato Grosso.

b) A procura de soluções pelo Governo para a tensão social do Nordeste, sem fazer reformas estruturais profundas.

c) A expansão das fronteiras e das rodovias desencadeada pela construção de Brasília e pela rodovia Belém-Brasília, concomitante à expansão da indústria nacional de caminhões.

d) A ação dos grupos dominantes da Amazônia, que procuravam viabilizar um novo processo de acumulação de capital a partir do apoio do Estado.

e) A ação das empreiteiras diante da possibilidade de lucro gerado pela construção da Transamazônica.

f) A necessidade de se opor à pressão do imperialismo que defendia a internacionalização da Amazônia.

g) A existência de importantes reservas minerais.

h) A ideologia do governo militar de integração nacional e de ocupação da fronteira.

A ocupação recente da Amazônia foi feita, "centrada no grande

¹⁷ Sandroni, 1980:115

capital, com apoio estatal."¹⁸ A imigração dos "sem terra", que na proposta do governo ocupariam lotes ao longo da Transamazônica, foi "rearticulada dentro de um movimento complementar e contraditório, em que o grande capital integra os imigrantes de forma direta ou indireta como força de trabalho."¹⁹

A análise do processo de ocupação da região, planejado pelo Governo Federal, mostra que na primeira fase, iniciada em 1970, foram levados alguns milhares de agricultores pobres para os projetos de colonização. Na segunda fase, em meados da década de setenta, o governo federal muda a orientação, dando à iniciativa privada a possibilidade de colonizar, mantendo os atrativos para a grande empresa dos diferentes setores do capital.

Assim como num passe de mágica, em pouco tempo ligam-se duas das principais pontas da mesma laçada. A construção da Transamazônica propiciara ao mesmo tempo a expansão capitalista na Amazônia e o deslocamento de trabalhadores rurais do Nordeste, tudo isso em nome da integração nacional, da segurança interna, ou da doutrina de segurança e desenvolvimento.²⁰

A intervenção do "Estado Autoritário" ²¹ preservou intactas as estruturas fundiária e sócio-política do Nordeste, beneficiando a acumulação capitalista, e dando margem à expansão extensiva do capitalismo na Amazônia.

O objetivo do PIN, explicitado nos discursos oficiais, era atenuar as desigualdades regionais, em especial do Nordeste e

¹⁸ *Idem p. 115.*

¹⁹ *Idem, ibidem p. 115.*

²⁰ *Ianni, 1979: 115.*

²¹ *Otávio G. Velho, 1978.*

Amazônia, motivo pelo qual a rodovia Transamazônica foi construída, e ao longo dela os Projetos de Colonização, cuja expressão mais visível são as Agrovilas.

O PIN²² visava

(...)expandir o mercado nacional, comandado pelo núcleo hegemônico industrial. Os investimentos maciços em infra-estrutura serviram aos propósitos de expansão do mercado industrial, secundado pelo fechamento da fronteira pelo capital monopolista.

O II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) deu ênfase aos "Polos de Desenvolvimento" regionais. Foram selecionados na Amazônia polos minerais, pecuários, agrícolas, madeireiros e industriais. O critério que orientava a escolha dos polos era a potencialidade, local e regional, visando a integração à economia nacional. Em Mato Grosso se instalaram grandes empresas, do setor industrial, comercial, turístico e agropecuário.²³

As empresas colonizadoras, privadas²⁴, conseguiram grandes áreas devolutas, dividindo-as em milhares de lotes, revendidos depois principalmente para colonos do sul do Brasil.

O "Estado Autoritário" direcionou a ocupação da Amazônia de acordo com os interesses do capital. Aos camponeses sem terra, e pequenos proprietários, acenou com a possibilidade do acesso à terra, oferecendo lotes nos projetos de colonização, sem lhes oferecer condições adequadas para se reproduzirem como pequenos produtores que resistiam à proletarianização. Aos empresários ofereceu crédito, subsídios e terra barata.

²² *Jatobá, op.cit.p.303.*

²³ *Entre as mais importantes estão a SADIA, TIMBER DA AMAZONIA, VOLKSWAGEN, MAPPIN, BRADESCO, TAMAKAVI, BORDON, VILELA, OMETTO e muitas outras.*

²⁴ *As maiores colonizadoras privadas em Mato Grosso são a SINOP, INDECO, COTRIGUAÇU, ...*

2.1. A Empresa Agropecuária.

Quando nos referimos à expansão do capitalismo na Amazônia, falamos desta nova fase, iniciada com a criação da SUDAM, dos incentivos fiscais, do PIN, planejada pelos governos militares, sob a ótica da segurança nacional e da integração nacional.

Foi mais precisamente desde 1966 que se iniciou uma fase nova de desenvolvimento extensivo do capitalismo na Amazônia. Uma fase de expansão mais acelerada das relações de produção e forças produtivas no extrativismo, agricultura e pecuária da região.²⁵

A política econômica regional teve novo dinamismo a partir da criação do POLAMAZÔNIA, em 1974, materializado na maior "presença econômica do Estado", e na "aliança entre o Estado e a empresa privada."²⁶

Esta aliança entre Estado e Empresa Privada, foi selada através de facilidades oferecidas pelo Governo aos empresários, e na concessão de grandes áreas de terras devolutas.

No tocante à questão da terra a política de colonização adotada pelo INCRA em meados da década de 1970 foi fundamental. Na ótica do governo, expressa pelo Ministro da Agricultura Moura Cavalcanti, o objetivo da alienação de terras públicas ao capital privado, na Amazônia, era de "introduzir modificações na política de ocupação da Amazônia para permitir dinamizar a iniciativa privada, em vez de limitar a ação governamental à colonização."

Morria o ufanismo do governo Médici que se propunha a levar milhões de agricultores para a Amazônia.

As empresas agropecuárias que adquiriram terras na Amazônia são na maioria de paulistas. O Recadastramento Rural do INCRA de

²⁵Ianni, *op.cit.* p. 67.

²⁶Idem p. 67.

1972 mostra que em seis anos de SUDAM, os proprietários de terras residentes em São Paulo adquiriram 37,1% da área cadastrada do Estado de Mato Grosso.

A mudança na legislação permitiu que empresas particulares adquirissem áreas de até 500.000 hectares, para o caso das colonizadoras; até 72.000 hectares, para projetos florestais e até 66.000 hectares para empresas agropecuárias.

Solucionado o problema legal, as empresas se apropriaram legalmente de grandes áreas na região. Entre 1972 e 1976 foram incorporados ao cadastro de imóveis rurais de Mato Grosso um total de 25,8 milhões de hectares. Deste total, 382.909 hectares foram agregados à estrutura do minifúndio, ou 1,5% da área incorporada. Os latifúndios incorporaram 22,6 milhões de hectares, ou 87,7% da área total apropriada.

A grande propriedade, com área acima de 10 mil hectares, de acordo com os dados cadastrais do IBGE, foi o grupo de área que percentualmente cresceu em área. Em 1960 este grupo ocupava uma área correspondente a 38,2% do total cadastrado; em 1980 a área apropriada correspondia a 52,6% do total. (Anexo V)

A SUDAM aprovou, até o ano de 1977, um total de 549 projetos, beneficiados com incentivos fiscais. Deste total, 335 projetos eram agropecuários, sendo que 205 estavam localizados no estado de Mato Grosso, correspondendo a 61% do total dos projetos aprovados pela SUDAM. Com as vantagens oferecidas aos empresários, empresas estranhas ao setor agropecuário (Cfr. nota 22) aparecem no cenário agropecuário da Amazônia.

Dados da SUDAM informam que até março de 1981 tinham sido aprovados 213 projetos em Mato Grosso. A maioria destas empresas estavam localizadas na Microregião Norte Matogrossense, destacando-se os municípios de Barra do Garças, Diamantino e Chapada dos Guimarães. (Anexo II)

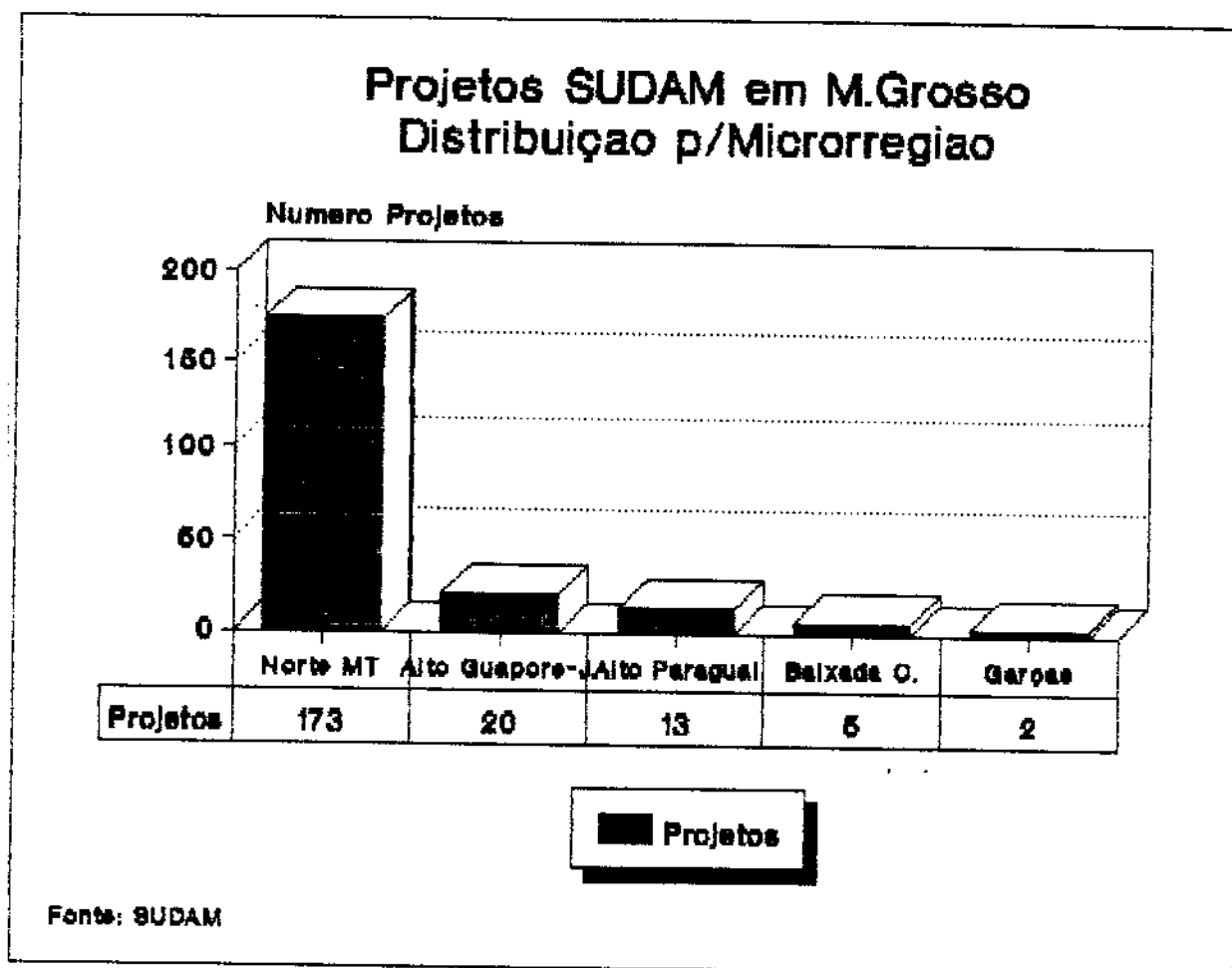
Os dados referentes à ocupação fundiária em Mato Grosso mostram que de 1950 a 1980, os estabelecimentos passaram de 5068 a 63.383; e a área apropriada por estes estabelecimentos passou de 7 milhões de hectares em 1950, para 34,5 milhões de hectares em

Projetos Aprovados pela SUDAM, para o Estado de Mato Grosso.
Distribuição dos Projetos por Microregião.

1. Norte Matrogrossense	-	173 projetos (81,22% do total)
2. Alto Guaporé-Jaurú	-	20 projetos (9,38% do total)
3. Alto Paraguai	-	13 projetos (6,10% do total)
4. Baixada Cuiabana	-	05 projetos (2,34% do total)
5. Garças	-	02 projetos (0,93% do total)
Total	-	213 projetos(100%)

A micro região norte matogrossense absorveu mais de oitenta por cento dos projetos do Estado de Mato Grosso. Dentro dela, o

Gráfico I



município de Barra do Garças ficou com um total de 74 projetos, correspondente a 42,77% do total da microrregião, e a 34,74% do total dos projetos do Estado.²⁷

Os dados relativos à apropriação da terra, mostram que, em 1985, os grupos de área com até 100 ha. detinham 55.403 estabelecimentos, ocupando uma área de 1.227.114 hectares. Os estabelecimentos com mais de dez mil hectares eram 653, ocupando uma área de 17.586.625 hectares. (Anexo IV).

As áreas apropriadas não foram ocupadas totalmente. Muitas destas áreas foram deixadas como "reserva de valor".

Até agora a terra funcionou na Amazônia como contrapartida dos incentivos fiscais da SUDAM, num jogo contábil em que o empresário supervalorizou o imóvel que adquiriu e obteve praticamente doações do Governo para implantação de projetos pecuários...esses projetos não passam de vitrinas construídas especialmente para os visitantes das agências governamentais.²⁸

A Comissão Fundiária do Estado de Mato Grosso²⁹ afirma que "tudo o que se fez até agora na Amazônia tem sido na base de incentivos. Outro fator que muito tem estimulado o investimento na região é a valorização das terras."

A concessão de crédito e incentivos fiscais foi uma opção política deliberada para "modernizar" a economia regional, o que, na opinião do governo, só poderia ser feito pelos grandes

²⁷ O Município de Barra do Garças foi desmembrado em vários outros municípios.

²⁸ Graziano, 1981:123.

²⁹ 1980 p. 25.

empresários.

Neste sentido é significativa a declaração do Ministro do Planejamento³⁰ feita aos empresários da Amazônia em 1973:

Até aqui a Transamazônica deu ênfase à colonização, mas a necessidade de evitarmos uma ocupação predatória, com um conseqüente processo de desmatamento, e a de promovermos a manutenção do equilíbrio ecológico nos levou a convidar as grandes empresas a assumir a tarefa de desenvolver esta região.

Para o ministro quem estava "ocupando predatoriamente" a Amazônia eram os pequenos produtores com suas roças de subsistência. Talvez depois de ver as fotos tiradas por satélites, mostrando as grandes queimadas feitas pelas grandes agropecuárias, destacando-se a da Volkswagen, na fazenda do Vale do Rio Cristalino, ou o desmatamento feito pela CAPEMI em Tucuruí, e outras queimadas feitas "racionalmente" pelas grandes empresas, talvez depois disso ele tenha mudado de opinião.

A expulsão dos pequenos produtores e moradores da Amazônia e Centro Oeste, provocada pela apropriação de grandes áreas por grandes empresas, diminuiu significativamente as áreas de agricultura de subsistência, ou as "lavouras de pobre". As grandes empresas, não produzem alimento para a mesa do pobre. As novas áreas apropriadas por elas, ou permanecem sem produzir, ou se transformam em pastagem.

...a criação de gado significa despovoamento, pois não somente exige muito menos trabalhadores que a agricultura, como ainda alimenta menor

³⁰Ministro João Paulo dos Reis Velloso, in *Opinião*, n.º 85.

Confirmando Prado Júnior, um estudo do CEDEPLAR mostra que a pecuária realiza uma "baixíssima incorporação de trabalhadores", tendo "necessidade de terras razoavelmente férteis", razão porque se ela não buscar "uma combinação com outras formas de atividade agrícola, parece fadada a ser fonte de expulsão de trabalhadores agrícolas."

"À medida que cresce o tamanho da fazenda, decresce a intensidade do insumo força de trabalho."³²

Sem terra e sem trabalho os pequenos produtores rurais expropriados migram para novas áreas, ainda não tituladas ou ocupadas produtivamente, ou então mudam para as cidades. Esta migração se agrava com as levas de migrantes que chegam de outros estados do Brasil.

A falta de terra, ou a inexistência de "terras livres", suscita a discussão do "fechamento da fronteira". Esta questão remonta à década de 1840, quando se discutia importação de imigrantes europeus para trabalhar no Brasil. Taunay defendia a idéia de que não se deveria doar terras a estes imigrantes, porque já não havia terras livres...

O "fechamento da fronteira" para os pequenos produtores é uma questão cartorial, e não de falta real de terras:

Quando dizemos que a fronteira está se fechando rapidamente, não estamos pensando que as suas terras estejam sendo ocupadas produtivamente. O "fechamento" não tem sentido de utilização produtiva do solo, mas sim de que não há mais "terras livres", terras "sem dono" que possam ser apropriadas por pequenos

³¹ Prado Júnior, 1967 p. 159.

³² Mahar, 1978 p. 159.

produtores de subsistência.³³

Não tendo mais terra para os pobres, nativos e migrantes, resta a alternativa da posse. Principalmente na região norte do Estado, na "frente de expansão", onde se multiplicam as posses que provocam disputas, geram conflitos e violência.

Violência por parte dos proprietários, quando o posseiro está só e isolado; conflito quando os posseiros estão em grupo e organizados, podendo em muitos casos enfrentar os donos, ou pretensos donos da terra.

Há os que não resistem mais, passando a vendedores de força de trabalho, assalariados rurais e/ou urbanos.

2.2. A Empresa Colonizadora.

Wakefield, ao formular a teoria da "colonização sistemática"³⁴ sugeriu que nas colônias dever-se-ia estabelecer um "preço suficiente" à terra, impedindo que ela fosse apropriada livremente pelos imigrantes, garantindo desta forma a oferta de força de trabalho para os capitalistas.

Marx diz que a proposta de Wakefield visava "la fabricación de obreros asalariados en las colônias."³⁵ Wakefield descobre que

(...)no basta que una persona posea dinero, medios de vida, máquinas y otros medios de producción, para que pueda considerarse como capitalista, si le falta el complemento: el obrero asalariado, el otro hombre obligado a venderse voluntariamente...y descubre que el capital no es una cosa, sino una relación social entre personas a las que sirven de vehículo las cosas.

³³Graziano, 1982 p. 117.

³⁴Marx, *El Capital*, 1978, p. 651.

³⁵*Idem* p. 651.

No Brasil, a preocupação com o fim do trabalho escravo, levou o governo a se preocupar com a questão. Foi apresentado no Senado um projeto propondo trazer imigrantes pobres da Europa, com "...passagem paga pelo governo." O projeto propunha³⁶ ainda que estes imigrantes seriam proibidos de "obter o uso de terras antes de ocorrido o prazo de três anos."

Havia a proposta de regularização da propriedade territorial, autorizando o governo a cobrar um imposto territorial anual. Com os recursos arrecadados na venda de terras e na cobrança de impostos, o governo iria "financiar a vinda de colonos livres."³⁷ Para Osório a questão que parece mais importante no projeto diz respeito à mão de obra, motivo pelo qual se atribui sua inspiração à teoria da colonização de Wakefield.

O projeto associa a questão da terra à imigração, sugerindo tornar "mais dificultosa a aquisição de terras", assim como buscava "um preço justo" para as terras devolutas que seriam vendidas pelo governo.

O ponto central da problemática em torno da política de terras a ser adotada nas colônias era a questão da disponibilidade de terras.³⁸ Como as terras nas colônias eram públicas até 1830, o problema, para os capitalistas, era a "possibilidade de todo recém chegado se tornar proprietário." Esta possibilidade acarretava uma escassez de mão de obra e consequente elevação dos salários.

O essencial na teoria da "colonização sistemática" é a estipulação de "um preço suficiente" para as terras vagas, ou livres.

Com o dinheiro da venda das terras vagas, os capitalistas poderiam pagar "a imigração de pessoas pobres."

As idéias de Wakefield chegaram a "...alguns políticos e

³⁶Osório, 1990, p. 117.

³⁷Idem p. 119.

³⁸Idem, *ibidem* p. 122.

estadistas brasileiros...através de artigos publicados na imprensa, assim como o opúsculo "A Letter from Sydney". A visão dos estadistas brasileiros sobre a colonização era a visão da Colonization Society, mais que a de Wakefield.³⁹

Parece que os pontos em comum entre Wakefield e a Lei de Terras de 1850 se encerram aí. Há pressupostos da teoria de Wakefield ausentes na sociedade brasileira de 1840. Com o objetivo de impedir o acesso dos imigrantes pobres à propriedade da terra, foi estabelecido um "preço suficiente" à mesma.

Impedindo os trabalhadores de se tornarem proprietários "cedo demais", os "capitalistas poderiam importar mão de obra com tranquilidade."⁴⁰

A teoria de Wakefield pressupunha a existência de um mercado de trabalho livre. No Brasil de meados do século passado, "não havia mercado de trabalho livre, e a escravidão era a base do sistema produtivo."

O projeto do Conselho de Estado tinha uma cláusula "proibindo os imigrantes de comprarem, arrendarem, aforarem ou de qualquer outro modo obterem o uso da terra,(...) por três anos a contar da sua chegada..."

..."não se estava investindo na criação de um mercado de trabalho livre, regulado por leis de mercado, mas propondo-se um sistema híbrido de retenção de mão de obra por formas de coação extra-econômicas. Neste caso, a questão do preço da terra passava a ser uma questão de retórica, e a idéia central da teoria de Wakefield perdia a sua força."⁴¹

Wakefield propunha que os empresários financiassem a vinda dos

³⁹ *Idem, ibidem p. 124.*

⁴⁰ *Idem, ibidem p. 126.*

⁴¹ *Idem, ibidem p. 129.*

imigrantes para as colônias inglesas. No Brasil, ao contrário, se defendia a idéia de que o governo deveria arcar com os custos da imigração.

Concluindo, Wakefield "inspirou" os legisladores brasileiros que elaboraram a Lei de Terras de 1850, os quais retiveram alguns aspectos da teoria, havendo uma "naturalização" da doutrina para os senhores de terra e de escravos do Brasil.

Apesar da proibição da doação de terras, e do estabelecimento de um "preço suficiente" à terra, "as classes dominantes continuaram a obter terra de graça."

Extinto o trabalho escravo no Brasil, e na vigência da Lei de Terras, a posse era ilegal. O processo de ocupação do território passou a ser direcionado pelo Governo. A Amazônia, à medida que as terras de outras regiões foram ocupadas, se transformou na "fronteira de expansão".

Desde o governo de Vargas, passando por Juscelino Kubstcheck, e pelos governos militares, que se formulam políticas de controle das terras, visando a ocupação "racional" da Amazônia e do Centro Oeste. As áreas devolutas se converteram em áreas de colonização oficial e privada, dificultando a ocupação pela população pobre, ao mesmo tempo em que criou facilidades para os empresários capitalistas.

A colonização oficial,

favorece a grande empresa, pois, transportou para a Amazônia uma grande quantidade de braços que, fracassando como pequenos proprietários, ou forçados, puderam ser convertidos em assalariados agrícolas.⁴²

Assim como nas colônias britânicas, "o preço suficiente" dado

⁴²Andrade, 1980 p. 53.

à terra não impediu a ocupação pura e simples, assim também na Amazônia de hoje, apesar da privatização das terras públicas, promovida pelo governo, milhares de pequenos produtores desconhecem a lei, ocupando, como posseiros, terras para trabalhar e assim garantir a sua reprodução.

O Censo Agropecuário do IBGE de 1980 mostra que havia em Mato Grosso, no ano de 1980, um total de 13.939 estabelecimentos classificados como posse, correspondendo a 21,99% do total de estabelecimentos cadastrados no Estado. Em termos de área estes posseiros ocupavam apenas 5,2% da área cadastrada.

Os planos e projetos de colonização no Estado de Mato Grosso mostram que houve muitas tentativas, tanto por parte do governo estadual que criara colônias no sul do Estado, na região oeste e nos vales do Jaurú e Guaporé, como por parte do governo Federal, através da Colônia Agrícola de Dourados, e da Fundação Brasil Central, na região Leste.

Concomitante à política de colonização oficial, o governo concedeu terras para colonização às empresas privadas.

No início da década de setenta o Governo do Estado de Mato Grosso alienou 3,77 milhões de hectares de terra, adquiridos por empresas de colonização privadas. Uma única empresa adquiriu 1,4 milhões de hectares no município de Aripuanã. A INDECO, colonizadora de Alta Floresta, adquiriu 400 mil hectares no norte do Estado, onde desenvolveu o seu projeto de colonização.

A ampliação da propriedade da terra, em áreas de fronteira agrícola, tem sido decorrente da implementação da atual política agrária, que, fazendo uso do setor privado, objetiva a ocupação modernizante de espaços vazios.⁴³

O governo federal, e, em parte, o estadual, implantaram a

⁴³ Kinzo, *op.cit.* p. 03.

infra estrutura viária, cabendo às colonizadoras demarcar os lotes e vendê-los aos imigrantes, especialmente do sul do Brasil.

Dentre os projetos de colonização mais importantes no Estado de Mato Grosso destacam-se:

Alta Floresta, implantado em área de 400 mil hectares, no extremo norte de Mato Grosso, no ano de 1973, pela INDECO. Os lotes de 100 a 300 hectares, foram vendidos a "preço de mercado", especialmente a colonos do sul do país.

O discurso ideológico da empresa se identifica com o discurso do governo da década de setenta. Vejamos o que dizia um folheto de propaganda da INDECO, intitulado "Alta Floresta, a mais jovem cidade do Brasil". Depois de dizer que se "orgulha do sucesso alcançado no seu empreendimento", que "justificam os investimentos ...contribuindo com todos os órgãos governamentais,...,no desenvolvimento da Amazônia e Centro Oeste."

O folheto continua dizendo que "...os Projetos Alta Floresta e Paranaíta representam uma solução à migração interna dos pequenos e médios agricultores expulsos do campo por lavouras mecanizadas. Representam reforma agrária e distribuição de renda. Criam riqueza interna com aumento da produção agrícola." ..."o projeto está situado na área do Polamazônia, que somado aos outros investimentos da livre iniciativa tornará realide ocupação dos espaços vazios da região Amazônica."⁴⁴

O Projeto de Colonização Terra Nova, executado conjuntamente pelo INCRA e COOPERCANA, tem um área de 435 mil hectares, destinados a assentar os colonos trazidos de áreas de conflito com os índios Guarani e Kaingang no Rio Grande do Sul.

Devido às dificuldades encontradas no início (falta de infra estrutura, problemas de administração, doenças) muitos parceiros foram para o garimpo para garantir a subsistência, ou até financiar a sua lavoura com o resultado da garimpagem.

Tavares dos Santos analisa o Projeto Terra Nova procurando entender as causas do "retorno" dos colonos para o Rio Grande do

⁴⁴Ver tese de Regina G. Neto "A Lenda do Ouro Verde."

Sul;

(...)ils sont partis conduits dans le dessein d'avoir un lopin de terre...L'INCRA et la Cooperative ont faite plusieurs promesses que ne sont pas comprises...ni le gouvernement, ni la Cooperative n'ont executé pas ce qu'ils avaient promis.⁴⁵

As dificuldades encontradas, nas áreas de saúde, infraestrutura e apoio para enfrentar a mata, e resolver os problemas de qualidade do solo, levaram muitos colonos a mudar de atividade,dedicando-se muitos deles ao garimpo de ouro. Os colonos que iam para o garimpo se distinguem dos outros garimpeiros tradicionais, "une fois qu'ils sont les colons-chercheurs d'or." Para eles "l'or est accueilli comme un sauveur." O garimpo não se tornou um fim em si mesmo para eles. Os colonos vão para o garimpo somente " après la semaille des cultures vivrières que les familles entretiennent ensuite,...". "...la collecte d'or est reinsert dans la logique de la reproduction paysanne." ⁴⁶

A transferência da administração do Projeto para a Cooperativa foi agravada com os altos juros cobrados pelo Banco do Brasil pelo crédito repassado via EMATER. As altas taxas de juros levaram muitos colonos à insolvência, gerando insatisfação e protestos dos colonos. "...ils ont réagi de plusieurs manières; mais leur protestation la plus évidente a été le retour à leur région de départ." "...nombreuses sont ceux qui choisiront le retour au Sud comme dernier recours."⁴⁷

A Colonizadora SINOP, localizada ao longo da rodovia BR-163, ocupa uma área de 645 mil hectares, divididos em lotes de

⁴⁵Tavares dos Santos,1987 p.229.

⁴⁶Idem,ibidem p. 266.

⁴⁷Idem,ibidem p. 280.

diferentes tamanhos. Foram instalados quatro núcleos urbanos e de apoio dentro da área da colonizadora, sendo o principal a cidade de SINOP, hoje sede do município do mesmo nome, após se desmembrar de Chapada dos Guimarães.

Kinzo⁴⁸ analisando o processo de colonização empresarial em Mato Grosso, afirma que

As empresas colonizadoras, (...), refletem e resultam de objetivos definidos pela política de desenvolvimento nacional: a integração do Centro Oeste brasileiro à economia nacional e à ocupação da Amazônia.

Contrariando o projeto camponês de reforma agrária, o governo optou pela "contra reforma agrária"⁴⁹. Adiou a solução da questão agrária nas áreas de ocupação antiga, preferindo transferir os agricultores das áreas de conflito, ou de "pressão demográfica" para ocupar os "espaços vazios" da Amazônia.

Para executar este projeto, o Governo se aliou à grande empresa privada, controlando e direcionando os fluxos migratórios, assim como o acesso à terra. Privatizou grandes áreas da Amazônia, transferindo aos empresários parte da colonização.

Para se contrapor à mudança estrutural o governo e empresários optaram pela "modernização conservadora". O governo esvaziou as áreas de tensão social, transferindo as populações envolvidas em conflitos nas áreas antigas, para os novos projetos na Amazônia.

As terras devolutas tiveram um "preço suficiente", que mesmo sendo relativamente baixo, exclui grande parte dos agricultores sem terra, e sem recursos financeiros para adquiri-la.

A progressiva delegação às grandes empresas privadas da tarefa de ocupar e

⁴⁸Kinzo, *op.cit.* p. 26.

⁴⁹Ianni, "Colonização e Contra Reforma Agrária na Amazônia."

colonizar a Amazônia envolve o perigo de provocar um virtual fechamento da fronteira aos posseiros, pequenos e médios agricultores. A intensificação dos conflitos pela posse da terra nessa área constitui um claro indício de que os pequenos já estão sendo excluídos.⁵⁰

A colonização que possibilita o acesso à terra, pela compra, "é compatível com a sobrevivência das grandes empresas, e realiza a política de valorização e ocupação da Amazônia."

A grande empresa agropecuária convive muito bem próximo aos núcleos coloniais, muitas vezes em simbiose com os mesmos. Muitos colonos são assalariados temporários, ou peões, nas agropecuárias.

Para enfrentar os primeiros meses na mata o colono se obriga a vender força de trabalho. Enquanto a família vai tocando a roça, ele trabalha por salário ou por empreitada, conseguindo assim um dinheiro suplementar que, muitas vezes, garante a sua "terra de trabalho".

Alguns, para sobreviver e não cair na dependência do banco, arriscam a sorte no garimpo de ouro.

O colono que já tiver a escritura do lote, consegue o "passaporte" para a assistência técnica e para o crédito nas instituições financeiras.

No final da década de setenta, os projetos de colonização oficiais, planejados e executados pelo INCRA na Amazônia, eram pouco mais que uma lembrança para muitos. Tanto no discurso oficial, como concretamente, foram deixados de lado.

Mato Grosso até então não tinha projeto de colonização do INCRA. Os conflitos de terra, particularmente no Rio Grande do Sul, levaram o INCRA, em 1978, a planejar e implantar o Projeto de Colonização Terra Nova. Foram implantados seis grandes projetos ao longo do eixo da rodovia Cuiabá-Santarém, os quais seriam de

⁵⁰ Graziano da Silva, in *Revista Exame*, 65.

responsabilidade do INCRA e de Cooperativas. Os PACs (Projetos de Assentamento Conjunto) eram uma tentativa de somar esforços da administração federal com a experiência da iniciativa privada. O INCRA entrava com a área de terra, infra estrutura e recursos. A empresa (Cooperativa) selecionaria os agricultores, os transportaria, com suporte financeiro do INCRA, e faria o assentamento e administração do Projeto conjuntamente com o INCRA.

Apesar da participação do INCRA, estes projetos de colonização funcionaram mais como projetos privados, uma vez que as cooperativas adotam a ótica da empresa privada.

Os Projetos Terra Nova e Rio Verde são dois exemplos de improvisação e falta de planejamento. Como resultado, a maioria dos colonos voltaram para suas regiões de origem, abandonando os lotes, ou vendendo-os a preços irrisórios.

Concluindo, podemos dizer que a política recente de "integração" da Amazônia e de ocupação dos "espaços vazios" da região, foi executada pelo governo federal e governos estaduais, utilizando meios que atraíram empresários e pequenos agricultores, com ou sem terra. Aos primeiros foram oferecidos recursos, terra, subsídios. Aos pobres, agricultores e trabalhadores, lotes em projetos de colonização sem infra-estrutura suficiente, sem assistência e apoio. As dificuldades encontradas pelos colonos e parceiros, posseiros e trabalhadores em geral, levou-os a retornar, em alguns casos, a migrar para a frente, em outros, e, em muitos casos, a venderem a força de trabalho como assalariados temporários, ou definitivamente como proletários.

É neste contexto que surge a grande empresa agropecuária, financiada e subsidiada pelo crédito oficial, a qual abrirá milhares de quilômetros de mata para plantar pasto. Quem derrubar a mata, e "formará a fazenda" é o trabalhador regionalmente denominado "peão".

II. OS HOMENS SEM TERRA NA TERRA SEM HOMENS.

"Acentuou-se e generalizou-se a migração de trabalhadores rurais, e seus familiares para as áreas de terras devolutas e indígenas. Desenvolveu-se uma corrida à terra, tanto por parte de grileiros, latifundiários,...,empresários, como por parte dos camponeses e operários do campo." (Otávio Ianni)

II. OS HOMENS SEM TERRA NA TERRA SEM HOMENS.

1.0. A Terra Sem Homens: Terra de Negócio X Terra de Trabalho.¹

A baixa densidade demográfica da Amazônia, com grande disponibilidade de terras, levou o Governo a elaborar as políticas de ocupação do "vazio demográfico", a fim de incorporá-la à economia nacional.

Na Amazônia mato grossense, acima do paralelo 16², havia imensas áreas devolutas, com população rarefeita. Caboclos, índios, garimpeiros, seringueiros, caçadores, pequenos agricultores tradicionais. A terra para esta população tem muito mais que um valor comercial. Para eles é uma "terra de trabalho". Não é para especular, para ganhar dinheiro ou renda, mas para produzir alimentos.

Com a imigração intensa para Mato Grosso, a partir de meados da década de sessenta, principalmente de pequenos produtores rurais à procura de terras para trabalhar, a questão fundiária ressurgiu. Junto com o pequeno produtor veio o grande empresário, "convocado" pelo governo federal para "colaborar" na ocupação e desenvolvimento da Amazônia.

Para o capitalista, a posse da terra é um investimento. A terra não é necessariamente para produzir, é para especular, ou seja, é "terra de negócio".

Estes empresários, de acordo com o IBGE³ "são na maioria industriais e fazendeiros de São Paulo e Paraná, e alguns da própria região sul do Estado." A maioria absoluta dos grandes

¹Documento de Itaici, elaborado na Reunião da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

²O paralelo 16° (de latitude sul) definia a fronteira entre a parte de Mato Grosso incluída na "Amazônia Legal", até a divisão do Estado. Depois da divisão em duas unidades, todo o Estado de Mato Grosso foi incluído na Amazônia Legal.

³IBGE, Censo Agropecuário, 1977, p. 254.

proprietários rurais de Mato Grosso reside fora do Estado, predominando os que residem em São Paulo.

No discurso do governo a região era um "vazio demográfico". Contudo, neste "vazio" habitava e trabalhava uma população nativa, ou vinda de fora há muito tempo⁴. Esta população, que não contava para os grandes empresários que se estabeleceram na região, e até mesmo para muitos órgãos governamentais, foi expulsa, expropriada. No caso das populações indígenas, muitas foram dizimadas, tomadas suas terras. Houve um processo de expropriação.

A expropriação objetiva não só desocupar a área pretendida pela grande empresa, como objetiva criar o trabalhador para o capital.⁵

A expropriação do trabalhador pelo capital cria as condições sociais para que esse mesmo capital passe ao segundo turno, à outra face do seu processo de reprodução capitalista, que é a exploração do mesmo trabalhador que já foi expropriado. Ele terá agora que vender a sua força de trabalho ao capitalista, segundo regras de mercado, e conforme as suas necessidades.

Expropriado pela empresa capitalista, o "peão" é fruto do processo de modernização e expansão da grande empresa no campo. A expansão do capitalismo no campo transformou o processo de produção e as relações sociais de produção. Houve concentração fundiária, expropriação dos pequenos produtores, proletarianização, dispensa de trabalhadores das fazendas. Este processo, contudo, não foi generalizado e harmônico.

Muitas das empresas que adquirem terras na Amazônia para projetos de colonização, agropecuários, madeireiros, ou minerais,

⁴Entre os povos indígenas mais numerosos havia os Bororos, Xavantes, Tapirapés, Parecís, Erikbatsa, Kren-a-Karore, Kamaiurás, e outros.

⁵Martins, 1980, p. 6

utilizam, para se apoderar das terras, de expedientes tais como pressão, suborno e violência aberta e explícita contra os seus ocupantes, proprietários ou não.

Vejamos o que diz Cardoso⁶ a respeito:

(...) com o interesse de maior número de empresários agropecuários e mineradores, somam-se à especulação com terras, a grilagem e a violência...De fato as estatísticas e outros estudos estão a indicar que com a entrada de grandes empresas no setor madeireiro, minerador, agrícola e, principalmente pecuário, em uma área de penetração econômica incipiente, com limites fundiários imprecisos, existe na Amazônia atual uma verdadeira questão da terra na presunção do direito de posse.

A superposição de posses, grilagem e toda sorte de fraude cartorial, como suborno e outros recursos escusos são utilizados indiscriminadamente. Há cartórios cuja participação na fraude é notória, chegando ao requinte de "envelhecer" as escrituras frias, dando-lhes uma aparência de antigas.

A indústria do "grilo" também prolifera nas novas áreas. Foram grilados, até 1980, mais de oito milhões de hectares na Amazônia. Contudo, a área deve ser bem maior, visto que só se conhecem as fraudes muito tempo depois de consumadas. Na legalização das terras griladas participam além de escritórios, advogados "especialistas", que proliferam nas novas áreas de ocupação.⁷ A grilagem pode variar desde a simples ocupação de uma área, até o "esticamento" de uma área legalmente escriturada, avançando com isto sobre os limites vizinhos.⁸ "Espichando" a área, e, conseqüentemente modificando os

⁶Cardoso, F. Henrique e Müller, 1979, p. 72.

⁷Pinto, L. Flávio, 1980, p. 17.

⁸O "espichamento" de uma área é feito falsificando o número de hectares e os limites da mesma, principalmente quando não são muito claros e precisos.

marcos e cercas, fatalmente serão englobadas áreas de outros proprietários, ou ocupantes da terra, em geral pequenos produtores que não têm como se defender. Muitas vezes a área vizinha pertence a uma reserva indígena ou a um parque nacional, ou terra devoluta. A imprecisão dos limites é outro motivo que favorece as disputas e conflitos pela posse da terra. A indefinição dos limites pode ser interpretada conforme os interesses dos grandes proprietários envolvidos na disputa.

A confusão é tanta que o próprio INCRA utilizou terras de propriedade privada e áreas indígenas para projetos de colonização.

(...) são inúmeros os conflitos entre de um lado, grandes empresas nacionais e multinacionais, grileiros, fazendeiros e, de outro, posseiros e índios, por causa da terra. Violências de toda ordem têm sido cometidas contra essas pessoas para assegurar a sua expulsão da terra. Nessas violências, já se comprovou amplamente, estão envolvidos desde jagunços e pistoleiros profissionais, até soldados, oficiais de justiça e os próprios juizes. Não raro observa-se a anomalia gravíssima da composição de forças combinadas de jagunços e policiais para executar sentenças de despejo decretadas pelos juizes, como se observou no Mato Grosso e se observa agora no sul do Pará.⁹

Os fatos demonstram que a expansão do capital no campo, nesta região da Amazônia, se dá utilizando a violência para alcançar os seus objetivos.

Queima de barracos, espancamentos, derrubada de cercas, soltura

⁹Martins, *op. cit.* p. 13.

de gado nas roças, assassinatos, são práticas utilizadas para expulsar os pequenos produtores.

O norte do estado de Mato Grosso é a região onde vive a maioria das populações indígenas, e onde estava grande parte das terras devolutas. Com a migração mais acentuada a partir de meados dos anos sessenta, tanto por pequenos produtores, como por grandes empresas atraídas pelos incentivos da SUDAM, todos passaram a disputar as mesmas áreas. Apesar da baixa densidade demográfica desta região, havia ocupantes na terra.

A partir do momento em que a terra tem um preço¹⁰, limitando a sua posse à via da compra, resta à população excluída, marginalizada, sem dinheiro, a alternativa da ocupação da terra em áreas pouco acessíveis, especialmente na fronteira amazônica.

São estes posseiros que em geral abrem a mata e "amansam" a terra. Alguns moram na área há mais tempo, outros vieram mais recentemente de outras regiões do Brasil. Vieram de áreas onde o café foi erradicado¹¹, onde a pecuária substituiu a lavoura, onde a fragmentação do minifúndio não permitia mais a reprodução dos pequenos produtores. Regiões onde a agricultura sofreu o processo de modernização acelerada. Do Nordeste, os pequenos produtores vieram apossados pela seca, expropriados pelo latifúndio, pela monocultura da cana, do cacau, e pelo avanço da pastagem no agreste.

Estas são algumas das causas do processo migratório em direção à Amazônia mato grossense. Enfim, todos vieram para se reproduzirem como pequenos produtores, em busca da "terra de trabalho".

A migração acelerada provocou em Mato Grosso uma taxa de crescimento anual de seis por cento (6%) na década de sessenta, superando a taxa de crescimento do Centro Oeste e do Brasil.

Os migrantes ocuparam áreas devolutas, terras desocupadas, com ou sem dono, lotes dos projetos de colonização, privada e oficial.

¹⁰A Lei de Terras de 1850, estipulou um preço à terra, proibindo a sua ocupação pela posse. Ver Lia Osório, *op.cit.*

¹¹Há muitos antigos arrendatários, agregados, vindos do Paraná, de São Paulo, de Minas Gerais, do Espírito Santo.

Dentro dos próprios projetos do INCRA, há um percentual muito grande da área ocupada por posseiros, principalmente nas áreas destinadas às reservas florestais de condomínio, e nas áreas ainda não demarcadas. Em alguns casos os posseiros ocupam lotes desocupados, cujos proprietários moram fora do próprio projeto.¹²

Ianni retrata o que ocorreu na Amazônia nas décadas de 60 e 70:

(...)acentuou-se e generalizou-se a migração de trabalhadores rurais, e seus familiares para as áreas de terras devolutas e indígenas. Desenvolveu-se uma corrida à terra, tanto por parte dos grileiros, latifundiários, fazendeiros ou empresários, como por parte de camponeses e operários do campo.¹³

O pequeno produtor não tem quem o defenda. A grande empresa tem do seu lado o aparato político-jurídico-policia.

(...) a penetração dos "novos empresários" capitalistas na Amazônia, personificados na figura do "paulista", tem como primeiro produto uma disputa quase sempre violenta pela posse de fato da terra com os antigos ocupantes, geralmente pequenos posseiros...¹⁴

Isolado, o posseiro sucumbe. No momento em que ele adquire consciência da sua situação, e se une com os outros na mesma condição dele, da sua categoria, surge a resistência. A consciência de que não dá mais para sair, que a frente de expansão se esgota,

¹²Ver Castro, Suely ; Barrozo, Covezzi e Preti, *Avaliação dos Projetos de Colonização Oficiais no Estado de Mato Grosso, onde esta questão é analisada nos Projetos Guarantã e Terra Nova.*

¹³ Ianni, 1979 p.21.

¹⁴Graziano da Silva, 1982 p.119.

leva-o a resistir.¹⁵

Quando a resistência é coletiva, provoca o conflito com o dono ou pretense dono da terra. De acordo com a Comissão Fundiária do Estado de Mato Grosso, havia no ano de 1981, cento e quinze focos de conflito em Mato Grosso.¹⁶ Estes núcleos de conflito estão localizados tanto em terras privadas, como em terras públicas.

De acordo com a Comissão Fundiária¹⁷ "há várias comunidades de posseiros que já estão se transformando até em municípios sem ter a situação da sua sede totalmente regularizada quanto à posse e domínio da terra..." O relatório cita como exemplo o município de Paranatinga, que às vésperas da emancipação política, sofria uma disputa litigiosa envolvendo a população e um pretense proprietário que reivindicava toda a área do perímetro urbano.

Normalmente os posseiros ocupam áreas rurais de propriedade privada, aparentemente sem dono, ou sem sinal aparente de posse efetiva.

(...) grande parte das terras de Mato Grosso ainda não foram ocupadas ou conhecidas pelos seus proprietários. Em geral os posseiros se situam nessas áreas, e mais tarde surgem os "legítimos" proprietários, e daí surgem as questões.¹⁸

O pequeno produtor quer a terra para trabalhar, para produzir a sua subsistência. Vendo as enormes extensões de terra na Amazônia, não ocupadas produtivamente, ele toma posse das mesmas, tornando-as produtivas, transformando-as em "terra de trabalho".

¹⁵Ver Ferreira Castro, 1986, que analisa a organização e resistência dos posseiros da Fazenda União em Arenápolis.

¹⁶Relatório da CPT, de abril de 1991, mostra que em 1990, houve em Mato Grosso 20 conflitos pela posse da terra, disputando 1.670.031 ha., e envolvendo 18.840 pessoas.

¹⁷ Comissão Fundiária do Estado de Mato Grosso, 1980 p.81.

¹⁸Idem p. 82.

O capitalista deixa as terras improdutivas, como reserva de valor, como "terra de negócio." Apesar da origem do capital destas empresas, caracterizadas como modernas, capitalistas, contudo elas apresentam na Amazônia a sua face "atrasada" devido à "sua incapacidade de incorporar a propriedade da terra ao processo de acumulação, pela via da produção."¹⁹

Mesmo as propriedades consideradas produtivas na Amazônia, normalmente utilizam muito pouco da sua área, ou utilizam-na de forma pouco "racional" ou produtiva.

...mesmo nas situações em que as propriedades são consideradas produtivas, observa-se a dissociação entre propriedade e produção, que se expressa, então, através do caráter "extensivo" da atividade agrícola e dos baixos níveis de produtividade obtidos na maior parte das culturas praticadas.²⁰

O pequeno produtor das áreas de fronteira, mais preocupado com a garantia da subsistência, ocupa a sua terra de trabalho produtivamente. Esta "terra de trabalho" em confronto com os empresários que invadiram a Amazônia nas últimas décadas para especular, passou a ser um obstáculo, um entrave.

A "terra de trabalho" e a "terra de negócio" são incompatíveis, ou antagônicas. Os conflitos se multiplicam. O noticiário local publica regularmente os conflitos mais violentos, destacando-se pela frequência os que ocorrem nos vales do Guaporé e do Araguaia. No vale do Guaporé os conflitos cresceram em número e intensidade após o início das obras da rodovia BR-364 (Cuiabá - Porto Velho), que cortou o fértil vale dos rios Guaporé e Jaurú.

Os conflitos vão desde simples pendências judiciais, em geral

¹⁹Wanderley, 1990 p.3.

²⁰Idem p.3.

decididas em favor dos grandes proprietários, até enfrentamentos armados, que muitas vezes terminam em mortes.

Quando a questão da posse da terra vai para a justiça, normalmente os pequenos produtores perdem a questão. Isto porque o aparato jurídico do Estado é lento, e os pequenos produtores não têm condições de esperar.

(...) o desaparelhamento da justiça leva as questões a se arrastarem por longo tempo. Os agricultores não têm estrutura para suportar uma longa pendência judicial. Por isto muitos abdicam dos seus direitos.²¹

2.0. Os Homens Sem Terra - As categorias de Peões.

Os peões são uma categoria de trabalhadores, em geral contratados por empreiteiros, os "gatos", para fazer serviços braçais nas fazendas agropecuárias da região amazônica. Apesar de submetidos a condições de trabalho e relações sociais de produção semelhantes, os peões se distinguem entre si.

2.1. O Peão Morador.

O peão morador tem como característica o fato de que ainda possui algum meio de produção. Apesar de ainda ter um lote de terra, ou uma casa na cidade, contudo ele se apresenta no mercado de trabalho como vendedor de força de trabalho.

Na Amazônia a empresa capitalista expropria o pequeno produtor, mas não o absorve totalmente como assalariado. Alguns para fugir à proletarização, migram para a frente de expansão, onde vão fundar novas posses. Fogem, pelo menos temporariamente, do processo de proletarização, reproduzindo-se como pequenos produtores autônomos, mantendo os instrumentos de trabalho e os

²¹Lúcio F. Pinto, *op.cit.*p.35.

meios de produção. Mesmo esse pequeno produtor, vai vender sua força de trabalho, em determinados períodos do ano, às empresas agropecuárias ou colonizadoras instaladas na região.

O assalariamento temporário destes pequenos produtores possibilita a realização do seu projeto camponês, resistindo desta forma, que parece contraditória, à expropriação.

O pequeno produtor das zonas de fronteira vende a sua força de trabalho, para o estabelecimento da posse; quando posseiro, assalaria-se como condição para não retornar ao assalariamento, e poder transpor sua condição de posseiro e colono....o assalariamento, para derrubar matas, se apresenta como atividade que permite a obtenção de uma renda monetária para financiar o esforço produtivo e a subsistência do grupo familiar durante os primeiros anos.²²

Para garantir a realização do seu projeto como produtor autônomo, o pequeno produtor aceita o assalariamento temporário como garantia desta "autonomia", que significa não se tornar assalariado em definitivo. O assalariamento temporário nas fazendas é fundamental para garantir a construção da "terra de trabalho". Na ausência temporária do homem, a mulher e os filhos assumem as tarefas da unidade produtiva, principalmente o cuidado dos animais e a manutenção da roça.

Este agricultor, que conserva os meios de produção, e vende a força de trabalho para garantir a sobrevivência da família, é o "peão morador".

Vivendo em áreas próximas das grandes agropecuárias, ou dos projetos de colonização, o agricultor encontra trabalho com relativa facilidade, muitas vezes no próprio projeto de colonização, onde ele tem o seu lote. As empresas colonizadoras oferecem serviço nas obras de infra-estrutura, na construção de

²²Kinzo, *op.cit.p.* 54.

prédios, desmatamento, para motoristas e tratoristas.

Este assalariamento temporário do pequeno produtor, expressa uma contradição apontada por Kinzo²³

(...)a venda da força de trabalho não tem apenas o objetivo de sobrevivência, mas é parte fundamental da estratégia para adquirir e manter a propriedade da terra.

Entre os "peões moradores" entrevistados podemos distinguir os trabalhadores residentes na cidade, que exercem atividades no meio urbano. Há trabalhadores não especializados, e alguns semi-especializados.

A crise econômica aumenta a oferta de força de trabalho que se torna maior que a demanda, possibilitando aos "gatos" condições muito vantajosas.

Há os peões residentes no campo, que são os pequenos produtores, posseiros, proprietários, parceleiros ou colonos dos projetos de colonização.

Os empreiteiros, quando não acham trabalhadores na região, vão buscá-los em outros Estados, oferecendo-lhes condições de trabalho e salários bons.

Eles (os empreiteiros) vão buscar trabalhadores nas pequenas cidades de Goiás e Maranhão, e conseguem convencer com boas propostas. Que pagam melhor preço, diárias de cem no machado e oitenta na foice, condução, assistência, remédio pago por conta da fazenda, comida de primeira, lugar sadio, e o trabalho é o peão que escolhe se quer trabalhar por dia ou por empreita. Os jovens que não conseguem emprego na sua cidade, pais de família má situação, pobres sitiados, ficam interessados. Deixam o cara com a cabeça mais enfeitada do que noiva na hora do ato matrimonial.

²³ *Idem* p. 85.

2.2. O "Peão do Trecho".

O que distingue o "peão do trecho" das outras categorias de peões é a sua desvinculação total dos meios de produção, dos laços familiares, ou de quaisquer outros laços. Geralmente o "peão do trecho" é um homem solitário, "sem eira nem beira", um proletário.

Sebastião nasceu e se criou na região de Presidente Prudente, no interior de São Paulo. Teve família, um sítio. Com o "pregresso" foi obrigado a vender o sítio. Depois foi trabalhar numa fazenda, onde tomou conta de vacas de leite durante vários anos. Dispensado, foi para Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, à procura de serviço. A família ficou para trás. Fez de tudo, até que entrou numa turma de peões para derrubar mato no norte de Mato Grosso. Nunca mais voltou. Está nesta vida há vários anos. Da mata para a pensão, na cidade. Da pensão para o serviço na mata. O saldo pequeno não permite quebrar este círculo vicioso. Não conseguiu mais voltar para a família. Vive só.

Até quando ficará nesta vida? Sebastião diz que não tem a mesma disposição para o trabalho. Esperanças? Ele diz que "não tem ilusão."

Sebastião personalisa o "peão do trecho", expropriado, que de seu só tem os braços para trabalhar. Sem casa, sem família, sem um lar, sem esperança, sem futuro. Seus bens se resumem a uma mala velha, ou um saco, com algumas peças de roupa e pertences pessoais. O mínimo indispensável. Assim mesmo, às vezes este pouco fica empenhado na pensão, como garantia de alguma dívida. O único bem que ainda possui, sua força de trabalho, está diminuindo sua capacidade de produzir com a idade.

Com quase 60 anos, Sebastião sente que já é preterido pelos "gatos" quando tem peões jovens disponíveis para o trabalho. Sua força de trabalho "vale menos" que a dos trabalhadores mais jovens. Aos poucos vai ficando mais difícil arranjar serviço. Ou se consegue, recebe menos, pelo fato de produzir menos.

E o futuro Sebastião? Ele sorri, baixa a cabeça, e não

responde nada. Depois responde: "Deus é quem sabe."

O "peão do trecho" é a categoria de peões em pior situação, visto que não tem onde ficar no momento em que volta da fazenda para a cidade. Este "desenraizamento", e o fato de não ter família, nem meios de produção é fundamental para torná-lo hóspede cativo da pensão, e posterior devedor da mesma e do "gato". A dívida, que cria a dependência, tira a liberdade do trabalhador vender livremente a sua força de trabalho, quando e para quem quiser. Na realidade ele não dispõe nem de si mesmo. É este "peão do trecho" que será analisado a seguir.

3.0. Origem do Peão.

O surgimento do trabalhador volante em Mato Grosso, o "peão", é semelhante ao das demais regiões do país, e é singular em alguns aspectos. Aqui, ao contrário do que ocorreu no Centro Sul e no Nordeste, não houve uma dispensa significativa de mão de obra (colonos, agregados, moradores, assalariados permanentes), como ocorreu naquelas regiões. Não ocorreu esta dispensa porque não havia um contingente grande de trabalhadores nesta situação no Estado de Mato Grosso. O que ocorreu foi a expropriação de pequenos produtores tradicionais que habitavam a região.

Referindo-se à origem geográfica dos peões, Martins ²⁴ afirma que "...37% dos peões escravizados procedem do Leste e Nordeste; 26% são da Amazônia."

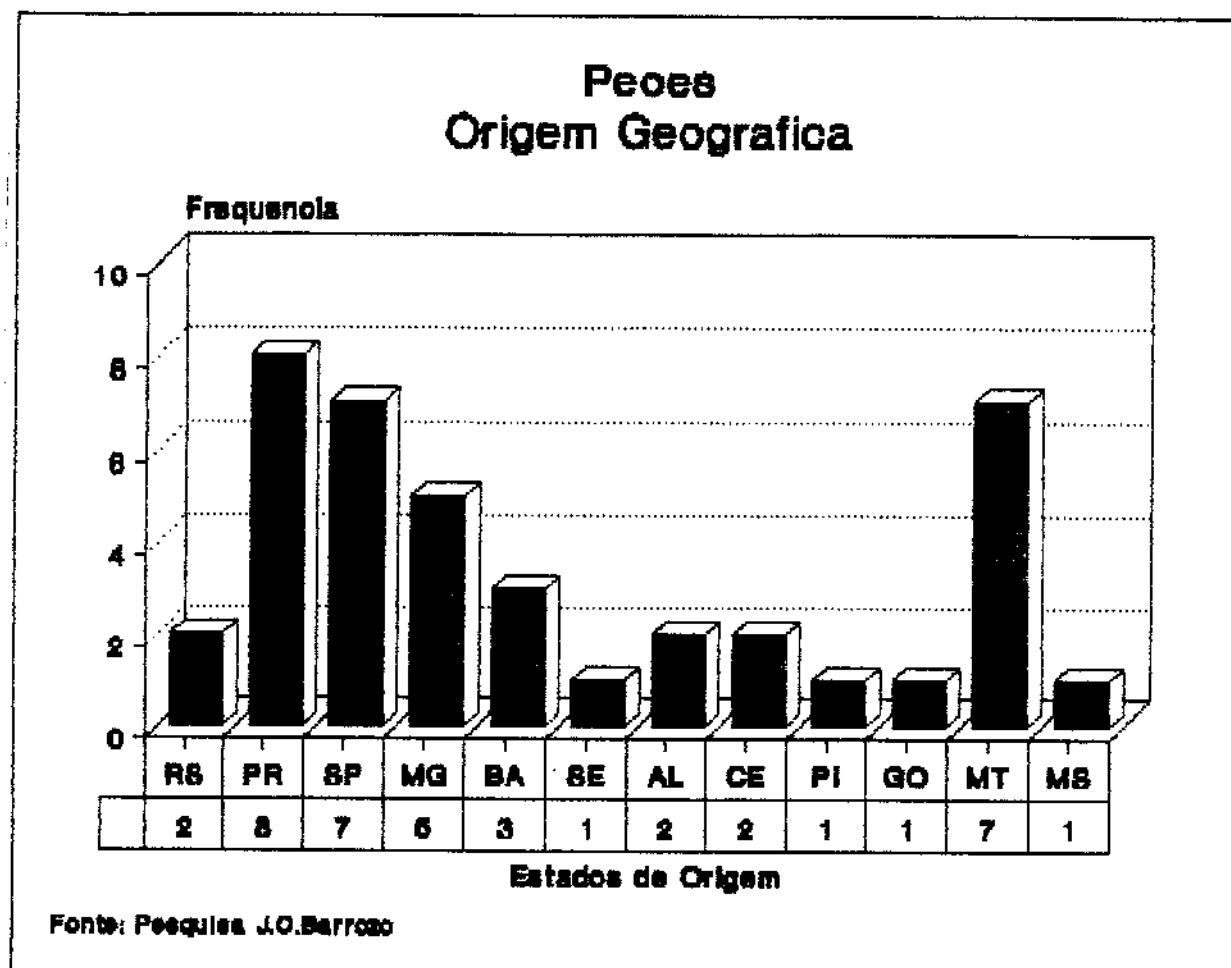
Os dados de minha pesquisa colhidos em Cuiabá/Várzea Grande, indicam que 25% dos peões entrevistados procedem do Sul; 30% do Sudeste; 22,5% do Nordeste e 22,5% do Centro Oeste. (Gráfico II)

A migração acentuada que ocorreu nos últimos anos, principalmente a partir da década de 70, fez com que a periferia das cidades de Cuiabá/Várzea Grande tivesse um crescimento acentuado. Esta população que ocupa os bairros periféricos, forma um verdadeiro "exército de reserva", ou um

²⁴Folha de São Paulo, 13/05/1987.

"viveiro de mão de obra", disponível para os "gatos". Este "exército" é constituído de trabalhadores rurais recém chegados à cidade, trabalhadores urbanos sem profissão, subempregados, menores ainda não inseridos no mercado de trabalho.

Gráfico II.



Alguns chegaram a ter uma posse, ou pequena propriedade na sua região de origem. Outros já eram expropriados, vivendo da venda da força de trabalho, como assalariados permanentes ou temporários. Foram trazidos pelos "gatos", ludibriados por promessas de altos ganhos e boas condições de trabalho.

Este peão vive hoje entre a cidade e as fazendas, as frentes de serviço, de uma empreitada para outra, derrubando mata, abrindo

picada, fazendo cerca, plantando e limpando o pasto para os bois. Forma a fazenda, que permite criar o boi que engordará a conta bancária do empresário. O peão que fez tudo não leva nada. Como diz um deles, "...ninguém pergunta se peão é gente, é homem, é só o braço dele no machado, no terçado, na moto-serra. Peão é só o serviço dele. Sangue de peão engorda boi de paulista."²⁵

Sem saber, o peão, ao fazer tal afirmação, parodiou Marx²⁶, que ao se referir ao processo de expropriação dos camponeses na Inglaterra, lembrou da afirmação de Morus que dissera que "os carneiros comiam carne humana."

Os peões entrevistados em Cuiabá/Várzea Grande declararam ser agricultores (27,77%), trabalhadores rurais (11,11%), trabalhadores braçais (18,50%). Os demais declararam atividades e ou profissões mais ligadas à cidade: pedreiro, fotógrafo, encanador, motorista, pintor, indefinida. (Anexo VI)

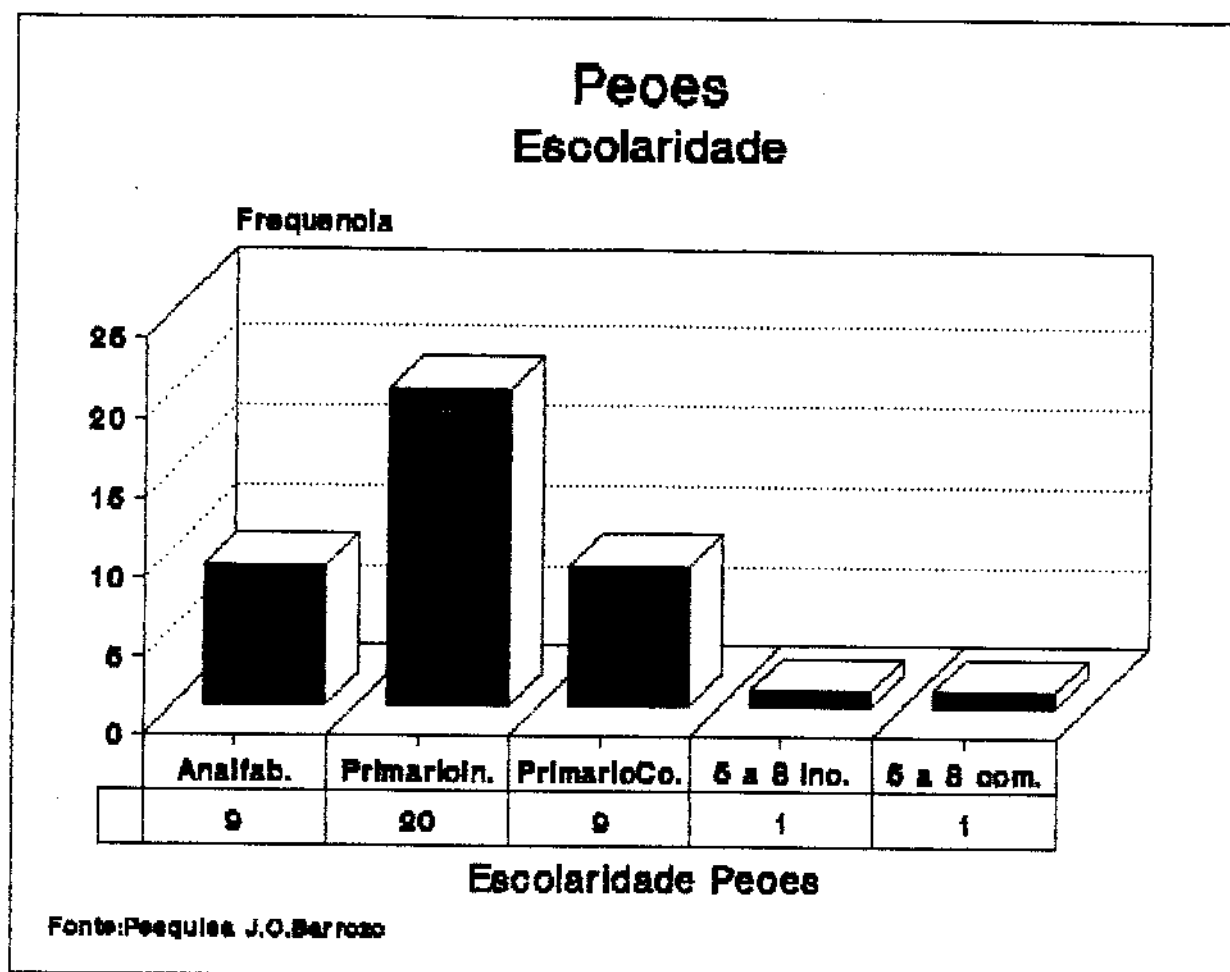
Talvez a qualificação desses trabalhadores possa ser correlacionada com o grau de escolarização. Os dados da pesquisa de campo mostram que 22,5% são analfabetos, e 50,0% declararam ter o primário incompleto. (Gráfico III)

Há uma parcela dos peões oriunda do próprio Estado de Mato Grosso. Estes, quase sempre eram pequenos produtores, os quais foram expropriados pela grande empresa agropecuária. Alguns poucos ainda mantêm os meios de produção, vendendo sua força de trabalho apenas temporariamente, no período das derrubadas, para completar o "ganho da família."

²⁵ Depoimento de um peão, in Lúcio F. Pinto, *op.cit.*

²⁶ O Capital, *Acumulação Primitiva.*

Gráfico III.



III. A MERCADORIA É O HOMEM

"É lamentável que em nosso país,..., quase cem anos após a promulgação da Lei Áurea, trabalhadores sejam comprados e vendidos a serviço de grandes empresas...No Mato Grosso trabalhadores são comprados e vendidos como escravos...Em 1980 um empreiteiro confessou que vendia trabalhadores à Usina de Tucuruí a Cr\$ 3.000,00 a cabeça...uma fazenda de Santana do Araguaia, comprava peões de Paraíso do Norte...(José de Souza Martins)

III. A MERCADORIA É O HOMEM.

Nas relações sociais que se estabelecem entre os homens no processo de produção capitalista, a força de trabalho é vendida e comprada como uma mercadoria.

Nas relações sociais de produção que se estabelecem entre "peões" e "gatos" nas fazendas da Amazônia, não é a força de trabalho do peão que é comprada. É o próprio homem, o peão que passa de vendedor da mercadoria força de trabalho, a mercadoria. O próprio homem passa a ser a mercadoria. Como se dá esta metamorfose?

O peão seria um proletário rural, um volante, semelhante aos existentes em outras regiões? Para entender a especificidade do trabalhador das fazendas de Mato Grosso, identificado como peão, faremos uma análise dos trabalhadores do tipo "volante" de outras regiões, especialmente de São Paulo e da região canavieira do Nordeste.

1.0. Os Trabalhadores Rurais Assalariados em outras regiões.

A partir da compreensão do processo de proletarianização dos pequenos produtores rurais de outras regiões do país, tentaremos compreender o processo pelo qual passou o Peão das agropecuárias recentes¹ da área amazônica de Mato Grosso.

Os estudos mais conhecidos se referem ao "volante" de São

¹Agropecuárias implantadas após a criação da SUDAM, a partir de 1966.

Paulo, o "Bóia Fria", e aos "volantes" da zona canavieira do Nordeste, particularmente de Pernambuco.

Gonzalez e Bastos² caracterizam o "volante" como um

(...) trabalhador que reside fora das fazendas, em geral na periferia das cidades e vilas, e que se desloca continuamente para executar tarefas, em regime de empreitada nas áreas rurais.

O "volante" não só reside fora da fazenda como se desloca do local onde mora, cidade ou vila, para o trabalho na fazenda "continuamente", o que na maioria dos casos significa diariamente.

Este deslocamento diário entre o local onde reside e o local de trabalho, distingue o "volante" do trabalhador "sazonal". Para Gonzalez e Bastos³ ele pode ser caracterizado como aquele que

(...) em determinados períodos deixa sua residência e se desloca temporariamente, para executar tarefas agrícolas, retornando à sua base após o término dessa atividade, (...)

O "volante" se distingue por ser um "trabalhador livre", desprovido dos meios de produção. O "trabalho volante", *latu sensu*, é uma relação de trabalho na qual os produtores diretos vivem exclusivamente da venda da sua força de trabalho, se deslocando

²Gonzalez e Bastos, 1979 p.25.

³*Idem* p.27

continuamente para o local de trabalho, onde executam as tarefas no sistema de empreitada. O sistema de empreitada cria um pouco de confusão na caracterização do tipo de relação que se estabelece. De acordo ainda com Gonzalez e Bastos⁴

(...) o trabalho volante não é uma simples modalidade de trabalho, mas uma forma concreta de relação social de produção, na qual o trabalhador direto encontra-se desprovido de todo meio de produção, exceto de sua força de trabalho...Desse modo as relações sociais de produção que se estabelecem revestem-se de caráter assalariado.

O que caracteriza a relação de produção de tipo assalariada é o fato de o trabalhador direto estar livre dos meios de produção, e livre para vender a sua força de trabalho. Ele recebe, no caso dos volantes, não um salário semanal, ou mensal, mas por uma tarefa executada.

Em São Paulo o volante típico é o "Bóia-Fria", analisado por Maria Conceição D'Incao. O "Bóia Fria" é contratado para executar uma tarefa determinada, sem estabelecer "qualquer vínculo de natureza trabalhista com o empregador". O "Bóia Fria" recebe por produção. Por isto produz muito mais que o trabalhador pago por dia.

No sistema de empreitada, ou tarefa, o trabalhador vai até o limite de suas forças. A jornada de trabalho chega a dez ou doze

⁴Idem, *ibidem* p.30

horas, acrescidas de duas a cinco horas gastas no deslocamento de casa para a fazenda, para ir e voltar.

A produção máxima conseguida comumente por trabalhadores de maior produção é identificada a um dia de salário mínimo."

O trabalhador volante trabalha mais com o objetivo de ganhar mais. Contudo ele produz mais para o empreiteiro, aumentando o tempo de trabalho excedente. Na ilusão de que aumentará o seu rendimento, o volante se "auto-explora", produzindo com isto mais sobre-trabalho.

O trabalhador sazonal foi estudado no Nordeste, entre outros por Manoel Correia da Andrade,⁶ e por Maria Tereza Sales⁷.

De acordo com estes pesquisadores, o trabalhador sazonal é um trabalhador que ainda possui parte dos meios de produção. O trabalho sazonal é considerado como uma atividade complementar a uma ocupação principal, em geral agrícola.

O trabalhador sazonal característico do Nordeste é o "Corumba". Morador do Agreste, se desloca na safra da cana para a Zona da Mata. Terminada a safra, volta para o Agreste para "tocar" o seu roçado. O "corumba" é um assalariado temporário. Este assalariamento tem o objetivo de complementar o rendimento

⁵D'Incao, 1979 p.114.

⁶"A Terra e o Homem do Nordeste."

⁷"Cassacos e Corumbas".

familiar.

Maria Tereza Sales mostra a transformação do morador da Zona Canavieira do Nordeste em trabalhador proletarizado. O "morador" substituiu o escravo nas usinas, como trabalhador livre, à semelhança do colono no cafezal em São Paulo. Nesse processo de transformação houve um período longo de "predomínio de formas intermediárias de relações de trabalho entre a abolição e a instauração das relações salariais puras." Com a extinção do sistema de morador, o "cassaco", que é o "morador que nova safra já não fundou", como diz o poeta João Cabral de Melo Neto, se torna um assalariado puro.

De acordo com Tereza Sales⁸ "cassaco" é o

(...)trabalhador rural que já não planta lavoura ao redor de sua morada(...) como meio de complementar a sua subsistência, vivendo exclusivamente do salário recebido.

O trabalho do volante, por tarefa ou empreitada, seja ele um "bóia-fria", um "cassaco", ou um "peão", assume uma forma diferente, metamorfoseada. Gonzalez e Bastos⁹ afirmam que

(...) o salário por tarefa é um modo transfigurado do salário controlado pelo tempo, que existe onde o trabalhador vende a sua força de trabalho...a modalidade de pagamento do trabalhador volante, por tarefa, não lhe retira o caráter essencial de trabalho assalariado, mas lhe confere apenas, uma

⁸Maria Tereza Sales, 1979 p.21.

⁹Gonzalez e Bastos, op.cit.p.3.

modalidade de trabalho por produção.

A especificidade do trabalho volante está na forma de pagamento. Ele não recebe salário fixo, diário, semanal ou mensal. Recebe por produção. Em consequência, muda a jornada de trabalho, bem como as relações sociais de produção entre o vendedor da força de trabalho, e o dono dos meios de produção.

Esta relação, normalmente, é intermediada pelo empreiteiro ou "gato". Contudo, esta especificidade não lhe retira o caráter de trabalho assalariado, própria do capitalismo.

2. O Volante das agropecuárias de Mato Grosso: O Peão.

Como referimos no Capítulo II, há diferentes categorias de peões. A distinção fundamental se dá em decorrência da perda da posse dos meios de produção, por parte de uns, e da sua posse por parte de outros. Na análise que faremos a partir deste momento, vamos nos ater mais ao "peão do trecho", que perdeu os meios de produção, sendo portanto um proletário, expropriado, ao qual só resta a força de trabalho, no momento em que tiver a liberdade de dispor dela.

Neide Esterci analisa o peão das agropecuárias de Mato Grosso, especialmente do Vale do Araguaia, onde foram implantados grandes projetos agropecuários nas décadas de sessenta e setenta. Os peões eram vistos pelos posseiros como uma categoria carregada de conteúdo negativo. Na visão deles, eram "homens desconhecidos", "sem família", "sem compromisso", "largados", "bêbados", "vendidos".¹⁰

Para Esterci a peonagem é entendida como

(...) forma de subordinação do trabalho

¹⁰ Esterci, 1987 p.136.

distinta do assalariamento tipicamente capitalista, considerando a instituição da dívida, a figura do intermediário e o contrato de remuneração por produção como elementos que compõem a relação.¹¹

Os peões se distinguem dos trabalhadores mensalistas, que são contratados por tempo, pagos à base de salário, os quais executam tarefas na administração da fazenda, ou trabalho direto, em geral, especializado.

O "peão", como uma categoria de trabalhador se tornou mais frequente e generalizada com a abertura das grandes fazendas agropecuárias incentivadas pela SUDAM.

A forma assumida pela ocupação da chamada Amazônia Legal depois de 1960, disseminou por toda a região um modo de subordinação que logo passou a ser conhecido como uma espécie de nova e espúria escravidão.¹²

Os jornais costumavam publicar notícias com manchetes tais como: "Comprei um escravo"; ou "Escravidão e Feudalismo no norte de Mato Grosso",...; assim como denúncias de peões relativas à exploração, maus tratos, aprisionamento, que atestam um tipo de relação diferente, que não se enquadra nas relações que seriam de se esperar de empresas que se apresentam como modernas, capitalistas.

Por outro lado os próprios peões usavam expressões que denunciavam um tipo de relação de subordinação que não era uma relação de livre vendedor de força de trabalho. Expressões utilizadas por peões como: "porque nós estamos aqui, presos num curral, e nossos companheiros já fugiram", demonstram que estes trabalhadores não se consideram livres.

¹¹ *Idem* p.137.

¹² *Idem, ibidem* p.139.

Só recentemente a literatura sociológica produzida, no que se refere à peonagem, passou a dar importância à coerção física nas relações de trabalho, deixando de enfatizar o "caráter emergente desses novos personagens como assalariados temporários."¹³

De acordo com Esterci, a relação que se estabelece entre "peões" e "gatos" nas agropecuárias é mais uma forma de escravismo, devido aos "mecanismos de coerção sobre os quais repousa esta forma de subordinação do trabalho", que são indicadores de alguma particularidade desta relação.

A dívida é um mecanismo utilizado para justificar o "cerco aos trabalhadores", configurando como "fugas" as tentativas de abandonar a área de serviço. "O que está em jogo, (...), é a perda, por parte do trabalhador, da condição de livre possuidor de sua força de trabalho."

A constituição da dívida, no entanto, está associada à forma de exploração e controle sobre a força de trabalho que as empresas exerciam através dos intermediários e da remuneração por produção.¹⁴

Os intermediários são parte importante na relação que se estabelece com o peão. Os empreiteiros, ou "gatos", recrutam, organizam e fiscalizam o trabalho da grande massa de peões para a empresa. Os intermediários podem ser grandes empreiteiros, que recrutam e comandam turmas de até centenas de peões, ou subempreiteiros, os "gatinhos", que assumem pequenas turmas de peões.

Os "chefes de time" são pequenos intermediários que recrutam e comandam o trabalho de peões, mas "diferem dos demais pelo fato

¹³Martins, Berno, e recentemente a Igreja tem se pronunciado a respeito, destacando-se a Reunião da C.N.B.B. realizada em Itaici no final de abril do corrente.

¹⁴Idem, *ibidem* p. 140.

Os "chefes de time", em geral, recrutam seus companheiros entre pessoas de suas relações e "não subempreitam o serviço dos demais trabalhadores, mas formam com eles uma sociedade, repartindo com eles tanto as tarefas, como o saldo obtido."

O peão pode escolher entre o "contrato livre", onde as despesas com alimentação "corriam por conta do peão", e o "contrato cativo", quando "as despesas eram descontadas no montante devido aos trabalhadores no final da tarefa."

O preço das tarefas varia conforme a maior dificuldade para executá-la. As mais difíceis, como a abertura de picadas, e derrubada de mata fechada, são as de maior preço. As tarefas mais difíceis possibilitam uma maior margem de lucro. Os trabalhadores diziam que a "empreitada que mais compensava era a abertura de picadas, o que demonstra a percepção do salário por produção."

Os peões consideram o contrato por produção mais vantajoso que o contrato por tempo, uma vez que "avaliavam poder aumentar sua margem de ganho pela intensificação voluntária da força de trabalho e pela redução intencional dos gastos."¹⁵

Os "gatos" encaram como prejuízo o "saldo" dos peões. Para evitar este "prejuízo", utilizam de recursos tais como roubar na medição das tarefas, aumento exagerado dos preços das mercadorias, inclusão de itens não consumidos na conta.

O intermediário "livrava a empresa das acusações de uns e outros, na medida em que os peões tendiam a ver nos empreiteiros os autores da exploração de que eram vítimas, e estes tratavam sempre de repassar aos trabalhadores diretos o ônus da maior exploração."¹⁶

A dívida dos peões, que surge "da diferença entre o montante das despesas debitadas e da remuneração devida, favorável ao empregador", obriga os peões a ficarem na dependência do "gato" até saldar o débito.

Estas dívidas provém do "abono", das despesas de viagem, do

¹⁵ *Idem, ibidem p. 43.*

¹⁶ *Idem, ibidem p. 144.*

"fornecimento", do pagamento da dívida na pensão. O "abono", utilizado pelos peões para suprir as necessidades da família na sua ausência, ou para gastar, no caso dos peões sem família, tem uma função privilegiada no estabelecimento da relação de subordinação do peão. Isto porque, "garantia a legitimidade da vigilância e da coerção exercida sobre ele (o peão) num momento em que outras formas de coerção não teriam condições de se exercer."¹⁷

As desistências após o recebimento do "abono" são consideradas como "fugas", justificando as buscas ao "fugitivo", pelo fato de ser um devedor. Os "gatos" utilizam o "abono" como um pretexto para "iniciar uma relação de coerção sobre a força de trabalho", calculando o total do "abono" de acordo com a "responsabilidade e capacidade produtiva de cada trabalhador".

As despesas de viagem são incluídas na conta dos trabalhadores, entrando também para a conta os gastos com transporte, alimentação, e gastos eventuais feitos durante a viagem.

"A transferência de dívida, que podia ser feita com o abono, é que é denunciada como compra de peões."

Embora encubram a natureza específica da transação em jogo, estas expressões não são de todo inadequadas, pois apontam para um mecanismo de cerceamento do trabalhador enquanto livre vendedor de sua força de trabalho, o que caracterizaria a relação tipicamente capitalista; uma vez a dívida sendo paga pelo empreiteiro ao "gato", o trabalhador ficava obrigado a trabalhar para o pagador até a dívida ter sido resgatada.¹⁸

Os gastos de "fornecimento" se referem às aquisições feitas pelo trabalhador durante o período de trabalho. O "fornecimento" é

¹⁷ *Idem, ibidem.*

¹⁸ *Idem, ibidem p.146.*

feito pelos empreiteiros por altos preços, além de que incluem na conta dos trabalhadores itens não consumidos.

O trabalhador não ilegítimava o compromisso que lhe advinha do endividamento; enquanto não liquidava a dívida, sabia que não era livre para vender a outro sua força de trabalho, mas percebia que, muitas vezes, por mais que intensificasse o uso da sua força de trabalho, por mais que se esforçasse para reduzir os seus gastos, corria sempre o risco de não conseguir eliminar a dívida que o aprisionava.¹⁹

Contudo esta percepção não eliminava a "ilusão do saldo", levando-o a engajar-se novamente na peonagem. Raramente um peão "admitia ter obtido um saldo suficiente para realizar a viagem de volta ao seu lugar de origem..."

A obtenção do saldo é motivo de orgulho. A volta sem o saldo é uma vergonha, levando os peões a protelarem a volta, na esperança de se sair melhor na próxima empreitada. Esta esperança pode se prolongar indefinidamente.

A cadeia de exploração por que passa o peão tem como elementos fundamentais, na constituição da dívida, os donos de pensão.

Outro mecanismo utilizado pelos "gatos" para explorar o peão é a utilização do "vale". A institucionalização do "vale", é utilizada pelos empreiteiros para pagar os peões porque, segundo os "gatos", falta dinheiro vivo. Nas vilas havia os comerciantes que "trocavam os vales por um preço abaixo da quantia neles estipulada." Posteriormente o "vale" era resgatado pelo empreiteiro, e o lucro dividido entre ele e o comerciante.

Como o peão reagia a esta exploração? A reação era mais verbal, "questionando e denunciando as formas de exploração". Mas

¹⁹ *Idem, ibidem p.147.*

havia reações práticas, manifestadas na deterioração da qualidade do serviço, a "malandragem"; pela pressão coletiva sobre o empreiteiro e funcionários da fazenda, ameaçando-os fisicamente; era a "greve"; ou então, o que é mais comum, pelo abandono individual ou coletivo da área de serviço, antes do término da empreitada. Era a "fuga".²⁰

A falta de liberdade do "peão do trecho" decorre dos vários mecanismos criados pelo "gato" para retê-lo ou "cercear" a sua liberdade. Dentre os vários mecanismos, a pensão é um elo importante. Como o "peão do trecho" não tem família, nem casa, a pensão passa a ser a "sua casa" na cidade.

3.0. A Pensão.

O Bairro do Porto, em Cuiabá, é um ponto de referência para os peões. Situado na parte velha da cidade, vai até à margem do rio Cuiabá, passando pela ponte "velha" e pela "feirinha". O bairro é cortado pelas ruas "13 de Junho", pela "Tenente Cel. Duarte", e outras transversais, de menor importância.

No Porto há a Praça "Luiz de Albuquerque", na cabeceira da ponte, a Marinha, que lembra os tempos em que o rio Cuiabá foi uma importante via de navegação, o "mercado do peixe", os velhos casarões já decadentes que abrigam lojas, hotéis populares, as pensões, bares, casas de prostituição e, como a vigiar tudo, a Delegacia de Polícia, bem em frente da Praça.

As pensões se concentram mais no bairro do Porto, embora haja algumas em outros bairros, especialmente próximo à rodoviária. Há alguns anos havia uma pensão próxima à "feirinha" do Porto, que ostentava na porta da frente uma placa com a seguinte inscrição: "Pensão para Trabalhadores Braçais."

O bairro é conhecido pelos peões. Concentra serviços e diversões que os satisfazem quando estão na cidade, destacando-se as pensões "especializadas" para trabalhadores braçais.

²⁰*Esterci, op.cit.*

Com o calor da tarde há uma calmaria, que só é quebrada depois das 16 horas, quando recomeça o movimento da "feirinha" e do mercado do peixe. Vendedores, carregadores, compradores, movimentam as ruas adjacentes. Os peões que estão nas pensões saem para a rua, onde ficam até altas horas da noite.

Como um elo importante no complexo de exploração do peão, veremos como funciona a pensão. Seu "D...", dono de uma das pensões do Porto, já foi peão e empreiteiro. Baiano, trabalhou em Mato Grosso do Sul, onde "tocou" um hotel para peões. Seu irmão, um grande empreiteiro de mão de obra rural em Mato Grosso, conta que começou a trabalhar com hotel em sociedade com o irmão em Campo Grande, atual Mato Grosso do Sul.

Em depoimento a "O Correio"²¹ este empreiteiro disse que comprou um hotel que

(...) tava vazio de comida e de freguês. Comprei comida fiado, mandei a cozinheira fazer e saí para a estação de ferro. Lá saí anunciando o "Sempre Hotel", dizendo que o ônibus para Dourados passava na frente do meu hotel. Enchi um caminhão de gente e fui pro hotel. Mas o ônibus para Dourados não passava em frente do hotel coisa nenhuma.

O "gato" que relatou este fato, conta que foi ao dono da empresa de ônibus, sem compadre, contou o que fizera, e a partir do outro dia o ônibus passou a fazer ponto em frente do hotel...

O hotel cobra uma diária, na qual estão incluídas duas refeições, mais o "pouso". O dono da pensão prefere que o peão pague adiantado alguns dias. Seu "D..." diz que pede o adiantamento porque "os peões não têm controle do dinheiro, e porque depois de beber são roubados até pela polícia."

Recebendo adiantado o dono da pensão se previne contra

²¹"O Correio", Várzea Grande, 13 a 19/04/1986.

eventuais prejuízos.

Os hotéis ou pensões onde se hospedam os peões funcionam em casarões antigos. Os quartos são dormitórios para vários hóspedes, com redes dependuradas de lado a lado, ou então várias camas. Quando o peão tem a rede, a diária é mais barata. Para dormir em cama a diária é maior.

A pensão também hospeda peões que são recomendados pelos "gatos" e pequenos fazendeiros. Quando o "gato" ou o fazendeiro é conhecido, basta assinar um "vale". Neste caso o peão fica por conta de quem o recomendou, que é quem dá a garantia do pagamento. Seu "D..." disse que os "gatos" conhecidos, de sua confiança, podem até levar os peões sem pagar no ato, deixando para acertar quando receberem o pagamento da fazenda. Os "gatos" desconhecidos só levam os peões se fizerem o pagamento no ato.

O problema dos peões que estão com dívida grande na pensão é resolvido entre o dono da pensão e o "gato". Neste caso o "gato" vai se entender com o peão na frente de serviço, na fazenda. O peão não participa do "negócio", da transação onde está em jogo a sua força de trabalho, sua pessoa, sua própria liberdade.

A dívida que o peão tem para com a pensão é transferida para o "gato". A dívida, no caso o valor transferido, gera dúvidas e desentendimentos. Tanto os peões como os "gatos" dizem que os donos de pensão aumentam o valor da dívida transferida. Vejamos o que diz "R.....", em seu depoimento:

Acontece que, quando voce chega pro dono do hotel e pergunta a conta do peão, se ele devia 500,00 o dono do hotel diz que ele deve 2.000,00. Muitas vezes o peão combina com o dono da pensão e, no meio do caminho, ele foge e volta pro hotel para repartir o dinheiro que levou do cotratador.²²

²²Idem. É interessante que este mesmo gato foi dono de hotel, e sócio do hotel de seu irmão.

Para o "peão do trecho", que não tem casa nem família, a pensão é a "sua casa" na cidade, para onde ele vai quando volta do trabalho na mata, da frente de serviço. É na pensão que o peão fica na cidade nos dias de intervalo, quando descansa e se diverte. É na pensão que ele espera o novo serviço. Muitos peões se hospedam sempre no mesmo hotel. Seu "D..." me disse que a prova de que ele trata bem os peões é que muitos são fregueses dele há anos.

As pensões estão articuladas com os "gatos" e pequenos fazendeiros que contratam peões diretamente, sem intermediários.

A pensão é um dos elos na cadeia de aliciamento e recrutamento dos peões das fazendas. Alguns empreiteiros trazem os peões para a cidade deixando-os na pensão "por sua conta", dando a garantia ao dono da pensão. Isto se for conhecido e de confiança.

Em algumas ocasiões o dono da pensão é incumbido de mandar um determinado número de peões para o "gato". Neste caso ele manda os peões, sob a responsabilidade de uma pessoa de sua inteira confiança. Cada peão "vale" o que foi gasto com ele, motivo pelo qual a sua fuga dará um prejuízo equivalente ao gasto feito com o mesmo. Por isto são mantidos sob estrita vigilância.

Quando o peão está devendo, o dono da pensão passa a vigiá-lo para evitar a fuga, e, em consequência, o prejuízo. Uma das garantias são os objetos de valor e os pertences pessoais do trabalhador. Como disse seu "D...", em caso de fuga a esperança é que o peão volte um dia, porque não há muitos lugares onde ele possa se hospedar.

A pensão, como parte do complexo de exploração do peão, cobra por um serviço prestado. A questão principal não está na cobrança do serviço prestado, a hospedagem e alimentação, mas na transferência da dívida para o "gato", por um valor maior que o devido. O aumento do valor da dívida, cria a dependência do peão.

Como elo fundamental na cadeia de exploração dos peões, a pensão é responsável pelo seu maior endividamento no momento da transferência da dívida para o "gato". Esta transferência da dívida que é considerada por muitos como "venda de peões". Os donos de pensão negam esta acusação feita por ambas as partes: trabalhadores

e empreiteiros. O aumento -do valor da dívida é uma fonte de rendimento extra para a pensão, e uma das causas da dependência do peão. A pensão se livra do "prejuízo", e o "gato" faz um "investimento", que lhe possibilitará justificar a exploração a que submeterá os trabalhadores.

Apesar de explorá-los, os donos de pensão se consideram como "pais" ou "mães" dos peões, alegando que os mesmos são acolhidos por eles quando não tem para onde ir, sem dinheiro, nem trabalho. Seu "D..." ²³disse que "ajuda os peões", que "são pobres vítimas", "pobres coitados que não conseguem sair desta vida." Os peões são "vítimas dos espertalhões" que os ludibriam, das mulheres, da polícia, dos donos dos "botecos" e dos bares. Estes, tanto aumentam o valor das bebidas consumidas, como aumentam o número de unidades que são cobradas.

A relação entre peões e donos de pensão é contraditória. Estes se apresentam como benfeitores dos peões, ao mesmo tempo que se referem a eles como "pessoas sem juízo", "descontrolados", que por isso precisam ser tutelados. Muitos peões vêem dessa maneira sua relação com os donos de pensão.

O "gato", no momento em que precisa de trabalhadores para executar serviços nas fazendas, vai buscá-los nas cidades. A pensão é um dos locais onde ele encontra estes trabalhadores à sua espera.

4.0. O Recrutamento dos Peões.

O recrutamento dos peões é feito com maior intensidade no final do inverno da Amazônia, ou seja, a partir de meados do mês de maio. Como a maior parte dos empresários, donos das agropecuárias, residem fora dos Estado de Mato Grosso, ou fora da região, muitas decisões relativas ao processo produtivo são tomadas em São Paulo, Belo Horizonte, Goiânia, ou até no exterior.

A área a ser "derrubada" depende do montante de recursos financeiros captados pela empresa junto às instituições financeiras

²³Depoimento de seu "D...", ao pesquisador, em sua casa no bairro do Porto.

governamentais. As agropecuárias da Amazônia são financiadas pelo BASA e BANCO DO BRASIL. O crédito oficial e os subsídios representam um percentual muito alto dos investimentos aplicados nos projetos aprovados na área da SUDAM. As empresas desembolsam apenas um pequeno percentual de recursos próprios. (Ver Anexo VII)

A disponibilidade de recursos financeiros condiciona o planejamento e execução dos serviços de "derrubada", feitura de cercas, e plantio de capim, ou pasto. A extensão das áreas a serem desmatadas é decidida depois da liberação do crédito oficial.

Os administradores da agropecuária decidem o preço de cada empreitada a ser feita, decisão que muitas vezes é tomada no escritório da empresa, na cidade.

O empreiteiro geral é responsável pela execução dos serviços de desmatamento. Ele viaja para as cidades e vilas da região para contactar os "gatos". A notícia corre de boca em boca com rapidez. Os "gatos" aparecem para saber dos preços e condições oferecidas. O empreiteiro geral procura tirar o máximo para si, diminuindo o preço oferecido. Acertado o preço e condições, é feito um contrato com o empreiteiro. Este contrato é formal, muitas vezes registrado, com condições precisas com prazos e custos da empreitada. (Ver Anexo VIII).

Quando há conhecimento e confiança mútua entre os contratantes, é feito um adiantamento em dinheiro para as despesas.²⁴ Depois de assinado o contrato e de receber o adiantamento em dinheiro, o "gato" começa o aliciamento dos trabalhadores. Para isto precisa ter habilidade e "manha" para conseguir os peões.

O "gato" experiente sabe onde encontrar os trabalhadores para este tipo de empreitada. Nas áreas de colonização, no norte do Estado de Mato Grosso, localizadas próximas das grandes agropecuárias, os "gatos" agenciam os posseiros e parceiros dos projetos oficiais de colonização.

²⁴As principais despesas do "gato" antes de iniciar o serviço são: pagamento da dívida dos peões na pensão, adiantamentos ("abono"), transporte, compra de ferramentas e mantimentos.

A escravização tem vários mecanismos; começa com a ida de um aliciador, ou do próprio fazendeiro, a uma região pobre, onde há pequenos agricultores sem recursos, desempregados sazonais e trabalhadores sem terra.²⁵

Quando o serviço é muito grande e há falta de peões os "gatos" vão buscá-los mais longe . Se for preciso, vão até em outros estados: Goiás, Minas Gerais, São Paulo, e mesmo no Nordeste. Depois estes trabalhadores "são vendidos como uma mercadoria qualquer aos empreiteiros encarregados do desmatamento."²⁶

Muitos destes trabalhadores vão para o serviço de "derrubada" nas agropecuárias desconhecendo o que os espera. Outros, mesmo sabendo das condições de trabalho, vão para as "glebas" porque não têm outra alternativa de trabalho. O empreiteiro os "enrola", faz promessas mirabolantes, os ludibria.

Especialmente aos jovens e solteiros são oferecidas condições de trabalho melhores que as locais: assistência médica, contrato, bom salário, transporte. Promessas que não serão cumpridas.²⁷

Para atrair os peões o "gato" utiliza artifícios, oferecendo vantagens, preços atraentes, alimentação e ferramentas por conta do empreiteiro, assim como a viagem de graça. As denúncias publicadas nos jornais locais e nos jornais de São Paulo dão uma amostra do que acontece.

(...) José Gonçalves, um dos poucos que conseguiram fugir da Fazenda Santa Terezinha e chegar com vida em Rondonópolis, confirmou a situação de penúria em que vivem os contratados da fazenda. Eles foram lá contratados e com

²⁵ *Martins, in Fôlha de São Paulo, 13/05/1987.*

²⁶ *Martins, 1980 p.52.*

²⁷ *Martins, in Fôlha de São Paulo, 13/05/1987.*

base em promessa de bons salários e bom tratamento, mas ao chegarem em Paranatinga (...) constataram que tudo que foi prometido não passou de mentiras, e eles tiveram que se contentar com os 400,00 por mês, sendo obrigados a deixar todo o dinheiro na própria localidade...²⁸

Outra denúncia envolve a contatação de pelo menos setenta (70) trabalhadores de Cuiabá, levados pelo "gato Zé Português", para Rondônia. A fuga de três deles da fazenda, e a posterior denúncia das condições de trabalho e de vida a que eram submetidos, levaram os jornais a noticiar o fato, e o Ministério Público de Rondônia a fazer uma investigação. (Anexo) Os peões fugidos afirmam que

(...) foram procurados há cerca de um mês por um "gato" que queria contratar trabalhadores braçais para o serviço de roçada e derrubada de mata (...) com salários de 1.200,00 por mês, livre de despesas. (...) tão logo embarcaram o "gato" expôs uma nova proposta, ou seja, o salário foi reduzido, e as despesas que deveriam ser custeadas pelos empregadores, passariam daquele momento em diante a correr por conta dos novos contratados.

Um adiantamento é deixado para a subsistência da família. É o início do débito que os reduzirá à escravidão.

4.1. O "abono" ou a "compra de peões".

No final da derrubada o peão volta para a cidade. Os que têm família vão para casa. O "peão do trecho" vai para a pensão. Recomeça o ciclo.

²⁸ "O Estado de Mato Grosso", 03/06/1986.

Depois de alguns dias, quando já gastou todo o seu dinheiro, o peão começa a se endividar na pensão. A partir desse momento ele está pronto para voltar para o serviço, para a mata. Fica à espera do empreiteiro, para ser levado por ele. Como o "gato" está à procura de trabalhadores, ele vai à pensão. Os empreiteiros pagam seu débito, "resgatando-o" da pensão. O dono da pensão em alguns casos até "vende o peão no fiado". A dívida é transferida, deixando o acerto para mais tarde, quando sair o pagamento da agropecuária. A partir daquele momento o trabalhador é "propriedade" do "gato".

(...) o que está em jogo é a perda, por parte do trabalhador, de sua condição de livre possuidor de sua força de trabalho: ele passa, através da dívida, de livre a escravo; de possuidor de uma mercadoria, a mercadoria.²⁹

Depois de acertado o serviço com o empreiteiro, Sebastião lhe pede um "abono" para a despedida da cidade. Como vai passar vários meses no mato novamente, "sem mulher e sem Brahma", os peões costumam "zuar"³⁰ na última noite que passam na cidade. O "gato" não cede fácil, "regatea", mas por fim dá o "abono" pedido. Sebastião não deve nada no hotel, que já havia pago adiantado.

Severino, ao contrário, deve oito diárias no hotel. Acerta com o "gato" que salda o seu débito e lhe dá o "abono" para gastar antes da viagem. Severino já vai sair da cidade endividado, completamente dependente do "gato".

A dívida imobiliza o peão. O empreiteiro se apropria dele como de uma mercadoria. Este trabalhador não dispõe mais da sua força de trabalho, nem dele mesmo, que se "transforma em mercadoria", ao ser "comprado pelo gato". O peão passa de livre possuidor de sua força de trabalho, a uma situação semelhante à do escravo. A mercadoria

²⁹ Esterici, *op.cit.* p.20.

³⁰ "Zuar", termo popular utilizado com o significado de farrear.

é o próprio homem.

"O resgate da dívida do peão é uma operação contraditória para o peão. Ao ser resgatado da pensão, ele sai da situação de dependência ,de dívida, em relação ao dono da pensão. Mas esse resgate, relativamente à pensão, leva-o à dependência em relação ao gato." ³¹

A transferência da dívida, da pensão para o "gato" é, usando uma analogia, como se o peão estivesse "empenhado" , por conta da dívida, como eles costumam fazer com objetos de uso pessoal, e o "gato" paga o valor do empenho para tirá-lo do "prego". O "peão-objeto", até então empenhado, passa a pertencer a quem o resgatou, ou assumiu a sua dívida, ou seja, o "gato".

Quanto ao "abono", ele cria a mesma dependência em relação ao "gato".

O "abono" é crucial no estabelecimento da relação, pois cria dívida e, portanto garante a imobilização do trabalhador no momento em que outras formas de coerção não têm condições de se exercer.³²

O "abono" é visto por muitos como "compra de peões", porque,

(...) embora encubra a natureza específica da transação em jogo, a expressão não é de todo inadequada, pois ao aludir à relação escravista, aponta para o cerceamento do trabalhador enquanto livre vendedor da sua força de trabalho, que caracteriza a relação tipicamente capitalista.³³

³¹ Esterici, in *Boletim da CPT*, 1980, p.11.

³² *Idem*, p.12.

³³ *Idem*, *ibidem* p.12.

O "cerceamento" do trabalhador como livre vendedor de sua força de trabalho, pode ser visto observando os mecanismos de controle utilizados pelo "gato" e pelos "fiscais" das agropecuárias.

Os "gatos" em geral têm fama de valentes, e não raro de maus. Andam sempre armados, acompanhados de seus ajudantes, os "bate-paus", que fiscalizam os peões no serviço. Um "gato" me disse que os peões são traiçoeiros e por isso precisava andar sempre armado. Ele disse ainda que "nunca dorme no mesmo barracão dos peões."³⁴ Fica sempre afastado, em local seguro, de onde pode vigiá-los. O trabalhador é visto como propriedade sua.

(...) a venda de peões é sempre justificada pelas dívidas que o trabalhador é obrigado a contrair durante a viagem com alimentação e o próprio transporte. A transferência da dívida possibilita que o peão seja escravizado enquanto dele necessitar.³⁵

A dívida justifica o controle e o cerceamento da liberdade dos trabalhadores. Estes, por sua vez, tentam se libertar através das fugas. Os que tentam fugir, quando apanhados, são duramente castigados, porque a fuga caracteriza um roubo.

(...)O peão que tenta fugir é castigado ou executado em nome do princípio de que se trata de um ladrão - está tentando fugir com o que pertence ao empreiteiro que o comprou: a sua força de trabalho.³⁶

³⁴ Depoimento do "gato" "A.....", em entrevista feita na sua casa, na periferia de Várzea Grande.

³⁵ Martins, 1980 p. 53.

³⁶ Idem, ibidem p.53.

São frequentes as fugas de trabalhadores antes e durante a viagem. Principalmente os que estão com dívida grande. Quando o peão foge o empreiteiro se sente lesado porque se julga dono dele. Este sentimento de posse é entendido como uma relação social de tipo escrava.

O trabalhador endividado tem que trabalhar com o "seu dono" até saldar o débito. Enquanto isso é vigiado para não fugir. A vigilância e controle constantes, tiram-lhe a liberdade de sair, de se locomover livremente.

Esta situação absurda, apesar de cem anos de "abolição da escravidão", levou Martins³⁷ a se manifestar a respeito:

É lamentável que em nosso país (...) quase cem anos após a promulgação da Lei Áurea, trabalhadores sejam comprados e vendidos como se fossem escravos para serem colocados a serviço de grandes empresas nacionais e multinacionais, cujos empreendimentos são alimentados em três quartas partes por dinheiro que pertence legitimamente a todo o povo brasileiro (...) No Mato Grosso, em povoados do Norte do Estado, (...) trabalhadores são comprados e vendidos como escravos até por interferência policial. Existe ali o hábito de se cobrar carceragem do preso. (...) Quando o preso não dispõe de recursos, só pode ser libertado por um terceiro que interfira. Muitas vezes este terceiro é o "gato" que, por ter pago a carceragem, adquire o suposto direito de reter o peão consigo e de levá-lo para a mata pelo tempo que julgar necessário...

5.0. A Viagem: da cidade à agropecuária.

Depois de recrutar os peões na periferia da cidade, e nas pensões, o "gato" leva-os para o serviço na agropecuária. Em geral

³⁷ *Idem* p. 88.

a viagem é longa, visto que o Estado de Mato Grosso tem mais de oitocentos mil quilômetros quadrados, e o acesso às agropecuárias do norte do Estado é precário.

Anos atrás o transporte era feito, a partir de Cuiabá/Várzea Grande, em caminhões de carga, os "paus de arara", e até, em alguns casos, em caminhões de transporte de gado, os "caminhões gaiola".

Hoje, devido ao maior controle de alguns órgãos de fiscalização, normalmente eles são transportados a partir de Cuiabá em ônibus de linhas regulares, ou fretados, que os levam até à cidade mais próxima da agropecuária. De lá em diante o transporte é feito em caminhão, em trator, ou barco, ou até a pé. Quando não tem rio navegável, nem estrada até a fazenda, os trabalhadores são levados de avião.

Em depoimento prestado por trabalhadores de Cuiabá, levados para uma agropecuária de Rondônia (Anexo IX), os peões disseram que

(...) vieram de Cuiabá até a sede da fazenda em caminhão tipo pau-de-arara em número de mais de 70 homens, sendo que, no caminhão não tinha banco; que da sede da fazenda até o local de trabalho, uns 15 km., foram de trator e a pé; (...) ³⁸

Vejamos outro depoimento feito por três peões, fugidos de uma fazenda em Cerejeiras:

(...) foram transportados de ônibus até a cidade de Colorado do Oeste, em Rondônia. Desta cidade foram levados em um caminhão boiadeiro até a fazenda São José; desta foram levados de avião até o local onde deveriam trabalhar... ³⁹

³⁸ *Termo de declaração de um peão ao Ministério Público - Promotoria de Justiça - do Estado de Rondônia.*

³⁹ *Idem, ibidem.*

Anos atrás, na década de sessenta, quando começaram a abrir as grandes agropecuárias, conforme depoimento feito a mim por um morador da periferia de Cuiabá,⁴⁰ "os peões eram transportados em caminhões boiadeiros trancados com cadeados". O informante declarou ter visto na localidade de Jangada, o "gato" comprar alguns "radinhos de pilha" e jogá-los dentro do caminhão para os peões, que os disputavam corpo a corpo. O dono da loja, que vendera os "radinhos de pilha", lhe disse na ocasião que posteriormente o gato cobraria um radinho de cada peão. Como não jogava rádios para todo mundo, muitos iriam reclamar por ter que pagar sem ter recebido. Para estes a resposta era que "não pegou porque não quis..."⁴¹

A viagem começa num ponto pré-determinado, que pode ser a pensão, a casa do "gato", ou a rodoviária. Na hora do embarque, nem sempre aparecem todos os peões contratados. Alguns, depois de pegarem o "abono", "caem fora", ou "dão o tombo" no "gato". Quando vão de ônibus de linha, não têm como adiar a viagem para "caçar" os peões que não compareceram. Neste caso levam prejuízo. Quando a viagem é feita em caminhão ou ônibus fretado, os fiscais e o empreiteiro vão à procura dos "fujões". Em alguns casos os "gatos" recorrem até à polícia. Como o peão é considerado uma propriedade do "gato", julga-se com direitos sobre ele. Alguns peões que "dão o tombo no gato", não podem mais voltar para casa durante um certo tempo, com medo de serem capturados, e mesmo de sofrer violência física.

Como o "gato" perde dinheiro com as "fugas", ele tenta recuperar os "fujões". Vigia sua casa, os botecos e bares que ele frequentava.

A viagem é tensa. Os "bate-paus" redobram a vigilância para evitar fugas, e, em consequência prejuízos. Os trabalhadores estão tensos porque vão para o desconhecido, para o incerto. Para os novatos ("barriga") a insegurança e incertezas são maiores. Os ajudantes do empreiteiro não perdem ninguém de vista. Como me disse

⁴⁰Depoimento de um dono de boteco do bairro "Quarta Feira", de Cuiabá.

⁴¹Idem, ibidem.

um "gato", os peões mais "treiteiros" sabem todas as manhas para fugir. Os locais mais propícios para a fuga são as vilas e cidades, onde eles podem se misturar com o povo e dificultar a captura. Em caso de fuga são "caçados". Caso sejam encontrados, normalmente recebem um "corretivo", que, dependendo das circunstâncias, fica adiado para mais tarde, para quando chegarem na mata, na área do acampamento. A despesa real ou presumível, feita com a captura dos fujões, é debitada na conta de todos.

Quando a viagem é feita em caminhões abertos, tipo pau-de-arara, alguns tentam fugir saltando na estrada, principalmente à noite. Os mais experientes muitas vezes conseguem escapar. Alguns, quando o caminhão passa por baixo de árvores grandes e copadas, se agarram nos galhos, e, caso tenham sucesso, ficam pendurados sem que ninguém perceba. Os novatos, ainda inexperientes, muitas vezes se machucam, fraturam ossos, e, não raro, até morrem.

O transporte dos peões é também uma fonte de rendimento para o "gato". Sobre o custo do frete do veículo, ele acrescenta um percentual, o "seu lucro", que será descontado dos peões, como o preço da passagem.

Um grupo de trabalhadores, levados em março de 1986 de Cuiabá para Rondônia, pagou de passagem para o "gato" a quantia de quinhentos cruzados. Pela linha de ônibus a passagem custava mais ou menos cento e cinquenta cruzados.

Quando iniciam a viagem os peões não sabem quanto vão pagar de passagem. Em geral os "gatos", antes da viagem, dizem que o transporte é por sua conta. Depois, quando chegam ao local do serviço, na fazenda, os peões ficam sabendo que a viagem lhes será cobrada. Entra na coluna dos "débitos" no "caderninho do gato".

A viagem, no início, trás uma expectativa, um sentimento de liberdade em relação à pensão, à dívida, de poder trabalhar para ganhar novamente.

Uma vez na mata, na área de serviço, os trabalhadores ficam isolados, "nas mãos do gato", totalmente dependentes dele. Não têm a quem recorrer. Estão longe da ação do aparelho judicial, e da

vigilância do Ministério do Trabalho.

Depois de horas de viagem, o caminhão para num posto/restaurante de beira de estrada. Os peões descem acompanhados pelo olhar atento e vigilante dos "gato" e de seus auxiliares. Ninguém pode se afastar sózinho. Nem para ir ao banheiro.⁴² Tal como num navio negreiro, onde os escravos vinham acorrentados, o peão, mesmo sem as correntes de ferro, visíveis, não pode se locomover livremente como cidadão, como um trabalhador livre.

Para animá-los, e eliminar as apreensões, assim como as tentativas de fuga, os "gatos" fazem passar de mão em mão a garrafa de cachaça, que, aos poucos, os vai entorpecendo. Dizem os peões que até esta cachaça é debitada na conta deles.

Chegando à fazenda, é difícil, senão quase impossível fugir. O peão só sairá dali depois que terminar a empreitada. O isolamento geográfico, as distâncias enormes, a falta de transporte regular para fora da agropecuária, e a vigilância armada dos "gatos", e de seus auxiliares, assim como dos fiscais da fazenda, desestimulam as tentativas de fugas dos menos ousados e afoitos. Quem tenta fugir sabe dos riscos que corre.

Depoimentos de peões mostram que a vigilância é constante

(...) o trabalho estava sempre sob a vigilância de homens armados e tinham conhecimento de que o empregador possuía homens especializados sómente em recapturar trabalhadores que se aventurassem em fugir da fazenda...⁴³

Outra testemunha diz que "no portão da fazenda tinha dois jagunços armados. Eles diziam que quem fugisse eles pegavam e amarravam para bater."⁴⁴

⁴²Sau "D...", dono da pensão, me contou que uma vez um peão pediu para ir ao banheiro num boteco de beira de estrada. Ele ficou vigiando na frente da porta. Como estava demorando bateu na porta e não teve resposta. Forçou a porta, e não tinha ninguém. Ele tinha fugido pela "janelinha".

⁴³Termo de Declaração feito por peões fugidos de Rondônia, ao Ministério Público.

⁴⁴Idem, ibidem.

Os trabalhadores sabem o preço de uma fuga mal sucedida. Há inúmeros casos de peões que foram recapturados, maltratados e torturados, alguns até à morte.

(...) os declarantes podem informar que dois peões que fugiram da fazenda foram apanhados pelos "fiscais" após 04 dias na mata; que após serem pegos estes peões foram espancados pelos "fiscais"; que estes peões continuam retidos contra a vontade naquela fazenda;⁴⁵

Vejamos outro depoimento de trabalhadores que também fugiram de uma fazenda⁴⁶:

(...) um colega dos declarantes, conhecido como Mineiro, após ter sido espancado pelos fiscais, tentou fugir da fazenda; que após um dia e meio de fuga foi apanhado pelo fiscal conhecido por Tio, que após ter sido trazido de volta foi novamente espancado sob o comando do fiscal Calango, por um próprio colega de trabalho que foi obrigado a fazer isso, sob pena de também apanhar;

Muitos peões desaparecem sem nunca mais serem vistos por ninguém. Mesmo assim, com todos os perigos e dificuldades, muitos deles, tentam fugir. Alguns conseguem e fazem as denúncias, permitindo que conheçamos um pouco do sofrimento e violência a que são submetidos, e que seus companheiros possam ser libertados. Talvez até permitindo que para muitos a viagem tenha retorno, ao contrário do que aconteceu para muitos que nunca mais voltaram.

⁴⁵Depoimento prestado por um grupo de peões ao Dr. Osvaldo, do Ministério Público de RO. (Ver Anexo X).

⁴⁶Idem, ibidem. (Ver Documento - Anexo XI)

IV . A DEGRADAÇÃO DO TRABALHO .

"Sabe o que é viver na mata? ...a gente chega lá e não tem nada, eles prometem que vai ter alojamento, mas o alojamento que dão é a copa das árvores...Lá na mata tá sempre molhado, a gente vive pegando friagem,..., tocando machado o dia inteiro, derrubando pau, arriscando a vida. E serviço mais bruto acho que não tem igual. Peão só aceita porque é pobre demais, e burro, sem estudo, só assim." (Depoimento de um peão a Murilo Carvalho.)

IV.A DEGRADACÃO DO TRABALHO.

As grandes empresas que se estabeleceram na Amazônia, como já vimos até aqui, são empresas capitalistas, "modernas". Por este motivo, há uma impressão generalizada de que as relações que se estabelecem no interior destas fazendas agropecuárias da região são relações assalariadas, com direitos trabalhistas assegurados, contratos de trabalho, etc.

A partir da análise empírica de vários projetos agropecuários em Mato Grosso, chegamos à conclusão que a situação do trabalhador destas agropecuárias, o peão, no que se refere às condições de trabalho, não podem ser confundidas com a simples relação social de produção característica do capitalismo.

As empresas agropecuárias instaladas em Mato Grosso, não foram capazes de fazer emergir uma classe de trabalhadores assalariados. Esta afirmação se baseia na constatação das relações sociais de produção a que são submetidos os peões destas empresas. Como vimos no capítulo anterior, a extrema exploração desta categoria de trabalhadores, aos quais não se reconhecem os direitos mais elementares de cidadão e de trabalhador, mostram como veremos a seguir, a especificidade deste mesmo.

1.0. Relações Sociais de Produção.

Nas agropecuárias de Mato Grosso os principais agentes da produção são os proprietários de terra, que vivem longe da propriedade, em grandes cidades, e os agentes diretos, que são os trabalhadores diretos, tanto braçais como especializados, e os trabalhadores indiretos, que atuam no nível administrativo, de distribuição e controle. O peão está na categoria dos trabalhadores diretos, não especializados, braçais.

Quanto ao regime salarial, tanto os trabalhadores diretos como os indiretos podem ser mensalistas ou receber por produção no regime de empreitada. Os mensalistas, em geral os trabalhadores diretos especializados, em princípio estão sob o regime da C.L.T.

Os trabalhadores diretos, por empreitada, tem os mesmos direitos previstos na Cartilha do Trabalho.¹ Contudo, como a fazenda agropecuária utiliza o intermediário para a contratação dos trabalhadores, o "gato", ela se exime destas responsabilidades, procedimento adotado por muitas empresas, mesmo em outros estados e em tipos de atividades diferentes.

De acordo com a "Cartilha do Trabalho"², o "gato" desrespeita toda a legislação trabalhista.

... as relações entre o intermediário "gato"- e os empregados- "peões" - são tuteladas pela Legislação Trabalhista e Previdenciária, devendo o "gato" pagar aos peões os ônus descritos acima: férias, 13º salário, etc.

Entre os principais agentes da produção numa agropecuária da Amazônia destacam-se os seguintes: Gerente ou Administrador Geral. É o responsável, juntamente com a Diretoria da Empresa, pela execução do Projeto Agropecuário. Junto a Administração Geral estão o Contador, Auxiliares de Escritório, Capataz, Fiscal Geral. Os dois últimos fazem o serviço direto, em contato com os "gatos" e peões, fiscalizando e recebendo os serviços empreitados. O Empreiteiro Geral se incumba de lotear a área a ser derrubada. Os fiscais, que oficialmente fiscalizam os serviços da fazenda, são identificados pelo povo e pelos peões como os "jagunços" a serviço da fazenda. Fazem parte do aparelho repressor da agropecuária, sendo utilizados contra os peões, posseiros, e trabalhadores em geral. Geralmente o empreiteiro recorre aos "fiscais" da fazenda quando algum peão foge ou se rebela.

Entre os trabalhadores diretos, especializados, há os tratoristas e maquinistas, operadores de moto-serra e algum profissional de outra especialidade quando se faz necessário.

¹ Cartilha do Trabalho, do Ministério do Trab. e Agricultura, p.2

² Idem p. 2

Os vaqueiros fazem parte do quadro de empregados permanentes da agropecuária. Os peões, assim como os "gatos", entram como trabalhadores sem vínculo direto com a agropecuária, executando tarefas específicas, temporárias, no regime de "empreitada".

Os peões executam os trabalhos relativos à abertura da mata e formação de pastagem, sendo dispensados após a "formação da fazenda". Permanecem apenas os trabalhadores especializados, da administração e os diretos, do campo.³

1.1. Peões e Empresa Agropecuária.

Do ponto de vista legal, ou formal, o peão não tem relação alguma com a empresa agropecuária. Quem contrata o peão é o "gato". Ele acerta com este, na base da empreitada, com a promessa de que receberá um montante, em dinheiro, previamente estipulado pela execução de um serviço: derrubada de mata, roço de "juquirá", feitura de cerca, plantio de capim.

Como os serviços executados pelos peões normalmente ficam longe da sede, bem como o acampamento dos mesmos, os contatos com a administração da fazenda são reduzidos. O elo entre peões e administração é feito pelo empreiteiro, e mais frequentemente pelos fiscais, que de tempos em tempos vistoriam o serviço, ou melhor, vigiam os peões a partir de pontos estratégicos da fazenda. No final da empreitada são os fiscais que verificam a execução do serviço, avaliando a sua qualidade.

Quando há denúncias de peões que sofreram maus tratos, foram prejudicados no pagamento, ou alguma outra forma de roubo ou logro, há dificuldade tanto em identificar a empresa onde os peões trabalharam, como as pessoas, tais como os administradores, fiscais e "gatos". A empresa, porque os peões não têm contato direto com ela e, normalmente, pouco ou nada se fala dela e de seus donos; os empregados escondem sua identidade atrás de apelidos e alcunhas pelas quais são conhecidos.

³ Esterci, 1980:4

A empresa capitalista, objetivando o lucro, procura reduzir os custos dentro da chamada "racionalidade empresarial". O desmatamnto tem um custo relativamente alto para implantar as pastagens nas agropecuárias. A empresa pode optar pela utilização de máquinas ou pela utilização de trabalhadores braçais, que fazem a derrubada no machado, ou moto-serra. No final do ano de 1987 o desmatamento com trator de esteira custava Cr\$ 3.500,00 por alqueire.⁴ O desmatamento feito com machado pelos peões, estava custando uma média de Cr\$ 2.200,00 por alqueire para a agropecuária, através do sistema de empreiteiro. O peão estava recebendo uma média de Cr\$ 1.200,00 por alqueire. A diferença ficava com os intermediários, grandes empreiteiros e "gatos".

Estes dados mostram que o peão é utilizado como uma opção mais barata para a empresa no serviço de desmatamento. As razões deste baixo custo são várias:

a). O crescimento do exército industrial de reserva, que possibilita uma oferta de força de trabalho superior à demanda, rebaixando o custo da força de trabalho.

b). A contratação do peão via "gato" possibilita a redução dos custos para a empresa agropecuária (encargos sociais e trabalhistas, não pagamento de salários permanentes...)

c). O custo dos equipamentos pesados utilizados no desmatamento (trator de esteira, moto-serras, correntões), assim como a sua manutenção e pagamento de trabalhadores especializados para operar estas máquinas, implicam em gastos altos. Em caso de prestação de serviço o aluguel destes equipamentos também tem custos elevados.

d). As máquinas exigem mão de obra qualificada, com salários compatíveis com a qualificação, ou seja, mais altos que o salário dos trabalhadores braçais, além dos custos sociais e trabalhistas.

A existência de uma força de trabalho desqualificada e abundante, possibilita o rebaixamento do custo da mesma. A

⁴ Depoimento do fazendeiro "N....." que optou pelo uso do serviço da máquina para desmatamento.

contratação através do "gato", pelo sistema de empreitada, objetiva não só reduzir os custos, mas também isentar a empresa agropecuária dos encargos sociais e trabalhistas.

A contratação via "gato" permite camuflar as relações sociais de produção entre empresa, dona dos meios de produção, e os trabalhadores diretos, os peões, donos da força de trabalho. O vínculo do peão é com o "gato", que é percebido como o explorador.

Terminado o desmatamento, os peões vão embora. Com o sistema de empreitada não há rescisão de contrato, nem pagamento de quaisquer direitos ou encargos. Não há sequer um contrato escrito entre as partes, no caso, "gato" e peão. A totalidade dos peões entrevistados, não tinha jamais feito um contrato de serviço por escrito. Apenas um acordo na base da conversa. Alguns, quando tinham dívida na pensão e receberam o "abono", acertavam o serviço só na fazenda. O peão fica totalmente desprotegido, desamparado, à mercê dos "gatos", empreiteiros e fiscais, à margem do "amparo legal".

1.2. "Gatos" e Empresa Agropecuária.

As relações sociais de produção que se estabelecem entre o "gato" e a empresa são mais formais e diretas. É assinado um contrato escrito entre as partes, muitas vezes registrado em cartório, especificando os serviços a executar, os valores e obrigações das partes contratantes. (Ver Anexo XII).

A relação "gato" - empresa agropecuária é intermediada pelo Empreiteiro Geral. A empresa paga pelo serviço executado, cabendo ao empreiteiro o transporte, recrutamento, pagamento e responsabilidade pelos trabalhadores. Em geral a empresa antecipa parte do valor do acordado, a fim de que o empreiteiro possa contratar os peões, e fazer os adiantamentos ("abono", pagamento das dívidas na pensão, viagem, suprimentos para o armazém).

Quem corre riscos é o "gato". Os peões têm consciência de que ele é responsável. A empresa agropecuária consegue camuflar a sua responsabilidade perante os trabalhadores, e muitas vezes até

perante os órgãos de fiscalização. Em casos onde o "gato" não paga os peões a empresa tenta se safar afirmando que não contratou os peões. Alega que o pagamento foi feito ao empreiteiro, com o qual fora feito o contrato.

O contrato da empreita é como qualquer contrato. A empresa agropecuária compra um serviço do intermediário, Este é o responsável frente aos trabalhadores, do ponto de vista jurídico e trabalhista.

Pelo contrato, o "gato" se compromete com a empresa a realizar um serviço determinado, dentro de um prazo, por um valor acertado entre as partes. Contrata os peões, por um valor menor. Este valor depende do mercado, e da correlação de forças no momento em que o "gato" precisa de trabalhadores.

Como os peões não são organizados, agindo cada um por si, é possível a exploração em grau muito acentuado. O empresário aproveita-se da situação para realizar um trabalho difícil e pesado por um preço baixo. O "gato" participa do processo como intermediário, possibilitando a acumulação por parte dos empresários.

A empresa, visando diminuir os custos, não faz exigências aos empreiteiros no sentido de evitar possíveis conflitos com os trabalhadores. Optando pela contratação via empreiteiro, a empresa utiliza os trabalhadores temporariamente, sem vínculo permanente. O quadro de trabalhadores permanentes fica reduzido ao mínimo estritamente necessário, principalmente na área de administração, e a alguns trabalhadores especializados.

O "gato" explora o peão no trabalho e na venda das mercadorias. A empresa agropecuária, que contratou os seus serviços, é quem se beneficia desta exploração, porque incorpora o trabalho dos peões, que "formam a fazenda", e a valorizam com seu trabalho. Na verdade os peões produzem um valor de uso para a agropecuária, à qual incorporam o valor do seu trabalho. O dono dos meios de produção, a empresa agropecuária, é um consumidor de serviço. No final da empreitada os peões e "gatos" vão embora e a empresa fica com o resultado do trabalho, a fazenda formada, pronta

para receber o gado.

O "gato", na condição de intermediário, chega a este grau de exploração dos peões, em parte porque a categoria permite esta exploração na forma e na intensidade em que se dá.

3.0. O "Gato"

"R....." tem 63 anos. Afirma que passou 39 anos de sua vida no mato, nas frentes pioneiras. Não sabe ler nem escrever. Apenas assina o nome. É responsável por "150 mil hectares de matas derrubadas, 6 mil quilômetros de picadas abertas na mata, 102 campos de pouso construídos, 20 mil metros de pontes - "pinguelas" - e 80 mil alqueires de terras roçadas." Por suas mãos já passaram "trilhões de cruzeiros", e cerca de "um milhão de trabalhadores rurais", pouco menos que a população atual do Estado de Mato Grosso." ⁵

Neste depoimento, "R.....", o "rei dos gatos", diz que trabalhou em 180 firmas, pegou 40 malárias, caiu de avião e passou todos os perigos possíveis na mata. "R....." conta que chegou a comandar 4.000 peões numa única derrubada.

O "gato" é um intermediário, um empreiteiro de mão de obra que trabalha como autônomo. Não tem vínculo permanente com qualquer agropecuária, embora eventualmente possa trabalhar em mais de uma empreitada na mesma agropecuária.

Os empreiteiros ou "gatos" eram contratados pelas empresas para recrutar, organizar e fiscalizar o trabalho da grande massa de peões. ⁶

Como empreiteiro, o "gato" contrata os trabalhadores, os

⁵ O Correio, 13 a 19/04/1986.

⁶ Esterçi, 1987:141

peões, ou então sub-empregam os serviços para outros "gatos" menores. Estes sub-empregadores de pequenas turmas são referidos por Esterci⁷ como "gatinhos", ou "empregadinhos". "Os "gatos" maiores recrutam e/ou comandam turmas de até centenas de peões.

Os "chefes de time", ⁸ são pequenos intermediários que também recrutam, comandam e organizam o trabalho, fazem acerto de contas com a empresa ou com o intermediário, mas "diferem dos demais pelo fato de participarem eles mesmos, diretamente, do trabalho produtivo."

De acordo com a "Cartilha do Trabalho" , as relações entre o empregador e o empregado são tuteladas pelo direito do trabalho. "Se o empregador não paga o salário, seus empregados podem recorrer à Justiça do Trabalho para conseguir obtê-lo."

O estudo de Galiza de Oliveira ⁹ sobre o empregador na zona canavieira de Pernambuco, analisa a gênese característica do empregador naquela área. A pesquisadora vincula o surgimento do empregador, como intermediário na contratação de mão de obra, aos mecanismos responsáveis pela dinâmica das medidas político-econômicas na área açucareira. "(...) o intermediário se constitui numa mão de obra a serviço do proprietário para reforçar o sistema de negação dos direitos adquiridos pelo trabalhador rural com o Estatuto do Trabalhador Rural."

O empregador atua na área rural, embora "em sua maioria resida na zona urbana." Contudo ele "é um profundo conhecedor dos serviços inerentes à lavoura." ¹⁰

As condições de vida - educação, moradia, higiene, saúde - pouco diferem das condições do trabalhador volante ou permanente. A diferença maior, embora não muito acentuada, se refere ao rendimento monetário.

⁷ *Idem* p. 141

⁸ *Idem*, *ibidem* p. 141

⁹ *In Revista do CEAS, 1986, p. 41.*

¹⁰ *Idem* p. 42

(...) se percebe de imediato uma relativa superioridade monetária dos empreiteiros com relação aos trabalhadores permanentes...¹¹

Em Mato Grosso, muitos dos "gatos" que residem na cidade tem um comércio - pequenos bares, botecos, bolichos - o qual fica sob a responsabilidade da mulher e dos filhos enquanto ele está no serviço, na mata.

Este comércio serve de ponto de encontro dos peões, sendo um mecanismo para reaver o dinheiro pago aos trabalhadores no serviço de empreita.

Do ponto de vista monetário o empreiteiro utilizado pelas agropecuárias de Mato Grosso tem um rendimento bem superior ao dos peões que executam os serviços de desmatamento. O "gato" empreita um serviço grande da fazenda, calculando na base da área a desmatar, ou da quilometragem de "picadas" ou estradas a abrir. Ao repassar o serviço aos peões, ele paga um preço bem abaixo daquele que contratou com a empresa agropecuária. Seu "ganho" vem da diferença entre o que ele recebe da empresa, e o valor que ele paga aos peões. Contudo, seu "ganho" vai além. Primeiro porque a medição das áreas que empreita aos peões tende a ser sub-estimada. Na linguagem dos peões ele "rouba ao cubicar a área", ou seja, diminui o tamanho da área empreitada pelo peão. O empreiteiro também ganha no transporte dos peões, na venda de produtos no "armazém" a preços extorsivos, e na cobrança do "abono" por valores bem acima da dívida real.

Todo este complexo montado para explorar o peão tem como resultado um "ganho" significativo no final da empreitada.

O presidente da FETAGRI (Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Mato Grosso), Edivaldo José da Silva, caracteriza assim os "gatos" que atuam no Estado de Mato Grosso:

¹¹Idem p. 43.

"Gatos" são como eles mesmos se autodenominam, empresários que aliciam trabalhadores nas cidades. Prometem-lhes mundos e fundos. Se os trabalhadores aceitam a oferta mirabolante, os "gatos" fornecem até transporte direto para o mato. Chegando lá tudo muda. ...Alguns "gatos" especializam-se no aliciamento urbano. Esses "gatos" nem sempre vão para o mato, apenas "agenciam" os peões...

Protegidos pelo anonimato dos "apelidos" ou alcunhas (Zé Português, Zé Bahia, Tonhão, Zé Cearense...) o "gato" alicia os trabalhadores que consegue "seduzir" ou "enrolar" com promessas de "um bom saldo no final da empreitada", e "abono grande", além de vantagens de transporte por conta, assistência médica, alojamento, etc.

Vejamos o que diz o próprio "R....." com sua experiência de empreiteiro de mão de obra por dezenas de anos, ao falar sobre o recrutamento ou aliciamento de peões:

Você vai num hotel daqueles ali no Porto. Ai você não acha ninguém. Mas quando você diz que está procurando trabalhadores pro mato, eles começam a aparecer. Eles dizem: bom, tem a conta no hotel, né? E você vai pagar a conta deles, senão não tem peão pra trabalhar.

As promessas feitas pelo "gato" fazem parte do aliciamento. O termo "gato" tem uma conotação pejorativa, designando os intermediários que se incumbiam de recrutar peões, com capacidade para "seduzir com falsas promessas" de alta remuneração e boas condições de trabalho e assistência. O "gato" é associado às diversas formas de roubo, e à apropriação de "uma comissão ou percentagem julgada indevida."¹²

As denúncias dos peões mostram como eles são "enrolados" pelos

¹² *Esterci*, 1982: 141

empreiteiros:

A proposta oferecida aos peões era de Cr\$ 300,00, a seco¹³, isto é, incluindo comida, por dia. Conta o menor L.A.R.M., de 15 anos, que tão logo chegaram à fazenda, nos primeiros dias de trabalho, já começaram a sentir grande diferença de tudo que os dois "gatos" lhe haviam dito... Antes de vencer o primeiro mês, os rapazes começaram a ser judiados... Ao pedirem a conta lhes disseram que nem receberiam o dinheiro, nem poderiam sair de lá. Os "gatos" disseram que, caso algum peão tentasse fugir, receberiam ordem de matar.¹⁴

Entre o peão e o gato se estabelecem e desenvolvem relações sociais de exploração e violência. O peão entra no processo de trabalho já expropriado, ou em condições extremamente precárias (desempregado, ou então para complementar o rendimento familiar).

Este tipo de relação lembra o sistema de aviamento ¹⁵ onde o trabalhador parte para o processo produtivo endividado com o "aviador".

...a relação de produção aviada deixa de ser um mecanismo de controle por parte do capital comercial, para se transformar num instrumento de reforço da sujeição do trabalhador assalariado e de incremento da taxa de exploração.

Nas entrevistas feitas com peões a maioria absoluta disse ser contratada pelos empreiteiros ("gatos"), e raros entre eles foram contratados pelos próprios donos das fazendas. Utilizando o "gato" o proprietário não tem vínculo algum com o peão, eximindo-se das

¹³ Acertar o serviço "a seco" inclui a alimentação.

¹⁴ O Estado de Mato Grosso,

¹⁵ Sorj, 1980:113

obrigações sociais e trabalhistas. O "gato", como contratador, é responsável direto pelos trabalhadores, e é responsável pelas obrigações e encargos.

...o empreiteiro, responsável pelo recrutamento da força de trabalho, é da mesma forma um intermediário entre ele e o capitalista. Ao mesmo tempo que economiza a este os benefícios sociais e lhe assegura o abastecimento da força de trabalho, atua como apaziguador ideológico, absorvendo parte do confronto entre proprietário e trabalhador.¹⁶

A relação conflituosa se manifesta nas queixas de ambas as partes. Para o gato os peões são "preguiçosos", e "perigosos", "embrulhões". Para os peões os gatos são "maus", "vivem às custas do peão", "se deixar ele monta no peão". Outro indício do relacionamento pouco amistoso entre ambos são as fugas de peões das frentes de serviço e as frequentes denúncias de violência contra os mesmos, assim como o não pagamento de serviço, ameaças, espancamentos, torturas, assassinatos.

Um grupo de trabalhadores foi levado de Cuiabá para Rondônia pelo gato "Zé Português", que, em virtude do não cumprimento do contrato, e de maus tratos infligidos aos peões, provocou a fuga de alguns deles. Um dos trabalhadores que fugiu declarou que o "gato" lhes dissera que "se alguém fugisse ele caçava no mato. Se conseguisse sair da área ele pagava a polícia para jogar no Portão do Inferno".¹⁷

Como explicar então que os peões continuam se oferecendo para trabalhar para os "gatos" ? As periferias de Cuiabá e Várzea Grande cresceram muito nas duas últimas décadas, abrigando milhares

¹⁶ Sorj, *op.cit.* p.112

¹⁷ Depoimento de trabalhadores fugidos de Rondônia. O Portão do Inferno é um despenhadeiro localizado na serra da Chapada dos Guimarães.

de migrantes, transformando-se num "viveiro de mão de obra".

Os gatos procuram os trabalhadores nas pensões, onde estão os peões sem família, proletarizados, e nos bairros periféricos, onde há uma oferta abundante de trabalhadores desempregados e subempregados.

Mesmo sabendo dos riscos que correm, da incerteza, os trabalhadores se oferecem para trabalhar com os gatos. As frequentes notícias publicadas nos jornais sobre a violência praticada contra os trabalhadores (peões) nas agropecuárias são conhecidas.

O deputado Dante de Oliveira...denunciou ontem na Assembléia Legislativa, o regime de escravidão branca a que estariam submetidos cerca de 600 trabalhadores contratados pela agropecuária Mogno Ltda...¹⁸

Outra denúncia publicada nos jornais, em 1986, dizia que aproximadamente dois mil trabalhadores, "dentre os quais 70 residentes em Cuiabá, estão vivendo em regime de escravidão branca no Estado de Rondônia."¹⁹

...dois "gatos", Nelson e Tonho estiveram pelos bairros Lixeira e Pascoal Ramos, aliciando as seguintes pessoas para trabalhar na fazenda Cerejal, localizada a 950 Km. de Cuiabá, em Aripuanã.

A intermediação de empreiteiros sem condições de assumir as responsabilidades previstas pela Legislação serve para mascarar a posição do proprietário da agropecuária que 'é' a de responsável último. O empreiteiro, ou "gato" serve de "pára-choque", ou de

¹⁸O Estado de São Paulo

¹⁹O Estado de Mato Grosso, 1986.

"pára-raio", intermediando as relações entre empresa e trabalhadores.

No que diz respeito à remuneração por produção a C.L.T.²⁰ prevê o seguinte:

Sendo o salário ajustado por empreita, ou convencionado por tarefa ou peça, será garantida ao trabalhador uma remuneração diária nunca inferior à do salário mínimo por dia normal da região, zona ou sub-zona.

O Peão e os Direitos Trabalhistas.

O trabalhador rural no Brasil, no que diz respeito aos direitos trabalhistas, só recentemente passou a ter direitos equivalentes aos do trabalhador urbano.²¹ Disperso no campo, com baixo índice de organização e sindicalização, alheio ao que se passa com os outros trabalhadores, com pouca ou nenhuma consciência de classe, ele sofre a exploração como se fosse o único.

Quando se trata da aplicação da Legislação Trabalhista para o trabalhador rural, a distância em relação à cidade se torna bem maior. A desorganização e o desconhecimento dos direitos dos trabalhadores rurais, deixa-os à mercê dos seus patrões, no caso os empreiteiros, ou "gatos".

O "gato", sob o prisma da Legislação Trabalhista, é considerado como um empregador, definido pela Cartilha do Trabalho²² como "...empresa individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, administra, assalaria, e dirige a prestação pessoal de serviços."

²⁰ C.L.T. artigo 78

²¹ Estatuto do Trabalhador Rural, p. 18.

²² Idem p. 10

O "gato", ao assumir a função de empregador, assume as responsabilidades próprias da função. A C.L.T. pressupõe algumas exigências mínimas para que uma pessoa física possa exercer a função de empreiteiro. O "gato" deve ter "condições morais e econômicas para suportar os encargos da empreitada."

Para fins legais, o "gato" é considerado como "empresa", o qual "assume os riscos da atividade econômica, isto é, suporta os prejuízos e todas as obrigações decorrentes da sua atividade".

A totalidade dos "gatos" não assume estas responsabilidades e obrigações. Os "peões" não têm carteira assinada e não lhes é garantido o salário mínimo estipulado legalmente. Os outros direitos, como férias remuneradas, décimo terceiro salário, não são nem cogitados. A própria Cartilha do Trabalho ²³ reconhece que

...se encontram pessoas rotuladas de empreiteiros apenas para aventurar, ou mesmo transferir obrigações trabalhistas a outrem. Entretanto, suas condições econômicas não lhes permitem suportar ônus de indenizações, de férias, etc. Aparecendo como empregadores, não pagam o que é devido aos empregados e esses, mesmo recorrendo à Justiça, não percebem o que têm direito, porque os empreiteiros nada possuem que assegure a execução.

O peão, como categoria de trabalhador, é completamente marginalizado. Sem sindicato próprio, não participa do sindicato dos trabalhadores rurais que congrega várias categorias, principalmente pequenos produtores rurais. Sem carteira de trabalho, ele não tem os "direitos" dos outros trabalhadores. Se o trabalhador rural já é marginalizado, o peão é marginalizado entre os trabalhadores rurais. Está à margem dos marginalizados.

De acordo com a Legislação Trabalhista, "empregado é a pessoa física que presta serviço de natureza não eventual a empregador,

²³ *Idem, ibidem p. 15*

sob dependência deste mediante salário."

O empregado caracterizado pela Legislação é amparado pela Lei, no que diz respeito ao contrato de trabalho, duração da jornada de trabalho, remuneração, férias, direitos do menor e da mulher trabalhadora, rescisão de contrato.

O peão, dada a natureza da sua atividade, e inexistência de vínculos de trabalho permanente, pertence à categoria dos trabalhadores eventuais. O trabalhador eventual é definido "como aquele que presta serviço não permanente à empresa."

Considerando este critério utilizado pela Legislação Trabalhista, o peão é excluído da categoria dos empregados e, em consequência, dos direitos previstos para o trabalhador.

O peão é "trabalhador eventual" porque contrata com o "gato" um serviço temporário, de natureza eventual, sob o regime de empreitada. O serviço de empreitada, de acordo com a Cartilha do Trabalho ²⁴ "é contrato de natureza civil. Consiste na execução de determinada obra, mediante pagamento a um preço previamente fixado."

O trabalhador rural, particularmente o peão, é lesado nos seus direitos fundamentais. Apesar de executar um trabalho estafante, com jornada prolongada, e com grande intensividade, isto durante meses, no final ele recebe um pagamento que representa um valor inferior ao salário mínimo, que é o mínimo que ele deveria receber. Isto pela jornada de trabalho de oito horas. Se considerarmos que ele trabalha dez a doze horas, teria direito a hora extra, acrescida de 25% sobre o valor da hora normal.

Em caso de sub-empreitada, a C.L.T. ²⁵ prevê que o sub-empreiteiro responderá pelas obrigações derivadas do contrato de trabalho que celebrar, cabendo todavia aos empregados o direito de reclamação contra o empreiteiro principal pelo inadimplemento daquelas obrigações por parte do primeiro.

Em caso de prejuízo aos peões, a fazenda é responsável última

²⁴ *Idem, ibidem p.15*

²⁵ *Consolidação das Leis do Trabalho, artigo 455.*

porque, "deveria escolher empreiteiros entre pessoas capazes, econômica e moralmente, de cumprir suas obrigações".²⁶ Neste caso a Justiça do Trabalho reconhece o fazendeiro como responsável por todos os pagamentos devidos aos trabalhadores. A Justiça só reconhece a responsabilidade da empresa agropecuária nos casos que chegam a ela. Não havendo reclamação trabalhista supõe-se a inexistência de conflitos ou irregularidades nas relações que se estabelecem no interior das agropecuárias entre peões, "gatos" e empresa. Há um "mascaramento" da relação empresa - peão.

4.0. O Trabalho na Agropecuária.

Sabe o que é viver na mata?...a gente chega lá e não tem nada, eles promete que vai ter alojamento, mas o alojamento que eles dão é a copa das árvores. Se a gente quiser, que faça um barraco coberto de folha de palmeira. Lá na mata tá sempre molhado, a gente vive pegando friagem, tocando o machado o dia inteiro, derrubando pau, arriscando a vida. É serviço muito bruto, acho que não tem igual. Peão só aceita porque é pobre demais, é burro, sem estudo, só assim.²⁷

Chegando à agropecuária, o "gato" leva os peões para os lotes de mata demarcados para derrubar. Os peões se dividem em "times", cabendo a cada "time" ou grupo de peões uma área para derrubar. Os "times" são formados por grupos de cinco a quinze trabalhadores. Cada "time" tem um "chefe", responsável pelo grupo. O "chefe do time" é encarregado de retirar as mercadorias no armazém, de fazer acordos com o "gato". Ele também é responsável pela organização e distribuição das tarefas no serviço de derrubada da mata.

²⁶ *Idem, ibidem p. 16*

²⁷ *Depoimento do peão "G....." a Murilo Carvalho, na região do Araguaia.*

Os peões preparam o terreno para fazer o acampamento, construir o barraco, o mais próximo possível da área a ser desmatada, e da água.

O "alojamento" prometido pelo "gato" aos peões novatos não existe. Cada "time" constrói o seu "barraco". Cortam madeira roliça para fazer os "esteios" da estrutura do barraco. Com folhas de palmeira, ou de banana brava, fazem a cobertura, semelhante às casas dos indígenas e caboclos da região. Em alguns casos os "barracos" são cobertos com lona de plástico.

O chão é carpido e retirada a camada vegetal superficial. Fica o chão socado, batido. Ganchos de forquilha, armados nas laterais, fazem as vezes de cabides para as roupas e utensílios. Cada barraco aloja um "time". Se o "time" for muito grande, os peões constroem mais de um barraco para alojá-los.

As redes são amarradas de um lado a outro do barraco, presas nos esteios laterais, que sustentam a construção. Ficam lado a lado, ocupando todo o barraco. Os peões que não têm rede fazem uma cama de madeira roliça, a "tarimba". Fincam quatro forquilhas no chão, sobre as quais fazem um estrado de madeira. Uma cobertura de folhas secas faz as vezes de colchão. Está pronta a "cama".

No fundo do barraco outra cobertura menor aloja a "cozinha": fogão de barro, girau para as panelas, canecos de alumínio, alguns talheres e os mantimentos.

Sumariamente este é o "alojamento" dos peões na mata. Como cada "time" tem um lote para desmatar, os barracos ficam separados uns dos outros, às vezes bem distantes. Por isso os peões alojados em barracos mais distantes só encontram os outros companheiros nos dias de folga, em algum domingo ou "dia santo".

O barraco do "gato", é, ao mesmo tempo alojamento e depósito de mercadorias para vender aos peões. Fica separado dos barracos dos peões, e aloja além do "gato" os seus auxiliares diretos, sempre armados. O empreiteiro não fica junto com os trabalhadores por desconfiança. Um "gato" me afirmou que "nunca fica de costas para os peões, ou desprevenido perto de um deles. Muito menos sem

arma.²⁸

Afora estas particularidades, o barraco do "gato" é igual aos outros. Não tem conforto, segurança ou higiene.

Os trabalhadores de cada "time" escolhem os lotes para desmatar. O tamanho da área depende do número de peões que compõem o "time", e da disposição dos mesmos para o serviço. Em função dos diferentes tipos de cobertura vegetal - mata mais ou menos densa, com maior ou menor concentração de madeiras de lei - e, em função dos diferentes tipos de terreno - brejos, morros, planos - há diferença de preços na derrubada. O preço pago, tanto para roçar como para derrubar, é acertado por alqueire.²⁹

Pronto o acampamento, e distribuídos os lotes entre os "times", os peões iniciam o trabalho. No "time" todos têm que se esforçar por igual. O "peão embrulhão" é forçado a aumentar o ritmo, a produzir mais, ou então a "cair fora". De acordo com os "gatos", o serviço feito em "times" rende mais. É o princípio da cooperação simples.

Aparte la nueva potencia de fuerzas que brota de la fusion de muchas energias en una, el simple contato social engendra en la mayoria de los trabajos productivos emulacion y una excitacion especial de lo espiritus vitales, que exaltan la capacidad individual de rendimento de cada obrero, razon pela cual doce personas reunidas rinden en una jornada de trabajo de 144 horas un producto may superior al que esos mismos obreros rendirian trabajando aisladamente durante 12 horas o al que rendiria un obrero que trabajase 12 horas seguidos.³⁰

²⁸ Depoimento do gato "A.....", durante entrevista que realizei no bairro Pirineu, na periferia de Várzea Grande.

²⁹ O alqueire equivale a 24.200 m²

³⁰ Marx, op. cit. p.

4.1.0 Processo de Trabalho.

A abertura de uma fazenda agropecuária na Amazônia começa com a demarcação, feita pelo agrimensor e alguns peões. São abertas trilhas, as "picadas" nos limites divisórios quando não há um divisor natural, como cursos de água, ou acidente geográfico. A abertura da "picada" é feita com facão, foice, machado. É um trabalho pesado, porque os peões precisam andar muito e, à medida que o serviço avança, vão se afastando cada vez mais do ponto inicial, do acampamento. A cada dois ou três dias o acampamento deve ser mudado para não ficar muito distante do pessoal que está na frente.

Além da abertura das linhas divisórias, há as divisórias internas, feitas para demarcar os lotes que serão distribuídos aos peões para derrubada da mata.

O local destinado à sede da fazenda é demarcado e limpo. Esta área abrigará currais, casas de trabalhadores, o "campo de pouso" ou pista de aterrissagem para o avião. O avião é quase imprescindível nas fazendas isoladas no interior do estado. Pelo menos o foi nas décadas de 60 e 70. Hoje já tem mais estradas que facilitam o acesso a quase todas as regiões. Contudo ainda há lugares onde ainda hoje o acesso é feito quase que exclusivamente por avião. Pelo menos na época das chuvas, quando muitas estradas se tornam intransitáveis.

Instalada a base física da fazenda, logo após as chuvas do "inverno" amazônico, ³¹começa o serviço de desmatamento.

A "derrubada" é feita em três etapas: a primeira delas é o "roço", processo em que a mata é limpa por baixo com foice. São cortados os galhos finos, cipós, arbustos, para facilitar o corte das árvores grandes com o machado, "prá não embaraçar o machado".

A segunda etapa consiste no corte das árvores, normalmente feito com machado ou com moto-serra. Nos últimos anos se usa

³¹Final de abril/maio.

bastante a moto-serra. Mas até alguns anos atrás os peões derrubavam as árvores somente com o machado. Este é o serviço mais bruto e pesado.

Logo depois da derrubada, é feita a queimada, para limpar o que não foi cortado pela foice e machado. Os peões classificam os diferentes tipos de desmatamento de acordo com a seguinte classificação:³²

1. O "aparado" é o corte das árvores rente ao chão. Não fica nenhuma árvore de pé. Apenas são deixadas faixas de mata, espaçadas, para sombra e divisão dos pastos. No "aparado" é possível semear capim com o avião.

2. O "raliado claro" é a derrubada onde parte das árvores são deixadas de pé, sendo devoradas pelo fogo na queimada. Os custos com mão de obra são reduzidos. Contudo, o serviço não fica bem feito. Após a queimada as árvores grandes que não foram queimadas permanecem de pé, mesmo carbonizadas. Em áreas onde há castanheiras, ficam os enormes troncos calcinados, como imensos obeliscos negros, cujo conjunto forma os chamados "cemitérios de castanheiras". Estão mortos mas de pé.

3. O "raliado escuro" é o desmatamento seletivo, onde a madeira de lei e os troncos mais grossos, com mais de 0,40 centímetros de diâmetro não são cortados. Uns trinta ou quarenta dias após a derrubada é feita a queimada. Tudo é devorado pelo fogo. Apenas permanecem algumas árvores vivas, apesar de chamuscadas pelo fogo.

No final do verão, ao sinal das primeiras chuvas, é feito o plantio do capim sobre a cinza da queimada. Quando não é utilizado o avião para semear, o serviço é empreitado para os peões. Neste caso o serviço é pelo sistema de semeadura, jogando a semente com a mão. O pagamento é feito por produção, isto é, é pago pela quantia semeada, ou pela área de pastagem que germinou.

Nas fazendas onde o mato foi totalmente cortado, ou "aparado", o plantio do pasto é feito de avião, pelo menos nas grandes

³²Esterci, in texto C.P.T., 1980.

agropecuárias. Outro sistema utilizado é o de sementeira, principalmente se a área não é muito grande.

A variedade de pastagem mais utilizada era o "capim colônia", por ser menos exigente e mais resistente e adaptado às condições ambientais da região amazônica. Hoje são utilizadas outras variedades de capim e leguminosas, além de variedades que são continuamente testadas pelos órgãos de pesquisa, com destaque a EMBRAPA.

Outro serviço que demanda uma força de trabalho numerosa nas agropecuárias é a construção das cercas, externas e internas, que delimitam a fazenda e dividem os pastos e retiros do gado.

A feitura da cerca exige várias etapas : o corte dos mourões ou "lascas"; a abertura da "picada" por onde vai passar a cerca; a abertura dos buracos no chão para os mourões; o transporte e fixação dos mourões no chão; e por fim espichar e fixar o arame com grampos. O serviço de corte e transporte das "lascas" é empreitado por uma turma, e a feitura da cerca é empreitada por outra turma, que recebe as "lascas" no "pé do serviço".

As "picadas, como as cercas, são empreitadas na base do quilômetro de serviço feito. São quilômetros e quilômetros de "picadas" e de cercas.

Depois de pronta a cerca é feito o "aceiro", de um ou de ambos os lados da cerca. O serviço consiste na limpeza de uma faixa de dois ou três metros de largura acompanhando as cercas divisórias. As ferramentas utilizadas são a foice, picareta, enxadão e enxada. O "aceiro" tem a função de cortar o fogo das queimadas, evitando queimar os mourões da cerca, e a sua propagação para outros pastos, roças ou mata.

Enquanto o capim cresce, crescem junto com ele as ervas daninhas, e a brotação das árvores já derrubadas e queimadas. Esta vegetação que cresce junto com o pasto é a "juquira". Quando o capim colônia já está alto, e "ingado de juquira", é hora de limpar o pasto. O serviço é empreitado para os peões. A "juquira" é roçada com foice, e depois queimada. Com as primeiras chuvas o capim colônia rebrota "verdinho e limpo".

Como a roçada da "juquira" é um serviço "mais maneiro" que a derrubada da mata, o preço também é mais baixo.

Depois de uns dois ou três anos repetindo esta operação o pasto está formado e mais ou menos livre da "juquira". As ervas daninhas que voltam a aparecer são extirpadas com ferramentas manuais ou então com herbicidas.

A fazenda "está formada". Não há mais necessidade dos peões. Permanecem apenas os trabalhadores especializados, ligados à administração, e ao trabalho direto (vaqueiros, maquinistas, motoristas).

A fazenda Suiá -Missú empregou cerca de 3.000 trabalhadores braçais na fase de implantação,³³ mas o emprego fixo está projetado para 250 trabalhadores.

...as necessidades de mão de obra variam muito e dependem do estágio de implementação de cada projeto. Atingem o máximo, porém, durante os primeiros dois anos, quando a terra está sendo desbravada e os pastos plantados. Nesse tempo o número de empregos disponíveis é muitas vezes maior do que será quando o projeto atingir o estágio operacional.³⁴

4.2. Instrumentos de Trabalho.

Os instrumentos de trabalho utilizados pelos peões nos serviços das agropecuárias são poucos, e os mais simples que existem. Para a derrubada da mata e para roçar são utilizadas a foice, o facão e o machado. Nos últimos anos a moto-serra passou a ser uma ferramenta importante. O peão sempre carrega uma lima ou "grosa" para afiar, ou amolar as ferramentas. Estes instrumentos de trabalho, sem o cabo, podem ser facilmente transportados numa bolsa, saco ou mala.

³³ Müller, 1974:60

³⁴ Mahar, 1968:161

A maioria dos peões, no momento de voltar para o serviço na mata está sem os instrumentos de trabalho. Foram perdidos, empenhados, vendidos ou trocados por qualquer objeto. Como o peão não pode trabalhar sem as ferramentas, se obriga a comprá-las no armazém do "gato", onde os preços destes instrumentos, como de quaisquer mercadorias, são muito altos, e fora do controle de qualquer órgão de fiscalização. Como único vendedor, o "gato" tem o preço de monopólio. Por isso o peão se sujeita a pagar um preço muito alto pelas mercadorias. No caso das ferramentas é um desembolso a mais que ele tem que fazer.

Dentro do processo de produção capitalista, o empresário detém os meios de produção e os instrumentos de trabalho, que entram no processo de produção como capital constante.

No sistema de trabalho por empreitada o peão é dono dos instrumentos de trabalho. Como a empresa nem o empreiteiro as fornece, o peão vê-se obrigado a adquiri-los. Com isso o peão poupa capital constante à empresa agropecuária e ao empreiteiro. O fato de poupar capital constante, pela não compra dos instrumentos de trabalho, significa um "adiantamento" do peão à empresa. São centenas, milhares de machados, foices, facões, enxadas, que os peões adquirem e as empresas deixam com isso de gastar, poupando capital. Além de ganhar muito na venda desses instrumentos de trabalho aos próprios peões.

Como os peões não pagam à vista, deixando para fazer o acerto no final da empreitada, o valor das ferramentas, como das outras mercadorias, é debitado na conta dos peões. O "gato" cobra o preço que bem entender.

...não podem ser descontados dos salários do trabalhador os vestuários, equipamentos e outros acessórios fornecidos ao empregado e utilizados no local de trabalho, para a prestação dos respectivos serviços.³⁵

³⁵C.L.T., artigo 458, parágrafo 2.

4.3. A Jornada de Trabalho.

O peão acorda cedo, com a natureza. Antes do sol nascer ele já está no córrego se lavando e pegando água para coar o café. Quando o sol aparece no nascente, ele já está a caminho do serviço. Machados e foices nos ombros, facão na cintura, os peões marcham em fila pela trilha molhada do orvalho da madrugada. Em pouco tempo as ferramentas estarão em ação. As batidas ritmadas dos machados, o lamento choroso das árvores que vão caindo, os gritos e risadas dos trabalhadores, o canto dos pássaros. Tudo se mistura. Lenta mas constante, a coluna de machadeiros avança. Em poucas horas é aberta uma ferida, uma imensa clareira na floresta. O trabalho é estafante e perigoso. Perigo de se ferir com as ferramentas, de ser atingido por um galho ou tronco, ou mesmo de ser esmagado por alguma árvore na queda. Há também o perigo de animais, principalmente cobras venenosas.

Ao meio dia, com o sol a pino, eles fazem uma pausa para o almoço. Dependendo da distância o cozinheiro leva o almoço (a "bóia") até o serviço. Ou então eles vão até o acampamento. As refeições têm feijão, arroz, farinha de mandioca, e a "mistura", carne seca ou carne de caça ou peixe.

Depois do almoço descansam para "fazer o quilo". Conversam, ouvem rádio, deitados no chão, nas redes, e nas tarimbas. Mas como o trabalho é por empreita, não podem perder tempo. Logo o pessoal volta para o serviço. Em pouco tempo ressoa na mata a batida seca dos machados nos troncos das árvores. E o avação continua mata adentro.

Com o sol já no horizonte, suados e extenuados, todos voltam para o acampamento. Guardam as ferramentas nos barracos e vão se banhar no córrego. Enquanto isso o cozinheiro termina a janta.

Das seis horas da manhã até às dezoito horas, são doze horas de trabalho, apenas interrompidas para o almoço. A jornada de trabalho dos peões ultrapassa de muito a jornada prevista no

Estatuto do Trabalhador Rural. O E.T.R. diz ³⁶ que o "contrato de trabalho rural estipulará o início e o término da jornada de trabalho, nunca superior a oito horas diárias."

O ritmo e a intensidade do trabalho são determinados pelos próprios trabalhadores. Para eles interessa terminar a empreitada o mais cedo possível, receber o "saldo", e cair fora. O peão sabe que corre contra o relógio. O "gato" não determina uma tarefa diária para ele, nem fiscaliza o trabalho com o intuito de fazê-lo trabalhar mais. O interesse em fazer o serviço o mais intensivamente é do próprio trabalhador. Como ele paga um preço muito alto pelo fornecimento das mercadorias de primeira necessidade, a cada dia que passa o gato lhe extrai uma parte do seu saldo.

O trabalhador que recebe salário, ao final de uma jornada de oito horas produz a mais-valia correspondente a algumas horas do dia. É o trabalho excedente. A parte que lhe cabe, o trabalho necessário, cobre o custo da reprodução da sua força de trabalho a outra parte do dia. O excedente, ou as horas não pagas, são apropriadas pelo "patrão", o dono dos meios de produção.

Com o sistema de empreitada utilizado nas agropecuárias da Amazônia, onde o peão só acerta com o gato no final da empreitada, depois de três ou mais meses de trabalho, e devido aos altos preços cobrados, leva à conclusão de que há uma espécie de troca de serviço por mercadorias de consumo. Isto porque quase não há saldo, e normalmente não há débito também. Ficam "elas por elas". Quase sempre o peão fica com um pequeno saldo para gastar na cidade. Contudo pode acontecer que o mesmo fique devendo, e, neste caso, o peão fica retido pelo gato.

O que é o trabalho necessário e o trabalho excedente no serviço de empreitada executado pelo peão ?

Marx³⁷ afirma que a parte da jornada de trabalho dedicada à produção dos meios de subsistência, que corresponde ao valor da sua

³⁶ E.T.R., artigo 25

³⁷ *El Capital* p. 165

força de trabalho, será maior ou menor conforme o valor normal de seus meios de subsistência ou o tempo de trabalho que necessita para a sua produção, ou seja, "o tempo de trabalho necessário." Ora, a jornada de trabalho do peão vai do nascer ao por do sol, isto repetido por vários meses, com uma intensividade muito grande. Quando vai acertar as contas "descobre" que sobrou muito pouco para receber. Apesar da jornada de até doze horas de, o trabalho de empreitada a serviço dos gatos, corresponde apenas ao trabalho necessário, que corresponde apenas ao pagamento dos meios de subsistência.

4.4.A Alimentação

Os peões que formam um "time" escolhem um cozinheiro que pode ser permanente ou escalonado em forma de rodizio. Como o serviço da cozinha é "mais maneiro", ser escalonado para cozinhar é uma forma de descansar. Em algumas circunstâncias especiais não se faz o rodizio. Isto se dá quando tem algum trabalhador "fraco" (velho), ou "aleijado" no time. Nestas circunstâncias "colocá-lo na cozinha é ao mesmo tempo entendido como um expediente de poupar-lhe as forças e de não onerar o grupo com o desfalque de um trabalhador no pleno gozo de suas energias."³⁸ Em alguns casos o cozinheiro pode ficar direto na cozinha, sendo então "ajustado por mês." Neste caso ele não é "sócio do time", passando a ser remunerado por um montante fixo.

O "chefe do time", responsável pelo grupo, se encarrega de buscar os mantimentos no armazém do empreiteiro. Feijão, arroz, sal, farinha, óleo, carne seca, café, açúcar, sabão. As mercadorias retiradas são anotadas no "caderninho do gato". Como não há outro armazém para comprar, muitas vezes os peões nem perguntam os preços das mercadorias. Um peão mais esperto disse³⁹ que o melhor é retirar mercadorias em embalagens fechadas, ou sacos inteiros (caixa,

³⁸ Esterci, 19987:160

³⁹ Depoimento do peão "S....." em entrevista realizada no bairro do Porto.

fardo) para não perder na quantidade, peso, e ter o controle sobre as mercadorias retiradas do armazém. Quando a mercadoria é retirada aos poucos, é mais fácil o gato roubar, tanto no peso como no número de unidades que serão anotadas.

Testemunhos de peões mostram que os preços do "fornecimento" feito pelo gato no seu barracão, ou armazém, ou pelo empreiteiro da fazenda, são sempre muito altos, bem acima dos preços de mercado praticados na região, chegando, em muitos casos ao dobro e até ao triplo do preço.

A natureza do trabalho dos peões provoca um desgaste físico muito grande, que exige uma reposição equivalente em alimentos. Por isso eles consomem um volume grande de alimentos, talvez por não terem um valor nutritivo suficiente para repor as perdas. Como já foi dito anteriormente, os alimentos básicos são o feijão, arroz, e carne. Para diminuir a despesa e melhorar um pouco a qualidade da alimentação os peões pescam e caçam nos dias de folga. Quando conseguem caçar ou pescar alguma coisa, a alimentação é reforçada, e diminuem as despesas.

Alimentos como leite, verduras e frutas não entram na alimentação destes trabalhadores. Eventualmente consomem alguma fruta nativa, da mata, ou da sede da fazenda.

Estes trabalhadores, pela origem sócio-econômica, não têm hábitos alimentares diferentes, nem são acostumados a consumir alimentos de qualidade melhor. O problema é que eles pagam por uma alimentação qualitativamente pobre um valor correspondente a uma alimentação de boa qualidade.

No final da empreitada o gato soma as despesas, e apresenta a conta para cada time. O chefe do time fará a divisão entre todos. De acordo com os peões o gato sempre aumenta o valor das mercadorias.

A empresa não pode obrigar o trabalhador a utilizar-se do armazém ou fornecimento. Mesmo que o gato não obrigue o peão a comprar no seu armazém, contudo ele o fará por falta absoluta de outro comércio. O isolamento da fazenda, o local onde estão os peões, no interior da mata, a proibição de se afastar do local,

leva-os a utilizarem obrigatoriamente o armazém do gato.

Como vimos, este trabalhador, o "peão", utilizado nas agropecuárias, caracterizadas como empreendimentos capitalistas, contratado pelo intermediário, sofre um tipo de exploração, comum a todos os trabalhadores proletarizados, embora seja mais intensa a extração da mais valia absoluta e relativa. Isto porque a jornada de trabalho é prolongada além das oito horas regulares, estabelecidas pela Legislação Trabalhista, e porque a intensividade do trabalho, estabelecida pelos próprios trabalhadores com o objetivo de fazer o máximo em menor tempo, é muito acentuada.

O alargamento da jornada de trabalho produz "la extenuación y la muerte prematura de la misma fuerza de trabajo."⁴⁰

A duração da jornada de trabalho depende da capacidade física do trabalhador. Para o empresário não é problema.

El capital no pregunta por el límite de vida de la fuerza de trabajo. Lo que a él le interesa es, única y exclusivamente, el máximo de fuerza de trabajo, que puede movilizarse, y ponerse en acción durante una jornada. Y, para conseguir este rendimiento, no tiene inconveniente en abreviar la vida de la fuerza de trabajo...⁴¹

O exército industrial de reserva possibilita a reposição da força de trabalho esgotada e ou inutilizada. A força de trabalho empregada na abertura das fazendas da Amazônia se esgota muito rapidamente. A partir dos 40 anos o peão já é preterido pelos gatos porque já não tem a mesma energia e disposição dos mais jovens para trabalhar. Daí a preferência por trabalhadores mais novos, inclusive menores de idade.

A remuneração do serviço por empreitada, "nunca poderá ser inferior ao salário mínimo geral". O salário mínimo é estipulado

⁴⁰Marx, *op.cit.*p.208.

⁴¹*Idem* p. 208.

para a jornada de oito horas diárias. As horas que excederem a jornada prevista, serão pagas como "horas-extra", acrescidas de 20% sobre o valor da hora normal.

Os descontos com alimentação, não poderão exceder de 25% sobre o valor do salário, para uma alimentação "farta". A lei estabelece o mínimo salarial, não limitando o máximo.

O alargamento da jornada de trabalho, para até doze horas, aumenta o trabalho excedente, e, em consequência, a mais-valia apropriada.

V. A DEGRADAÇÃO DA VIDA.

"Paulista e Fuscão contrairam malária e ficaram muitos dias sem trabalhar. Mesmo doentes, os gatos,...,obrigavam os peões a trabalhar na derrubada de árvores. Quando já estavam sem condições de se locomover, os gatos decidiram matá-los e enterrá-los na fazenda.(Diário de Cuiabá)

V.A DEGRADAÇÃO DA VIDA - O Peão vira "bagaço".

As condições em que os peões entram no processo de trabalho, e as relações sociais de produção que se estabelecem no interior das agropecuárias levam à degradação do trabalho, como vimos no capítulo anterior, e a condições de vida extremamente degradantes, sub humanas.

Neste capítulo veremos como o "peão do trecho", a partir do momento em que entra na rede de dependência da pensão e do "gato", perde a liberdade, e, em consequência, tornar-se uma mercadoria, sendo vendido como um escravo. É submetido a condições de vida e de trabalho que não são próprias de um homem livre, ou dum trabalhador assalariado, como seria de se esperar que fosse numa empresa capitalista moderna como se apresentam as agropecuárias da Amazônia.

A partir da observação e das informações coletados durante a pesquisa¹, vamos tentar compreender a situação dos peões.

Sebastião estava sentado na calçada, em frente à pensão, no bairro do Porto. Olhava o burburinho da feira, bem ali em frente. Do outro lado da rua, debruçado sobre o rio, o velho prédio onde funciona o Mercado do Peixe. Nas quadras ao redor há pensões, bares, velhos casarões decadentes ocupados por prostíbulos, botecos e outros tipos de comércio. O movimento da rua começa à tarde, pelas dezesseis horas, com a abertura da feira. À noite, quando termina o movimento da feira, continua o movimento nos bares, na

¹Pesquisa de campo realizada na periferia de Cuiabá e Várzea Grande, e nos hotéis e pensões onde os peões se hospedam.

rua, na praça.

Sebastião vestia camisa de tecido de brim, amarrotada, calças também de brim, e um par de botinas já gastas de muito andar e trabalhar. A barba de dois ou três dias por fazer, grisalha como o cabelo, fazendo-o aparentar mais do que os 56 anos que dizia ter.

Fui à pensão para entrevistar alguns peões. Como Sebastião estava com outro companheiro em frente da porta, dirigi-me a ele para pedir informações. Assim que o cumprimentei, pôs-se de pé, com o chapéu na mão, como que assustado. Foi logo dizendo que estava procurando serviço, e que a pensão estava paga até a noite daquele dia. A partir do outro dia passaria a devedor.

Ele confundiu-me com algum "gato", pensando que eu estava "agenciando" trabalhadores. Sebastião disse que estava na cidade há apenas três dias e já não tinha mais dinheiro. Trabalhara quatro meses numa empreitada, há uns quinhentos quilômetros de Cuiabá, no norte do estado. Ao final da empreitada sobraram uns trocados para gastar na cidade. Em Cuiabá hospedou-se na pensão, pagando adiantado alguns dias. No primeiro dia foi ao barbeiro cortar o cabelo e fazer a barba. Depois foi dar uma volta para olhar as lojas -há várias de tipo popular nas quadras próximas - onde comprou uma "muda de roupa", e mais algumas "besteirinhas".

Já mais no "no jeito", Sebastião pegou o "circular" e foi dar uma volta no centro da cidade para ver o movimento e as novidades. Num "boteco" aproveitou para tomar uma "Brahma" com um colega. À tardinha voltou para jantar na pensão, onde se encontrou com mais alguns companheiros. Mais tarde todos saíram para beber e "zuar"

como eles dizem. O peão sonha com o dia em que poderá se divertir no meretrício, beber com os companheiros e as mulheres.

Durante o dia elas passam continuamente em frente das pensões e dos bares, em trajes e gestos insinuantes. Os peões já as conhecem, bem como sabem onde encontrá-las. Só esperam essa hora.

Sebastião, como a se desculpar, disse que não tem mais família, e que passou quatro meses na mata sem ver mulher.

Na farra o peão bebe, se diverte junto com os companheiros novos e antigos. É o momento de gastar o pouco que conseguiu a duras penas em meses de serviço. Os donos dos bares, e as mulheres estimulam-no a beber e a gastar. O peão faz questão de mostrar que bebeu e pagou o maior número de garrafas de cerveja.

Sebastião contou que depois da primeira noite na farra acordou num banco de praça, com o sol alto. De volta à pensão, percebeu que estava com os bolsos vazios, sem nada. O que sobrara de quatro meses de árduo trabalho se fora numa noite.

Agora estava ali, novamente à disposição do "gato", para enfrentar uma nova empreitada. Recomeçar tudo de novo. Pedir um "abono" para mais uma noitada, antes de ir embora para a mata, e para comprar alguma coisa que precisasse. No momento em que embarcar no caminhão já estará devendo para o "gato".

A degradação a que chega o peão se dá enquanto homem, e enquanto trabalhador, cujos direitos fundamentais são desrespeitados.

Muitos peões têm consciência da sua situação, como podemos ver no seguinte depoimento:

Aqui o homem vale menos que o boi, porque pode nascer e criar comendo pasto que o homem fez. E o homem que fez o pasto, que brocou, derrubou, plantou, não tem direito a nada.²

Alguns anos atrás fui à Fazenda Camargo Corrêa ³, em companhia de alguns garimpeiros. Ao lado da sede da fazenda chamavam a atenção as instalações dos animais. Especialmente a "maternidade" das vacas de raça, e o "canil" dos cães de guarda. Um dos garimpeiros que estivera no barracão onde estavam alojados vários peões com "maleita", estirados em redes ou tarimbas, vendo as instalações dos animais disse: "Pois é, aqui as vacas e os cachorros têm vida melhor que os peões."

As muitas denúncias levadas a entidades, órgãos governamentais, algumas publicadas na imprensa, revelam a insegurança e o grau de violência a que estão expostos estes trabalhadores. A vida do peão não vale nada para o gato e seus prepostos.

O depoimento de um peão ⁴ afirma que o "gato" os ameaçava dizendo que "ia chegar o cravinho" (bater com vara de cipó) em quem não trabalhasse direito, porque "o serviço deles não pagava nem a comida".

Alguns peões conseguem enviar recados para seus familiares em cartas ou bilhetes, ou então simples recado oral. Vejamos o que diz Alfredo Wagner a respeito desta violência:

²Depoimento de um peão, in *Carvalho, 1980 p.7*

³Fazenda localizada no município de Nortelândia, na encostas da Chapada dos Parecis, nascentes do rio Paraguai.

⁴Diário de Cuiabá, junho de 1986.

...as cartas das vítimas enviadas aos seus familiares descrevem com pormenor episódios deveras trágicos. Narram os obstáculos erigidos à livre locomoção dos trabalhadores e as violências praticadas no contexto das tentativas de fuga. As próprias vítimas se auto apresentam como escravos e, além dos maus tratos constantes, relatam homicídios hediondos cometidos por pistoleiros.⁵

Uma das cartas enviada por um peão faz o seguinte relato:

...que eu, Odilon, vi no terreiro da cantina dois peões, um deles parecia doente, amarrados com uma corda com as mãos para trás. O "gato" estava perto e tinha uma espingarda 15 tiros na mão, enquanto seu jagunço Mineiro, batia nos dois com um chicote e depois disso eu não os vi mais...⁶

Para fugir os peões têm que escapar da vigilância dos "gatos" e fiscais da fazenda, que andam com armas de grosso calibre. Frequentemente os documentos dos trabalhadores são recolhidos, e até destruídos pelo "gato". Tirar documentos do peão tem o sentido de anulá-lo como cidadãos. Sem documentos, ele não é mais ninguém, dificultando com isso a sua fuga.

De tempos em tempos aparecem manchetes nos jornais de Cuiabá sobre a violência contra os peões. As manchetes dos jornais tem

⁵ *Berno, op. cit. p. 64.*

⁶ *Idem p. 66.*

títulos como estes: "Escravidão Branca: lavrador foge para Cuiabá e pede ajuda à polícia." A seguir o jornal dizia:

Depois de passar vários dias escondido no mato para não ser morto por capangas da Fazenda São Pedro, localizada no Estado de Rondônia, o lavrador João Batista Carvalho Almeida, 28 anos, conseguiu chegar até Cuiabá e pedir ajuda na Secretaria de Segurança Pública.

Em outra carta enviada ao Ministério da Justiça⁸ o peão denunciante conta como foi a fuga da fazenda:

...os capangas, assim que os localizaram na mata, ...,começaram a atirar. Um dos tiros atingiu o abdômem de meu tio, que morreu imediatamente. O restante de nós foi capturado pelos capangas. Sofremos toda espécie de agressões: golpes com as coronhas das armas, chutes, socos,etc. Fui forçado a limpar o sangue do meu tio, com as mãos para não deixar vestígios e me obrigaram a beber lama misturada com sangue de meu tio. Retornamos à fazenda naquela mesma noite, andando 18 quilômetros, aproximadamente, por lamaçais, deixando o corpo do meu tio no local do crime, coberto por uma pequena camada de terra.

Nos casos em que algum peão consegue fugir, a situação dos que ficaram na fazenda se agrava, porque os gatos tentam

⁷Diário de Cuiabá, 02/06/1989.

⁸ Carta enviada pelo peão Milton Moreira de Souza, enviada ao Ministério da Justiça em 21/04/86, e remetida posteriormente ao MIRAD, in *Berno*, op.cit.p.65

responsabilizá-los pelas fugas.

Constata-se também que os agenciadores de mão de obra, em casos de fuga, buscam transferir a suposta dívida do que se evadiu para seus conhecidos ou vizinhos que permaneceram. O endividamento antes de ser considerado como individual passa a ser visto como do grupo que foi recrutado junto, numa tentativa de inibir as fugas isoladas.⁹

Há relatos de peões que dizem terem sido obrigados a bater em outros peões que foram recapturados. Ou batiam no colega, ou apanhavam junto.

O isolamento geográfico facilita o controle e retenção dos peões confinados no acampamento. O "gato" dispõe de fiscais, os "bate-paus", e do próprio aparato da fazenda (fiscais e jagunços) que exercem vigilância contínua sobre os trabalhadores. Basta uma tentativa de fuga ou um ato de rebeldia para que se desencadeie a repressão violenta sobre eles. O próprio cerceamento da liberdade de ir e vir do peão, já é um violência. Ninguém pode sair enquanto não terminar o serviço.

Carta enviada ao Ministro da Justiça pela mãe de¹⁰ um rapaz, levado para a Fazenda Fabrizio, em Xinguara relata:

...Pesso a voces que rezem por mim. Por que eu estou preso na fazenda atrabalhando já pelo dicomer. Tudo quanto o gato vende é por dois preço, por isso eu não mandei dinheiro para voces.(...) Sim mãe nós estamos como escravos só está faltando as correntes e os cadeados...

⁹Idem, *ibidem* p. 65.

¹⁰Carta de Vicência Cândida da Silva, de Igatu, CE, enviada ao Min. da Justiça em 10/07/86, in *Berno*, *op.cit.* p. 65.

Os peões podem ficar até quatro ou cinco meses "aprisisionados" na fazenda. Ou seja, o tempo que dura a empreitada. Em alguns casos, depois de concluir a empreitada, o peão ainda fica devendo para o gato, ficando por isso retido no serviço.

As denúncias são muitas. Vejamos mais uma :

Quando algum empregado da fazenda é pilhado na tentativa de fuga é imediatamente preso pelo capataz e seus capangas e obrigado a engolir uma saimoura forte para não tentar mais se atrever a fugir.¹¹

Os jornais de Mato Grosso também publicam notícias sobre a violência contra peões.

...os pistoleiros ganhavam Cr\$ 500,00 por fugitivo que eles conseguiam recapturar. Caso persistissem as tentativas, eles cortavam o tendão de Aquiles. (Músculo que sustenta o calcanhar)¹²

Documento fornecido pelo Ministério Público de Rondônia, um Termo de Declaração, feito por Antônio Elias Machado, Oliveira

¹¹O Estado de São Paulo, 03/06/1986

¹²O Estado de Mato Grosso, 01/04/1986.

Francisco dos Santos e Gilmar Antônio Deolindo ¹³ diz, entre outras coisas , que foram levados para Rondônia pelos "gatos" Pedro e Japão. Foram transportados de ônibus até a cidade de Colorado do Oeste, em Rondônia. De lá foram levados em um caminhão boiadeiro até a fazenda São José. Desta fazenda foram levados de avião até o local onde deveriam trabalhar. Os declarantes disseram que:

...foram contratados para receber o preço de Cr\$ 1.200,00 (Um Mil e Duzentos Cruzados) por alqueire de roçada. Que ao chegar à Fazenda Cooperativa foram informados que o contrato de trabalho seria modificado. Ou seja, receberiam a mesma importância mas teriam também que fazer a derrubada da mata. Que pelo contrato de trabalho as despesas com alimentação e com as ferramentas correriam por conta dos peões.

Os declarantes informaram também que nesta fazenda "os trabalhadores eram frequentemente espancados pelos fiscais." Os mesmos informaram que os "fiscais que mais batiam nos peões eram conhecidos por Calango e Negão, e que os fiscais andavam permanentemente armados de revólver e carabina." Os mesmos declarantes afirmaram ter presenciado "o fiscal conhecido por Barbosa amarrar com cordas o peão conhecido por Baianinho, deixando-o amarrado das 22:00 horas até às 03:00 horas da manhã." De acordo com os denunciantes, nesta Fazenda "foram espancados cerca de 15 a 20 trabalhadores; que alguns espancamentos foram presenciados por eles, de outros têm conhecimento por verem o

¹³ Declarações feitas Ministério Público de Rondônia em 22/04/86

colega todo machucado."¹⁴

Outro documento comprobatório da violência praticada contra os peões nas fazendas é o Relatório de Diligências realizadas no Município de Cerejeiras, com vistas à apuração de denúncias sobre a existência de "escravidão branca". Esta diligência foi realizada com a participação do Ministério Público, Ministério do Trabalho, Polícia Federal, IBDF, CPT. A Comissão formada por representantes destas entidades se dirigiu à Fazenda São João em Cerejeiras, onde, afirma o Relatório, "constatamos in loco o que se denunciava há muito: empregados trabalhando em regime de escravidão"¹⁵(por não terem o direito de reclamarem ou de se locomoverem dentro, inclusive, do próprio âmbito da Fazenda)."

O Relatório elenca as irregularidades constatadas, consideradas infrações "às normas de Proteção ao Trabalho". Foi constatada a "presença de 97 empregados sem o respectivo registro", havendo quatro menores de idade. "Foi dada em seguida à aplicação do Auto de Infração, a oportunidade de se deslocarem livremente, inclusive de saírem da Fazenda. Seguidamente mais de 70% se deslocaram em direção à cidade de Cerejeiras, distante do local mais de 150 quilômetros por estrada de terra."

Na cidade de Cerejeiras o Ministério Público propôs, na presença dos proprietários da Fazenda São João e Cerejeiras, um acordo para nova proposta de emprego, "com garantias de respeito à

¹⁴Depoimento feito perante o Promotor Dr. Osvaldo Luiz Araújo, do Ministério Público de Rondônia.

¹⁵Grifo nosso.

integridade física, fiscalização efetiva e sistemática do Ministério Público local, e do Ministério do Trabalho de Vilhena, proposta de aumento substancial no preço da derrubada do alqueire (de Cr\$ 1.100,00 para Cr\$ 1.700,00), e mais garantia de contrato de trabalho, sem intermediário, isto é, entre o contratante (fazendeiro) e o contratado (peão)."

A Polícia Federal, que acompanhou a diligência, deteve "dois elementos que espancavam os trabalhadores e transportou-os para Cerejeiras. Soube-se que havia outros espancadores, um não se encontrava no local e outros dois conseguiram fugir."

O relatório conclui dizendo que o Ministério Público

...acompanhou pessoalmente todas as diligências realizadas. Se for constatado no final do inquérito policial a ser instaurado, que houve a infringência das Normas Legais, tais como: lesões corporais, constrangimento ilegal ou cárcere privado, promoveremos pela denúncia, a Ação Penal Pública nos termos da Lei.¹⁶

Berno ¹⁷, afirma que "foram encontrados nas diversas fazendas da região aproximadamente quatro mil trabalhadores mantidos em condições análogas à de escravo e em situação trabalhista irregular."

¹⁶Relatório assinado pelo Delegado do Ministério Público, Del. de Polícia Federal, Representante do Ministério Público, Representante do IBDF, e Representante da CPT, com data de 27/04/1936.

¹⁷ "O Trabalho Escravo no Estado de Rondônia", in Berno, op.cit.p.61.

O Relatório da Delegacia Regional do Trabalho¹⁸ mostra que no Maranhão os trabalhadores das fazendas (peões) também são submetidos a condições de trabalho escravo.

...no Maranhão o Delegado do Trabalho Paulo C. Marinho calcula que existam 6 mil trabalhadores atraídos por aliciadores de mão de obra, os gatos...hoje confinados em fazendas isoladas, submetidos a trabalhos forçados e condições precárias de sobrevivência.

O cerceamento da liberdade de locomoção, de "ir e vir", caracterizado pelo poder judiciário como "cárcere privado", é uma situação frequentemente vivida pelos peões das agropecuárias. A justificativa alegada pelos "gatos" é sempre a dívida que o peão tem para com ele.

O mineiro Nilo José de Souza, 53 anos, encontra-se doente com malária, e proibido de deixar a fazenda, enquanto não pagar o que deve". Este tipo de "desculpa", segundo João Batista, é utilizada para todos que estão ali, já que o que ganham não cobre sequer, a alimentação que os "gatos" Daniel e Francisco de tal, ainda em Cuiabá, no dia 10 de março, juraram que era por conta da Fazenda.

A violência contra os peões chega a seu extremo eliminando fisicamente muitos deles. Apesar de que são constatados inúmeros casos de assassinatos de peões, alguns deles noticiados nos jornais regionais e/ou nacionais, contudo a população não se sensibiliza com o fato. É apenas mais uma "ocorrência policial".

¹⁸ *Idem* p. 61.

Vejamos o que diz o jornal ¹⁹ com a manchete "Polícia encontra corpos em Fazenda."

Dois corpos fora encontrados enterrados na Fazenda Reunidas N.S. de Fátima, situada em Aripuanã, pertencente ao grupo Peralta, de onde cerca de 150 peões fugiram e denunciaram à Polícia que trabalhavam em regime de escravidão....Os corpos dos peões Paulista e Fuscão, que conforme denúncia dos trabalhadores haviam sido mortos pelos "gatos", foram encontrados em adiantado estado de putrefação. Paulista, segundo laudo pericial, foi morto com um tiro na cabeça e Fuscão por objeto contundente, que pode ser faca, pau, e outros. Os peões Cuiabano, Osvaldo e Mineirinho, que também teriam sido mortos, não foram encontrados.

Para o Secretário de Segurança Hilário Mozer, ainda não ficou caracterizado o crime de "escravidão branca", mas existem indícios que podem levar a Polícia a comprová-lo. O Secretário ainda acha que os proprietários da fazenda que residem em São Paulo, não tinham conhecimento do fato. Mozer esclareceu que os trabalhadores faziam derrubadas em uma mata distante cerca de "mil quilômetros (sic) da sede da fazenda, que abrange uma área de 60 mil hectares." Este fato levou a polícia a concluir que como os fazendeiros não costumavam ir na área de derrubada e os peões não tinham acesso à sede da fazenda, o que acontecia no local não era de conhecimento dos proprietários.

A conclusão da polícia mostra como a mediação do "gato" "livra

¹⁹Diário de Cuiabá, 13/09/1989.

a cara" dos empresários. A interposição do empreiteiro entre a empresa e os trabalhadores diretos, "mascara as relações de trabalho", além de "aliviar os grandes proprietários dos encargos trabalhistas e sociais."²⁰

Para os peões o "gato" é o responsável pela exploração e violência a que são submetidos, não percebendo nenhum vínculo ou envolvimento da agropecuária, que, de acordo com as denúncias, participa direta e indiretamente do processo. E, sobretudo, se beneficia da utilização do trabalho do peão. Este não tem consciência da relação que tem para com a fazenda, vendo apenas sua ligação com o "gato", com o qual tem uma relação direta e imediata.

Muitos peões, depois de terem sido maltratados no serviço de empreitada com os "gatos", de não terem sido pagos, de terem sofrido violência, voltam a trabalhar com este tipo de empreiteiro. Voltam ludibriados, com a ilusão do "abono", do saldo grande no final do serviço. Um pedreiro que estava trabalhando com alguns ajudantes na cidade de Várzea Grande disse ²¹que "se um gato chegasse aqui agora e oferecesse um abono para os trabalhadores da obra, todos deixariam o serviço dele para ir com o gato".

"O Relatório dos Conflitos Agrários do Mirad", de dezembro de 1986²², depois de exaustivo levantamento, catalogou 94 ocorrências com registro de homicídios. À exceção de duas delas, todas as demais vítimas eram trabalhadores rurais e indígenas, que haviam

²⁰*Idem, ibidem p.62.*

²¹*Depoimento do pedreiro, "ex gato", "A.....", ao pesquisador.*

²²*in Berno, op.cit.p. 67.*

sido submetidos a formas de trabalho escravo."

O referido relatório reproduz inúmeras cartas de viúvas denunciando o assassinato de trabalhadores nas fazendas.

Vejamos um trecho da carta de Terezinha Lacerda Moreira, casada com Antônio Moreira Diniz, residente em Xinguára:

No dia 17 de abril de 1986 fiquei sabendo que meu marido teria sido assassinado no dia 10 de abril pelo pistoleiro Chere. Quem trouxe a notícia foi meu sobrinho Hamiltom. Que meu marido foi morto quando tentava fugir, junto com Hamiltom, Neneco, Vandari e o José.²³

A região amazônica, por suas características climáticas e ambientais, pode ser bastante adversa para o homem estranho a esse meio. A malária talvez seja a mais típica das "febres" da Amazônia.

É difícil, senão impossível um peão que tenha trabalhado em derrubada de mata na região que não tenha pego algumas malárias. Há trabalhadores que já a tiveram dezenas de vezes.

Os peões curam-na de maneira incompleta, voltando a trabalhar ainda fracos e debilitados. A SUCAM mantém o serviço de "borrifação" domiciliar em toda a Amazônia. Aliás, é uma das poucas, talvez a única presença do governo federal no interior mais remoto.

Mas a exposição dos peões em áreas novas, sem um mínimo de precauções, faz com que esta categoria de trabalhadores seja

²³Idem p. 68.

particularmente vulnerável à malária.

Quando o peão adoece e não pode trabalhar, se torna um peso morto para o "time". O empreiteiro, mesmo que o serviço seja por empreita, também perde, indiretamente, porque o serviço retarda. Se o problema de saúde é grave, o "gato" corre o risco de ter que gastar muito com o peão e ainda assim ele venha a morrer. Neste caso o prejuízo seria maior ainda. Há testemunhos de que em tais situações os trabalhadores são abandonados, e até podem ser eliminados.

Uma notícia publicada em jornal de Cuiabá²⁴ mostra um destes casos:

Paulista e Fuscão contrairam malária e ficaram muito dias sem trabalhar. Mesmo doentes, os "gatos", através de seus seguranças, obrigavam os peões a trabalhar na derrubada de árvores. Quando já estavam sem condições sequer de se locomover, os "gatos" decidiram matá-los e enterrá-los na fazenda.

Quando a violência não chega a este extremo, o problema da doença dos peões é amenizado na "farmácia" do "gato" ou da fazenda. O armazém dispõe de uma pequena farmácia, onde são vendidos medicamentos para malária. Estes medicamentos se restringem a comprimidos de quinino e soro para os casos mais graves e complicados. Nos locais onde há postos de atendimento da SUCAM, o atendimento é mais eficiente, além de ser gratuito. Sobretudo

²⁴ "O Diário de Cuiabá" de 13/09/1989.

porque é feito o exame de laboratório (lâmina de sangue) que dá o diagnóstico preciso da doença.

No mato os peões doentes ficam na rede esperando a febre passar, para logo em seguida voltar ao trabalho. Eles não podem se dar ao "luxo" de ficar muitos dias parados. Não têm a quem recorrer, não têm "instituto", para lhes pagar os dias parados, ou uma licença de saúde. Não são sindicalizados, nem têm os "benefícios" da Previdência Social.

A "febre amarela", oficialmente erradicada do Brasil, é sempre um ameaça presente na Amazônia. Tanto que a SUCAM mantém postos de vacinação nas "barreiras" instaladas nas estradas federais da região, e na rodoviária de Cuiabá.

Outra doença transmitida por inseto é a "Leishmaniose", bastante comum em certas áreas do norte do Estado de Mato Grosso. As feridas produzidas pela doença são muito dolorosas, além de serem difíceis de cicatrizar, e exigirem tratamento especializado.

Considerando-se as condições de higiene e promiscuidade em que vivem os peões, eles estão expostos a várias enfermidades contagiosas. Do ponto de vista da higiene, não há o mínimo cuidado com a água consumida, ingerida "in natura", de qualquer córrego, igarapé ou rio. A água é responsável pela infestação de vários parasitas. A inexistência de fossas para os dejetos fecais é fonte de contaminação e transmissão de outras doenças.

Expostos a condições de trabalho extremamente duras, mal alimentados, vivendo em ambiente de pouca ou nenhuma higiene, os peões se debilitam fisicamente em pouco tempo. É uma categoria de

trabalhadores que tem um desgaste físico muito rápido, visível.

Outro fator responsável por este desgaste físico é o alto consumo de álcool. No serviço eles não bebem porque é proibido. Mas quando vêm para a cidade o consumo de bebidas alcoólicas, principalmente cachaça é muito alto.

Quando bebe o peão fica mais vulnerável ao roubo, e às agressões físicas. Sem dinheiro, bêbado, caído na calçada, ninguém o socorre. Volta para a pensão sujo, machucado, sem nada. Às vezes até sem documentos. A partir desse momento, se ainda não está devendo, passa a devedor da pensão. Se ainda tiver algum objeto de valor, vai empenhá-lo, ou entregá-lo por conta da dívida.

Este tipo de transação também é uma fonte de lucro dos "botecos" e pensões, que subvalorizam os objetos empenhados (relógios, rádios, armas).²⁵ Quando chega a este ponto o peão espera que o "gato" venha resgatá-lo, ou livrá-lo da pensão. O dono da pensão, por sua vez, preocupado com o aumento da dívida, se empenha em conseguir um serviço para ele, com o objetivo de se livrar do prejuízo, transferindo sua dívida para o "gato".

Seu "D....." disse que o peão não pode ficar muitos dias devendo, porque senão fica "muito pesado" para a pensão.

A vida deste trabalhador é marcada por dois tempos bem distintos: o "tempo para trabalhar", e ganhar dinheiro, que ele passa na mata; e o "tempo para gastar", para se divertir, que ele passa na cidade, hospedado na pensão. Dois tempos da mesma relação

²⁵ O piloto de avião "N....." me mostrou uma caixa de sapatos, tamanho grande, cheia de relógios e jóias, empenhados pelos peões em um boate numa vila do norte do estado. O dono da boate as mandara entregar em Cuiabá para serem vendidas.

de semi-escravidão.²⁶

Os peões que ainda têm família, os pequenos produtores que vendem sua força de trabalho temporariamente, ainda têm onde ficar e quem possa cuidar deles. O "peão do trecho", sem família, não tem onde ficar, a não ser na pensão. Quando está doente ou velho, a pensão o rejeita, porque não é mais procurado pelos gatos, e, em consequência, quem resgate a sua dívida.

Doente, mal alimentado, a cada dia que passa o peão se debilita mais. O desgaste físico significa para ele a diminuição da capacidade de produção da sua força de trabalho e, em consequência, uma menor remuneração. Fraco, alquebrado, envelhecido precocemente, o peão acaba os seus dias mendigando nas ruas da cidade, corroído pelo álcool.

Na visão de um trabalhador, o peão vira um "bagaço", como uma laranja que depois de chupada, sobra só o bagaço que se joga fora.

O peão velho e doente, como um "bagaço humano", perambula pelas ruas da cidade, dormindo ao relento, com um saco às costas, pedindo um prato de comida e dinheiro para comprar cachaça.

O trabalhador da empresa capitalista, que através da instituição da dívida se transformou de "livre em escravo, de possuidor de uma mercadoria, em mercadoria",²⁷ quando chega a esta situação de degradação, é rejeitado porque não tem mais nada para oferecer para os "gatos". Não é nem vendedor da mercadoria força de trabalho, nem ele mesmo pode vir a ser a mercadoria, porque o

²⁶ Esterci, 1980, texto mimeografado.

²⁷ Marx, op. cit. p. 121.

"gato" não arrisca mais dar-lhe um abono, ou pagar a sua dívida na pensão, porque ele já não produz mais nada, e, em consequência, não vale mais nada para o empreiteiro. A saúde, a força , a vitalidade foram extraídas no trabalho a serviço das fazendas agropecuárias, tendo sobrado só a carcassa, o "bagaço" que não serve mais para nada, e por isso pode ser jogado fora.

CONCLUSÃO.

O peão escravo é empregado sobretudo em desmatamento, no caso da Amazônia. É frequentemente encontrado em empresas que recebem subsídios do governo federal através de incentivos fiscais. De 35 trabalhadores escravizados em uma fazenda de Mato Grosso, onze apanharam de cipó, seis apanharam de cipó, pau e facão, além de terem sofrido o castigo de ficarem três dias sem alimentação. Desde 1970 há registro de 105 casos de cativo. Em 55 deles foram contados 19.713 escravos, a maioria muito jovens; 23 menores sequestrados em Arenópolis (MT), foram resgatados de uma fazenda em Diamantino. (José de Souza Martins)

CONCLUSÃO.

Em 1940 o Presidente Getúlio Vargas falou em Manaus pregando uma "cruzada" para ocupar e povoar os sertões , visando o "reatamento da campanha dos construtores da nacionalidade dos bandeirantes e sertanistas..." ¹ Vargas dizia que os "marcos da Nação " já tinham sido fincados pelos "construtores da nacionalidade", cabendo agora "confirmar o que já fora conquistado". Para tanto impunha-se eliminar os vazios demográficos e fazer com que as fronteiras econômicas coincidam com as fronteiras políticas."

No ano seguinte, falando aos trabalhadores ² Vargas volta a insistir na idéia de ocupar o interior, para dar condições melhores à população, evitar o êxodo rural, e melhorar a oferta de alimentos e o nível de renda da população.

Em Mato Grosso foram feitas várias tentativas para colonizar o Estado. Houve várias intervenções do governo federal tais como "...a criação dos territórios federais de Ponta Porã e Guaporé; o golpe na Cia. Mate Laranjeira, com a cassação dos seus contratos de exploração; a criação da Fundação Brasil Central e a colonização dirigida; a instalação da Colônia Nacional de Dourados; discussão e criação do Parque Nacional do Xingú." ³

A construção da Estrada de Ferro Noroeste (Bauru - Corumbá), com um ramal para Ponta Porã, possibilitou a vinda de "migrantes que fundaram cidades e colonizaram as áreas próximas do seu leito." A capital de Mato Grosso, Cuiabá, sofreu uma "renovação maravilhosa..." ⁴

O Governo do Estado de Mato Grosso cedeu um milhão e duzentos

¹ Lenharo, *op.cit.*, p. 56.

² Discurso feito em primeiro de maio de 1941, in Lenharo, *op.cit.* p. 19.

³ Lenharo, 1983: 11 e seguintes.

⁴ *Idem* p. 11 e 16.

mil hectares (1.200.000 ha.) para a Fundação Brasil Central (F.B.C.) desbravar e colonizar nas regiões do Xingú e Araguaia.

Os discursos oficiais de então insistem na "ocupação dos espaços vazios" com pequenos agricultores, capazes e trabalhadores. No caso de Mato Grosso havia também a preocupação com a segurança das fronteiras. O governo entendia que esta segurança poderia ser mantida ocupando-a com pequenos produtores, em lugar dos grandes latifúndios em mãos de estrangeiros.

Na segunda metade da década de quarenta, houve "uma efervescência nova, plena de movimentos migratórios para a ocupação de espaços vazios e o aparecimento de companhias colonizadoras..."⁵

No início os migrantes ocupavam terras ao longo do eixo Campo Grande - Corumbá, nos vales do São Lourenço e do Alto Araguaia, principalmente na região de Barra do Garças. A Amazônia Mato Grossense, isolada, ainda era um território "desocupado".

Apesar do fracasso da Colônia Agrícola de Dourados, que "serviu mais para a propaganda do Estado Novo", e do pouco que fez a Fundação Brasil Central, contudo o governo federal despertou o interesse pela região Centro Oeste, particularmente por Mato Grosso.

Em 1948 o governador de Mato Grosso Arnaldo E. de Figueiredo propôs mudar a legislação sobre terras, que, de acordo com ele, estava "inteiramente divorciada da realidade matogrossense." Por esta razão o governador propunha "...a abertura de enormes tratos de terras novas à iniciativa privada."⁶

Na década de cinquenta o governador Fernando Corrêa da Costa adotou uma política de terras que deu margem à especulação, principalmente por parte de empresas de colonização e grandes empresários privados. Venda ilegal de terras, concessões fraudulentas, doações a políticos, pessoas físicas e jurídicas, são alguns tipos de corrupção que são denunciados na época.

⁵ *Idem, ibidem p. 34.*

⁶ *Idem, ibidem p.38*

"... o que se passou em termos de especulação revela a formação de um quadro de acumulação de riquezas definitivo dentro do Estado, marcante no seu futuro político, como também na condução da sua política de terras."

As companhias colonizadoras, muitas delas de São Paulo, faziam propaganda para "convencer o migrante a tentar a sorte em paraíso tão promissor." Em 1957 a S.P.V.E.A. "aprovou os planos de aplicação de verbas referentes à colonização apresentados pelo Estado."

O presidente Juscelino Kubitschek retomou o discurso da "Marcha para o Oeste", concretizando-o na construção de Brasília e nas rodovias de "integração nacional".

Após 1964 as políticas públicas para a Amazônia voltam à bandeira da "integração da Amazônia à economia nacional", do povoamento dos "espaços vazios", e da "segurança nacional."

Os governos militares pós 64 criaram vários órgãos e instituições financeiras, tais como a SUDAM, BASA, POLAMAZÔNIA, POLONOROESTE, PIN, PROBOR..., juntamente com uma política de crédito, incentivos fiscais e subsídios que fossem atraentes para os empresários. Como o ouro no período colonial, as facilidades oferecidas pelo governo federal atraíram os empresários de outras regiões do país.

O governo federal planejou esta nova "marcha para o oeste" com o objetivo de esvaziar os focos de tensão social nas áreas de ocupação antiga, e ocupar os "vazios demográficos" da Amazônia e Centro Oeste.

Dentre as empresas que vieram para a região destacam-se as agropecuárias e as colonizadoras.

Havia enormes extensões de terras no norte do Estado, que foram cedidas aos empresários que chegavam de fora. Áreas devolutas, terras indígenas, de pequenos produtores. O "vazio demográfico" era a "terra de trabalho" da população nativa. A

⁷ *Idem, ibidem p. 49*

"terra de negócio" se sobrepôs à "terra de trabalho". Houve disputas, expropriações e mortes. Principalmente dos pobres, dos índios, dos caboclos.

A ocupação do espaço agrário foi rápida, provocando um processo de concentração fundiária. Estas terras foram pouco ocupadas, permanecendo como "reserva de valor". As que foram ocupadas, em geral o foram com pastagem, para criação de gado.

As agropecuárias ocuparam grandes áreas onde empregaram muitos trabalhadores braçais para desmatar, fazer cercas, plantar pasto. Depois de formar o pasto são necessários muito poucos trabalhadores para manter a fazenda.

As colonizadoras privadas também adquiriram grandes áreas, que posteriormente foram loteadas e vendidas a migrantes com algum recurso financeiro. Contudo, as dificuldades encontradas, levaram muitos destes migrantes à penúria. Os Projetos de Colonização do INCRA, onde foram assentados agricultores com menos recursos financeiros, não tiveram melhor sorte. Falta de infra estrutura, desconhecimento da região, doenças, dificultaram ou até impediram que os parceleiros continuassem nos lotes ou até no projeto.

Muitos dos pequenos produtores dos projetos de colonização tiveram que vender força de trabalho para sobreviver. Alguns nas fazendas, outros nos garimpos.

O trabalho temporário nas fazendas próximas foi a saída para muitos. Na fase de implantação das agropecuárias são necessários muitos trabalhadores para derrubar a mata.

Muitos destes trabalhadores vinham de fora, trazidos pelos empreiteiros, os "gatos". As relações sociais de produção que se estabelecem no interior das fazendas chamam a atenção por sua especificidade.

O peão, a partir do momento em que cai na dependência do "gato", estabelece um tipo de relação de produção que não corresponde às relações de produção que se entendem como próprias do capitalismo. Os empreiteiros compram não a força de trabalho do "peão", mas o próprio trabalhador, que se torna uma mercadoria.

O endividamento do peão, assumido pelo gato, os adiantamentos

ou o "abono", imobilizam o trabalhador, que perde a liberdade, e justificam o controle que o "gato" passa a exercer sobre ele. O trabalhador passa a ser considerado propriedade do empreiteiro, ficando sob seu controle até saldar a sua dívida.

O sentimento de posse se manifesta na vigilância armada, nas perseguições, com armas e cães, quando o "peão" tenta fugir. Para o "gato" a fuga do trabalhador é um roubo, pois ele foge com algo que lhe pertence (ao gato), a força de trabalho.

O "peão" não tem nem os direitos de trabalhador respeitados, nem os direitos de cidadão ou de pessoa humana.

Como trabalhador ele tem uma jornada prolongada, que pode chegar até a 12 horas. O trabalho é pesado, perigoso, com remuneração por empreitada, tendo que pagar altos preços pelas mercadorias que o empreiteiro lhe fornece. No final, depois de ter trabalhado muito, consegue um saldo muito reduzido.

Como pessoa humana é tratado indignamente, sendo constantemente ameaçado, e, não raro, sofre violência física, que pode ir até o assassinato. Sua liberdade é cerceada, não podendo sair da área de serviço a não ser no final da empreitada, depois de três ou quatro meses.

O peão que não tem família, não tem meios de produção, em geral trazido de outras regiões do Brasil, quando termina a empreitada volta para a pensão na cidade. É o "peão do trecho".

Em Cuiabá ele fica em bairros decadentes, como o Porto, entre a pensão, os bares e prostíbulos. Bebe, farreia, oferecendo um espetáculo degradante. A degradação humana dos operários ingleses⁸ levados à miséria, ao alcoolismo e à prostituição, são lembrados quando vemos os peões, ex-pequenos produtores, nesta situação.

Depois de trabalhar alguns anos, o peão se transforma num farrapo humano, num "bagaço", que perambula pelas ruas, rejeitado por todos.

Isolado, alienado, o peão chega rápido a este grau de

⁸ Engels, *A História da Classe Operária Inglesa*.

degradação. Thompson ⁹ afirma que até a Revolução Industrial não havia uma classe operária com consciência de classe. Havia entre os artesãos uma consciência vertical do ofício.

Entre os peões não se identificam indícios de consciência de classe, ou algum vestígio de organização de classe.

Falando dos trabalhadores da cana do Nordeste, Furtado ¹⁰ afirma que

"o status de morador é quase incompatível com o de cidadão. Todos os atos de sua vida são atos de um agregado, de um elemento cuja existência, em todos os seus aspectos integra a grande unidade econômico social que é a plantação de cana. Esses homens pouca ou nenhuma consciência têm de integrar um Município, ou um Distrito, que são uma forma rudimentar de organização política; mesmo quando suas habitações estejam agrupadas em alguma aldeia, esta encontra-se implantada dentro de uma "propriedade", razão pela qual a vinculação pessoal com uma autoridade pública perde nitidez, em face da presença ofuscante da autoridade privada."

O "peão" está literalmente "confinado" no acampamento no meio da mata, vigiado pelo "gato" e seus auxiliares armados. É tido e tratado como propriedade do empreiteiro, como uma mercadoria.

Ao final de alguns anos, trabalhando exaustivamente, com baixa remuneração, mal alimentado, o trabalhador submetido a estas condições, se exaure fisicamente, tornando-se um "bagaço humano", que pode ser jogado fora. A partir daí ele passa a ser rejeitado, porque não tem mais capacidade de produzir como antes, nem de competir com os mais novos. Ninguém mais resgata a sua dívida na pensão, nem lhe dá o "abono". Resta a ele a rua, as praças da cidade, a cachaça, a mendicância. Sobra o "bagaço", que ninguém mais quer.

⁹ *Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase.*

¹⁰ Celso Furtado, *Dialética do Desenvolvimento*, in Baudel Wanderley, 1978 p. 86.

É a degradação do trabalhador e do homem . Esta mesma degradação estudada e descrita por Engels na Inglaterra do século XIX, é revivida no final do século XX pelo trabalhador braçal das fazendas capitalistas modernas da Amazônia. Apesar dos avanços sociais, o "peão" ainda vive numa situação semelhante à vivida pelos operários ingleses do início do capitalismo industrial. Pior, o "peão" nem sequer é um trabalhador livre, que caracteriza o proletário capitalista, não podendo vender sua força de trabalho onde e para quem quiser. A dívida o imobiliza, é retido e vigiado pelo empreiteiro, que se apossa dele, sob o pretexto de ter pago sua força de trabalho adiantada. Este "peão" é um escravo, com aparência de trabalhador assalariado.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Manuel Correia. Latifúndi e Reforma Agrária no Brasil. São Paulo, 1980. Duas Cidades, Col. História e Sociedade.
- BARÃO DE MELGAÇO. Apontamentos Chronológicos da Província de Mato Grosso, in Revista Mato Grosso, ano I, n°.5j, Cuiabá, maio de 1904, p.32.
- BRANDT, Vinícius Caldeira. Do Colono ao Bóia Fria: Transformações na agricultura e constituição do mercado de trabalho na Alta Sorocabana de Assis, in Estudos Cebrap, n°19, jan/mar. 1977.
- BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. História Geral da Civilização Brasileira, I, A Época Colonial, Rio, Difel, tomo I, vol.1. 1976.
- CARDOSO, F. Henrique e MÜLLER, Geraldo. Amazônia, Expansão do Capitalismo, S. Paulo, Ed. Brasiliense. 1977.
- CARVALHO, Murilo. Sangue da Terra: A luta armada no campo. São Paulo, Ed. Brasil Debates (Brasil/Hoje, 2).
- CHAYANOV, Alexander V. La Organización de la Unidad Económica Campesina. Buenos Aires, Ed. Nueva Visión. 1959.
- COMISSÃO FUNDIARIA do Estado de Mato Grosso. Diagnóstico da Situação Fundiária do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, Gov. do Estado, mimeog.
- CONTAG. Doc. 8, Estatuto da Terra e Decretos Regulamentares, in 1979 Questões Agrárias, Brasília.
- _____. Estatuto do Trabalhador Rural, in Questões Agrárias, Doc.7, Brasília, s/d.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. A República em Mato Grosso. O Predomínio de Antônio Paes, in Revista do I.H.M.L., ano XVII, Tomos XXXIII. 1935.
- _____. Mato Grosso, Rio, Coeditora Brasilica, 2a. Ed. 1939.
- DEAN, Warren. Rio Claro: Um sistema Brasileiro de Grande Lavoura - 1977 1820-1920, Rio, Paz e Terra.
- D'INCAO, Maria Conceição. O Bóia Fria - Acumulação e Miséria, 1979 Petrópolis, Editora Vozes.
- _____. Qual é a Questão do Bóia Fria. São Paulo, 1984 Brasiliense.
- ECO, Humberto. Como se Faz uma Tese. São Paulo, Ed. Perspectiva,

- 1983 Col.Estudos, 85.(Tit.Orig.:Como se fa una Tesi di laurea).
- ENGELS, Friedrich. A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra.
1985 Trad. de Rosa C.Artigas/Reginaldo Forti. São Paulo,Global.(Col.Bases,47)
- ESTERCI, Neide. Peonagem na Amazônia. Dados, Rio de Janeiro, n°20,
1979 p. 123-133.
- _____. Um Apelo da Peonagem da Amazônia. Boletim da
1980. C.P.T.,Goiania, mimeog.
- _____. Conflito no Araguaia: Peões e Posseiros contra a
1987 Grande Empresa, Petrópolis, Ed.Vozes.
- FERNANDES DE SOUZA, Antônio. A Fundação de Cuiabá, in Revista do
1949-50 I.H.M.T., XXXI-XXXII, tomos LXI-LXIV, p.119 e segtes.
- FERREIRA, Eudson de Castro. Posse e Propriedade Territorial: A luta
1986 pela Terra em Mato Grosso. Campinas,Ed. da UNICAMP.
- FOLHA de São Paulo. Arquivo de 1966 a 1986.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. Homens Livres na Ordem
1976 Escravocrata, São Paulo, Ática, (Ensaio, 3)
- GONZALEZ, Elbio N. e BASTOS, M.Inês. O Trabalho Volante na
1979 Agricultura Brasileira, in Capital e Trabalho no Campo, São Paulo, Hucitec, 2a. ed.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro Séculos de Latifúndio, Rio, Paz
1977 e Terra, 4a. ed. (Col.Estudos Brasil, vol.24)
- GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. A Lenda do Ouro Verde. Campinas,
1986 Unicamp, Tese mimeog.
- GOODMAN,
- HÉBETTE, Jean e ACEVEDO, Rosa. Colonização para Quem ?
1979 Belém,NAEA/UFPA.
- HIRANO, Sadi (organ.) Pesquisa Social, São Paulo, Queiroz Editores,
1979 Ltda.
- IANNI, Octávio. Colonização e Contra Reforma Agrária na Amazônia.
1979 Petrópolis, Vozes. (Col.Sociologia Brasileira, vol.11)
- IBGE. Censo Agropecuário, Mato Grosso, 1975, vol.1, tomo 22, Rio

1979 IBGE.

_____. Censo Agropecuário: Mato Grosso, 1980, Recenseamento Geral
1983 do Brasil, Vol.2, Tomo 3, n°24, Rio, IBGE.

JATENE, Heliana da Silva. Reabertura da Fronteira sob Controle: A
1983 Colonização Particular Dirigida de Alta Floresta, Belém,
Tese de mestrado, mimeog.

JATOBÁ, Jorge et alii. Expansão Capitalista: o papel do Estado e o
1980 Desenvolvimento Regional Recente, in Pesquisa e
Planejamento, Rio, 10(1)).

_____. Desenvolvimento no no Brasil: Políticas e
s/d. controvérsias. UFPE/PIMES, Recife.

JORNAL DA TARDE. A Conquista do Brasil Novo, São Paulo, "O Estado
1981 de São Paulo", 4 a 15/5/81

KAUTSKY, Karl. La Cuestión Agrária. Bogotá, Ed. Siglo Veinteuno.

KINZO, Mary Dayse. Colonização e as Transformações na Estrutura de
1982 Classes: De Posseiros a Colonos. Brasília, UnB,
dissertação, mimeog.

LEITE, Gervásio. O Gado na Economia Matogrossense, Cuiabá, Escolas
1942 Profissionais Salesianas.

LENHARO, Alcir. Colonização e Trabalho no Brasil: Amazônia,
1985 Nordeste e Centro Oeste. Os Anos 30. Campinas, Ed. da
UNICAMP.

LOPES, Juarez Rubens Brandão. Do Latifúndio à Empresa: Unidade e
1981 Diversidade do Capitalismo no Campo. Petrópolis, Vozes.

MAHAR, Denis Jr. Desenvolvimento Econômico da Amazônia - uma
1978 análise das políticas governamentais. Rio, IPEA/INPES,
(Relatório de Pesquisa)

MARTINS, José de Souza. O Cativo da Terra. São Paulo, Ciências
1979 Humanas.

_____. Expropriação e Violência - a questão
1980 política no Campo. São Paulo, Edit. Hucitec.

_____. A Imigração e a Crise no Brasil Agrário. São
1973 Paulo, Pioneira.

MARX, Karl. El Capital. México, Fondo de Cultura Económica.
1978.

- MINISTÉRIO DO TRABALHO E Min.da Previdência Social. G.T. da
s/d. Amazônia. Cartilha do Trabalho, Brasília, Gráfica do
Congresso.
- MINTER\SUDAM. Relação dos Projetos Aprovados. Belém, Coordenação
1981 de Informática, Div.de Documentação.
- MÜLLER, Geraldo. Estado, Estrutura Agrária e População. Petrópolis,
1980 Vozes/Cebrap.
- NETO, Regina B.Guimarães. A Lenda do Ouro Verde. Campinas, Unicamp,
1986 Dissertação, mimeog.
- NOGUEIRA, Oracy. Pesquisa Social: introdução às suas técnicas. São
1989 Paulo, Comp.Editora Nacional.
- O ESTADO DE SÃO PAULO. Arquivo relativo às décadas de 60, 70 e
início de 80
- OLIVEIRA, Cleide Fátima Galiza de. O Empreiteiro: Elemento
1986 Intermediário na Contratação de Mão de Obra Volante na
Zona Canavieira Pernambucana, in Cadernos do CEAS, n° 102,
mar/abr., p.41.
- OLIVEIRA, Francisco de. Crítica à Razão Dualista: a Economia
1981 Brasileira. Petrópolis, Vozes.
- _____. Elegia para uma Re(li)gião. Rio, Paz e
1978 Terra, 2a.edição (Estudos sobre o Nordeste, vol.1.)
- PINTO, Lúcio Flávio. Amazônia: Nos Rastro do Saque. São
1980 Paulo, Editora Hucitec.
- PRANDI, José Reginaldo. História de Vida Computacional, in Cadernos
1972 do CEBRAP, n° 8, São Paulo.
- REVISTA DO I.H.M.T. Terras Devolutas- Evolução do Processo de
1921 Adquiri-las em Mato Grosso. Cuiabá, ano III, Tomo V-VI.
- RIVIÈRE D'ARC, Hélène. Le Nord du Mato Grosso: Colonization et
1975 Nouveau Bandeirismo. Paris, Annales de Géographie,
mai/juin, p.279-305.
- SALES, Tereza. Agreste, Agrestes: Transformações Recentes na
Agricultura Nordestina. Rio, Paz e Terra. (Cadernos
CEBRAP, 36)
- SANDRONI, Paulo. Questão Agrária e Campesinato. São Paulo,
1980 Polis. (Coleção Teoria e História)
- SANTOS, José Vicente Tavares dos. A Política de Colonização no
1985 Brasil Contemporâneo, in Reforma Agrária, n° 1

jan/abr., p.18-29.

- _____. Colonos do Vinho: Estudo sobre a subordinação do Trabalho Camponês ao Capital. São Paulo, Hucitec (Col. Ciências Sociais, 5)
- 1978
- _____. Matuchos: Le Rêve de la Terre. Paris, Nanterre, disert.doutorado, mimeogr.
- 1987.
- SANTOS, Roberto. História Econômica da Amazônia. São Paulo, 1980 T.A. Queiroz Editora.
- SIGAUD, Lygia. Os Clandestinos e os Direitos: Estudo sobre os trabalhadores da Cana de Pernambuco. São Paulo, Duas Cidades.
- 1979
- SILVA, José Graziano da. Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira. São Paulo, 1980 Hucitec.
- _____. Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura Paulista. Campinas, Unicamp, tese dout.mimeog.
- 1980
- _____. A Modernização Dolorosa. Rio, Zahar Editores. (Col. Agricultura e Sociedade).
- 1982
- SILVA, Lygia Osório. A Lei da Terra. (Um estudo sobre a História da Propriedade da Terra no Brasil). São Paulo, PUC, Tese Dout., mimeog.
- 1990
- SILVA, Sérgio. Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil. São Paulo, Alfa Ômega (Série Economia, 1)
- 1976
- _____. Valor e Renda da Terra: O Movimento do Capitalismo no Campo. São Paulo, ed. Polis (Col. Teoria e História, 10)
- 1981
- SINGER, Paul et alii. Capital e Trabalho no Campo. São Paulo, 1979 Hucitec.
- SORJ, Bernardo. Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira. Rio, Zahar Editores.
- 1980
- SUAREZ, Maria Tereza S. de Melo. Cassacos e Corumbas. São Paulo, 1977 Ática, (Ensaio, 33)
- VELHO, Octávio Guilherme. Frentes de Expansão e Estrutura Agrária. Rio, 2a. ed., Zahar.
- 1981
- _____. Capitalismo Autoritário e Campesinato.

1978 São Paulo, Difel.

WAGNER, Alfredo Berno. O Trabalho como instrumento de Escravidão.
1988 Brasília, UnB, Rev. Humanidades, nº 17.

WANDERLEY, Maria de Nazaré Baudel. Capital e Propriedade Fundiária:
1978 suas articulações na Economia Açucareira de Pernambuco.
Rio, Paz e Terra.

_____. O Camponês, um trabalhador para
1980 o Capital. Unicamp, mimeog.

_____. A Questão Agrária na Atualidade:
1990 Quem é o Agente do Progresso ? Rio, Pipsa, mimeog.

ZERO HORA, Jornal. Porto Alegre, 28/10/1984.

ANEXOS

ANEXO I

QUESTIONÁRIO ENTREVISTAS.

1. Identificação:

- 1.1. Local da entrevista _____
- 1.2. Bairro _____
- 1.3. Data ____/____/____
- 1.4. Entrevistador _____

2. Informante:

- 2.1. Nome _____
- 2.2. Ano de Nascimento _____
- 2.3. Escolaridade _____
- 2.4. Ocupação Principal _____
- 2.5. Remuneração _____

3. Dados Migratórios:

- 3.1. Local de Nascimento _____
- 3.2. Município _____
- 3.3. Zona Rural ou Urbana _____
- 3.4. Locais onde morou, e tempo de permanência em cada um:

3.5. Motivos por que saiu do local de origem? _____

- 3.6. Trabalho assalariado: a) Temporário ();
b) Permanente ()

3.7. Relação com a Terra: a) Proprietário (); b) Arrendatário (); c) Parceiro (); d) Posseiro (); e) Outros (); Quais? _____

4. Trabalho Assalariado :

4.1. Para quem trabalha? _____

4.2. Onde? _____

4.3. Como é feito o pagamento ? Por Tarefa (); Por Empreitada (); Mensal (); Semanal (); Outro (); Qual (); Qual? _____

4.4. Recebe quando? _____

4.5. Recebe como ? Em dinheiro (); em mercadorias (); em vale ().

4.6. Quem o contrata? _____

4.7. Como é tratado no serviço na fazenda? a) Pelo funcionários da fazenda (gerente ,

- administrador...)
- b) pelogato? _____
- 4.8. Onde compra os mantimentos? _____
- 4.9. De quem são as ferramentas que utiliza? _____
- Caso tenha que comprar as ferramentas, onde as compra, e por quanto? _____
- 4.10. Viagem: a) Quem paga a viagem? _____
- a) Quanto custa a passagem? _____
- b) Como e quando é cobrado? _____
- _____
- 4.11. Costuma pedir o "abono"? _____
- a) Caso positivo, em que o gasta? _____
- _____
- b) Quando o gato o cobra? _____
- _____
- c) O gato cobra o mesmo valor? _____
5. Situação Familiar:
- 5.1. Vive só (); com companheira ()
- 5.2. Tem filhos? Sim (); Não (); Quantos? _____
- 5.3. Idade dos filhos? _____
- 5.4. Tem filhos que trabalham? _____ Quantos? _____
- 5.5. A companheira trabalha fora? _____
- 5.6. Renda familiar? _____
6. Condições de Trabalho e Jornada de Trabalho:
- 6.1. Onde fica o alojamento na frente de serviço? (tipo e condições) _____
- 6.2. Refeições: a) onde fazem? _____
- _____
- b) quem prepara? _____
- 6.3. Quem controla o serviço? _____
- 6.4. Como é feito o serviço? (individual ou em times) _____
- _____
- 6.5. Quando começa e quando termina o trabalho? _____
- 6.6. Como e quanto o empreiteiro paga pelo serviço:
- a) derrubada de mata? _____
- b) roço de juquira? _____
- c) pela feitura de cerca? _____
- d) p/fazer aceiro? _____
- 6.7. Como é acertado o serviço? (contrato? acerto sem contrato? outro?) _____
- 6.8. O gato e ou a fazenda pagam conforme o contrato ou acerto feitos previamente? _____
- 6.9. Quando não pagam o que voce faz? _____
- 6.10. Voce trabalha com carteira assinada? _____

Se não, porque razão? _____

6.11. Voce já foi maltratado alguma vez no serviço com
empregado? _____ C
Como foi? _____

7. Expectativas e Auto Imagem:

7.1. Como voce se situa dentro da sociedade?
(importância, posição social) _____

7.2. Voce acha que tem possibilidade de melhorar? _____ D
Depende de que e/ou de quem? _____

7.3. Voce é filiado a algum sindicato? _____ Se
não, por que não? _____

7.4. Por que voce trabalha como peão para o gato? _____

7.5. Voce tem algum plano para o futuro ? _____

8. Observações:

ANEXO II

RELAÇÃO DOS PROJETOS APROVADOS PELA SUDAM, EM MATO GROSSO, ATÉ 30/03/1981.

1. Agropecuária SUIÁ MISSÚ S.A. - Mun.de São Félix.
2. ARROSSENSAL -Munic. de Nortelândia.
3. MUTUM AGROPECUÁRIA S.A. - Munic. de Diamantino.
4. CODEARA AGROPECUÁRIA - Munic. de Barra do Garças.
5. AGROPASA AGROPECUÁRIA - Munic. de Barra do Garças.
6. TAPIRAGUAIA S.A. - Munic. de Luciara.
7. GUAPORÉ AGROPECUÁRIA S.A. - Vale do Guaporé.
8. NOROAGRO AGRÍCOLA PASTORIL DO NORTE DE MT S.A. - Munic.Vila Bela.
9. AGROPECUÁRIA DO CRAVARI S.A. - Munic.de Diamantino.
10. AGROPECUÁRIA SÃO FRANCISCO DO XINGÚ S.A. - Munic.de Barra do Garças.
11. AGROPECUÁRIA GUANABARA S.A. -Munic.de Barra do Garças.
12. AGROPECUÁRIA JUNQUEIRA VILELA S.A. - Munic. de Diamantino.
13. AGROPECUÁRIA SÃO JOSÉ S.A. - Munic. de Barra do Garças.
14. ORPECA S.A. - Munic. de Barra do Bugres.
15. AGROPECUÁRIA BOM JARDIM S.A. - Munic. de Nobres.
16. AGROPECUÁRIA SANTA ROSA S.A. - Munic. de Luciara.
17. AGROPASTORIL NOVA PATROCÍNIO S.A. - Munic. de Sta.Terezinha.
18. AGROPECUÁRIA TAPIRAPÉ - Munic. de Luciara.
19. BURITIZAL AGROPECUÁRIA - Munic. de Barra do Garças.
20. PORTO VELHO AGROPECUÁRIA LTDA. - Munic. de Santa Terezinha.
21. VALE DO XINGÚ S.A. - Munic. de Chapada dos Guimarães.
22. VALE DO RIO FERRO S.A. - Munic. de Chapada dos Guimarães.
23. AGROPECUÁRIA TAPENA S.A. - Munic. de Diamantino.
24. AGROPECUÁRIA CERRO AZUL S.A. - Munic. de Vila Bela.
25. AGROPECUÁRIA FOLTRAN S.A. - Munic. de Barra do Garças.
26. AGROSAN - Munic. de Diamantino.
27. AGROPECUÁRIA OURO VERDE S.A. - Munic.de Barra do Bugres.
28. MONTEDAM S.A. - Munic.de Vila Bela.
29. CERENHO S.A. - Munic. de Rosário Oeste.

30. NOMURA AGROPECUÁRIA S.A. - Munic. de Vila Bela.
31. MARAPE AGROPASTORIL S.A. - Munic. de Diamantino.
32. AGROPECUÁRIA TRÊS MARIAS S.A. - Munic. de Barra do Garças.
33. TABAJU AGROPECUÁRIA S.A. - Munic. de Barra do Garças.
34. FAZENDA SÃO PAULO DO CRAVARI S.A.- Munic. de Diamantino.
35. AGROPECUÁRIA CHAPADA DOS GUIMARÃES S.A. - Munic.de Chapada dos Guimarães.
36. URUPIANGA AGROPECUÁRIA S.A. - Munic. de Luciara.
37. BANDEIRANTES AGROPECUÁRIA S.A. Munic. de Barra do Garças.
38. AGROPECUÁRIA TAUÁ S.A. - Munic. de Diamantino.
39. FANORTE - Munic. de Diamantino.
40. AGROPECUÁRIA JATOBÁ S.A. - Munic. de Chapada dos Guimarães.
41. SAPÉ AGROPECUÁRIA S.A. - Munic. de Cuiabá.
42. RANCHO SANTO ANTÔNIO S.A. - Munic. de Barra do Garças.
43. COUTO MAGALHÃES S.A. - Munic. de Barra do Garças.
44. AGROPECUÁRIA MIRASSOL S.A. - Munic. de Cáceres.
45. AGROPECUÁRIA SANTA CARMEN S.A. - Munic.de Diamantino.
46. AGROPECUÁRIA DUAS ÂNCORAS S.A. - Munic. de Barra do Garças.
47. AGROPECUÁRIA SETE DE SETEMBRO S.A. - Munic. de Barra do Garças.
48. AGROPASTORIL OESTE S.A. - Munic. de Vila Bela.
49. AGROPECUÁRIA PENTÁGONO S.A. - Munic. de Diamantino.
50. INDUFAMA - Munic. de Vila Bela.
51. AGROPEMA S.A. - Munic. de Barra do Garças.
52. COMPANHIA AGROPASTORIL SUL DA AMAZÔNIA - Munic. de Barra do Garças.
53. PARIBÓ AGROPECUÁRIA S.A.- Munic. de Rosário Oeste.
54. CUNHATAÍ AGRO INDUSTRIAL - Munic. de Diamantino.
55. JOAÇABA AGROPECUÁRIA - Munic. de Barra do Garças.
56. AGROPECUÁRIA PORTO DOS GAÚCHOS LTDA. - Munic. de Porto dos Gaúchos.
57. CIA. AGROPECUÁRIA VOLTA GRANDE - Munic.de Chapada dos Guim.
58. BATOVI AGROPECUÁRIA S.A. - Munic.de Chapada dos Guimarães.
59. AGROPECUÁRIA MOROCÓ S.A. - Munic. de Nobres.
60. CODEMA - Munic. de Barra do Garças.

61. ESTRELA DO GUAPORÉ S.A. - Munic. de Vila Bela.
62. AGROPECUÁRIA PARAISO S.A. - Munic. de Vila Bela.
63. EMPRESA AGROPECUÁRIA EMA S.A. - Munic. de Barra do Garças.
64. AGROPECUÁRIA ALVORADA MATOGROSSENSE S.A. - Munic. de Barra do Garças.
65. SANTA LÚCIA AGROPECUÁRIA S.A. - Munic. de Barra do Garças.
66. AGROPESP S.A. - Munic. de Diamantino.
67. SÓGAÚCHA S.A. - Munic. de Barra do Garças.
68. PECUAMA S.A. - Munic. de Arenápolis.
69. AGUAPÉ S.A. - Munic. de Vila Bela.
70. FAZENDA TANGURO AGROPECUÁRIA S.A. - Munic. de Luciara.
71. PARANATINGA AGROPECUÁRIA S.A. - Munic. de Nobres.
72. AGROPECUÁRIA SANTA SILVIA S.A. - Munic. de Barra do Garças.
73. FAZENDA NOVA VIENA S.A. - Munic. de Barra do Garças.
74. SAPEVA LTDA. - Munic. de Luciara.
75. AGROPECUÁRIA VALE DO GUAPORÉ S.A. - Munic. de Vila Bela.
76. AGROPEMA S.A. - Munic. de Barra do Garças.
77. CONFAP - Munic. de Vila Bela.
78. APASA S.A. - Munic. de Diamantino.
79. AGROPECUÁRIA BECK S.A. - Munic. de Chapada dos Guimarães.
80. AGROAMA S.A. - Munic. de Arenápolis.
81. AGROPECUÁRIA DUAS FONTES - Munic. de Barra do Garças.
82. FRENOVA S.A. - Munic. de Luciara.
83. AGROPECUÁRIA AUERSWALD LTDA. - Munic. de Cáceres.
84. NOIRODI AGROPECUÁRIA S.A. - Munic. de Barra do Garças.
85. ELAGRO PECUÁRIA S.A. - Munic. de Luciara.
86. SUDAMA S.A. - Munic. de Barra do Bugres.
87. PABREULÂNDIA AGRO PASTORIL DO BRASIL CENTRAL - Mun. de Barra do Garças.
88. NATIVA AGROPECUÁRIA S.A. - Munic. de Barra do Garças.
89. FAZENDA NOVA KENIA S.A. - Munic. de Barra do Garças.
90. MAFRA S.A. AGROPECUÁRIA - Munic. de Diamantino.
91. AGROPECUÁRIA BRASIL NOVO S.A. - Munic. de Barra do Garças.
92. AGROPLASA - Munic. de Barra do Garças.
93. MEMBECA AGROPECUÁRIA S.A. - Munic. de Diamantino.

94. AGROPASTORIL BARRA DO GARÇAS S.A. - Munic.de Barra do Garças.
95. DIVISÃO AGROPECUÁRIA IND. S.A. - Munic. de Diamantino.
96. APRASA - Munic. de Cáceres.
97. AGROPECUÁRIA TAMAKAVI S.A. - Munic. de Barra do Garças.
98. AGROPECUÁRIA RONCADOR S.A. - Munic. de Barra do Garças.
99. AGRO-INDUSTRIAL VERA CRUZ LTDA. - Munic. de Diamantino.
100. AGROPECUÁRIA COLORADO S.A. - Munin. de Barra do Garças.
101. FAZENDA ASSOCIADAS DO ARAGUAIA S.A. - Munic. de Barra do Garças.
102. AGROP. SÃO JOÃO DA LIBERDADE S.A. - Munic. de Barra do Garças.
103. AGROPECUÁRIA RIO MANSO S.A. - Munic. de Barra do Garças.
104. SÃO JUDAS TADEU AGROPEC. S.A. - Munic. de Luciara.
105. RIO FONTOURA AGROPEC. S.A. - Munic. de Barra do Garças.
106. AGROPECUÁRIA SANTIAGO S.A. - Munic. de Chapada dos Guimarães.
107. TRACAJÁ AGROPECUÁRIA S.A.- Munic. de Barra do Garças.
108. INDEPENDÊNCIA S.A. AGROP. - Munic. de Barra do Garças.
109. AGROPECUÁRIA RIO ROOSEVELT S.A. - Munic. de Aripuanã.
110. AGROTEP S.A. - Munic. de Porto dos Gaúchos.
111. SOC. AGROP. BRASIL CENTRAL - Munic. de Luciara.
112. AGROPECUÁRIA TATUIBI S.A.- Munic. de Barra do Garças.
113. NORTE PASTORIL MATOGROSSENSE S.A. - Munic. de Santa Terezinha.
114. AGROPECUÁRIA MARECHAL RONDON S.A.- Munic. de Aripuanã.
115. AGROPECUÁRIA LEÕES DO STEIN S.A. - Munic. de Chapada dos G.
116. CIA. AGROPECUÁRIA SETE BARRAS - Munic. de Barra do Garças.
117. CODESGA - Munic. de Barra do Garças.
118. AGROPASTORIL CAMPO VERDE LTDA. - Munic.de Luciara.
119. COMPANHIA AGROPASTORIL ARUANÃ - Munic. de Barra do Garças.
120. COLBRASA - Munic. de Luciara.
121. JAGUARIBE AGROP. S.A.- Munic. de Chapada dos Guimarães.
122. AGROPECUÁRIA LOS ÂNGELES S.A. - Munic. de Diamantino.
123. IOCHPE AGROPECUÁRIA S.A. - Munic. de Diamantino.
124. AGROPECUÁRIA IBERÊ S.A. - Munic. de Chapada dos Guimarães.

125. AREMAG S.A. - Munic. de Barra do Garças.
126. AGROPECUÁRIA IGARAPÉ S.A. - Munic. de Chapada dos Guimarães.
127. COMPANHIA DE DESENV. do RIO TELES PIRES S.A. -Munic. de Chapada dos Guimarães.
128. AGROPECUÁRIA BELA VISTA - Munic. de Barra do Garças.
129. AGROPECUÁRIA REMANSO AÇÚ S.A. - Munic. de Barra do Garças.
130. AGROPECUÁRIA CERRO VERDE LTDA. - Munic. de Cáceres.
131. AGROPECUÁRIA ARAXINGU S.A. - Munic. de Barra do Garças.
132. AGROPECUÁRIA DO ARRAIAS S.A. - Munic. de Chapada dos Guim.
133. CODESPE - Mun. de Barra do Garças.
134. AGROPECUÁRIA CENTRO OESTE S.A. - Munic. de Chapada dos Guimarães.
135. AGROPECUÁRIA UIRAPURÚ S.A. - Munic. de Barra do Garças.
136. AGROMAR S.A. - Munic. de Diamantino.
137. AGROPECUÁRIA CAJAIBA S.A. - Munic. de Barra do Garças.
138. MIPASA - Munic. de Chapada dos Guimarães.
139. AGROPECUÁRIA SALTO DAS NUENS S.A. - Munic. de Barra do Bugres.
140. SUIÁ- XINGÚ AGROPECUÁRIA S.A. - Munic. de Barra do Garças.
141. AGROPECUÁRIA VALE DO JURUENA S.A. - Munic. de Diamantino.
142. AGROPECUÁRIA E IND. CAMPINAS S.A. - Munic. de Barra do Garças.
143. AGROPECUÁRIA VALE DO SUIÁ S.A. - Munic. de Barra do Garças.
144. AGROPECUÁRIA ARCO- ÍRIS S.A. - Munic. de Barra do Bugres.
145. COBRASA - Munic. de Luciara.
146. BONANÇA AÇU AGROPECUÁRIARIA S.A.- Munic. de Barra do Garças.
147. RIO SANGUE PECUÁRIA S.A. - Munic. de Diamantino.
148. PECBRAS - Munic. de Diamantino.
149. RIO MANSO AGROPASTORIL S.A. - Munic. de Barra do Garças.
150. PIRAGUASSU AGROPECUÁRIA S.A. - Munic. de Luciara.
151. CONGUAPE - Munic. de Vila Bela.
152. CAMARCAM AGROPECUÁRIA S.A.- Munic. de Barra do Bugres.
153. SIMMENTHAL S.A. AGROPECUÁRIA - Munic. de Nobres.
154. AGROPECUÁRIA AMOREIRAS S.A. - Munic. de Barra do Garças.
155. TANGARÁ S.A. AGROPASTORIL - Mun. de Barra do Garças.

156. AGROPECUÁRIA SANTO ANTÔNIO DO CABAÇAL S.A. - Mun.de Cáceres.
157. AGROINDUSTRIAL BAMA S.A. - Mun. de Diamantino.
158. AGROLOT S.A. - Munic. de Porto dos Gaúchos.
159. CIA. AGROPECUÁRIA UNIÃO PAULISTA -Munic. de Barra do G.
160. MINOURO S.A. -Munic. de Cáceres.
161. AGROPECUÁRIA SÃO MARCOS S.A.- Munic. de Diamantino.
162. CIA. PIRATININGA AGROPASTORIL - Munic. de Chapada dos
Guimarães.
163. FAZENDA ENTRE RIOS S.A. - Munic. de Chapada dos Guimarães.
164. FAZENDA BANGU S.A. - Munic. de Barra do Garças.
165. AGROPASTORIL CANAAN S.A. - Munic. de Diamantino.
166. BORDON S.A.- Munic. de Barra do Garças.
167. ARINOS AGROPECUÁRIA S.A. - Munic. de Diamantino
168. CIBRAPA - Muni. de Barra do Garças.
169. RODEIO CIA.AGROP. DA AMAZÔNIA - Mun. de Barra do Garças.
170. AGROPECUÁRIA JOATÃO S.A. - Munic. de Barra do Garças.
171. AGRO INDUSTRIAL COROADOS S.A. - Munic. de Diamantino
172. AGROPECUÁRIA JUNQUEIRA FRANCO S.A. -Munic. de Chapada dos
Guimarães.
173. AGROPECUÁRIA CONSUL S.A.- Munic. de Chapada dos Guimarães.
174. AGROPECUÁRIA RIO CLARO S.A.- Munic. de Diamantino.
175. AGROPECUÁRIA TANGURO S.A. - Munic. de Barra do Garças.
176. AGROPECUÁRIA PRIMAVERA S.A. - Munic. de Cuiabá.
177. VILA BELA S.A. AGROPECUÁRIA - Munic. de Vila Bela.
178. BIRIPENA AGROPECUÁRIA S.A. - Munic. de Diamantino.
179. AGROPECUÁRIA PARANAENSE S.A. - Munic. de Diamantino.
180. AGROPECUÁRIA AZ DE OURO S.A. - Munic. de Arenápolis.
181. ALMEIDA PRADO COM. E PECUÁRIA S.A.- Munic. de Barra do G.
182. AGROPECUÁRIA BICO DO PAPAGAIIO S.A. - Munic. de Diamantino.
183. AGROPECUÁRIA CAJABI S.A. - Munic. de Chapada dos Guimarães.
184. AGROPECUÁRIA CATARINENSE S.A. - Munic. de Nobres.
185. MARRUÁ S.A. AGROPECUÁRIA - Munic. de Barra do Garças.
186. AGROPECUÁRIA BARRA DO FERRO S.A. - Munic. de Chapada dos
Guimarães.
187. AGROPECUÁRIA RICA S.A.- Munic. de Barra do Garças.

188. AGROPRUDENTE S.A. - Munic. de Porto dos Gaúchos.
189. AGROPECUÁRIA JARINA S.A. - Munic. de Chapada dos Guimarães.
190. AGROPECUÁRIA CONTINENTAL S.A.- Munic. de Barra do Garças.
191. AGROPECUÁRIA DO CACHIMBO S.A. - Munic. de Chapada dos Guim.
192. MACIFE S.A.- Munic. de Barra do Garças.
193. ALCANTARA MACHADO AGROPECUÁRIA S.A.- Munic. de Aripuanã.
194. CIA. VALE DO RIO ROOSEVELT - Munic. de Aripuanã.
195. AGROPECUÁRIA SÃO FRANCISCO DO MARAPE S.A.- Munic. de Diamantino
196. AGROPECUÁRIA NOIRUMBÁ S.A. - Munic. de Barra do Garças.
197. AGROPECUÁRIA TRATEX S.A. - Munic. de Chapada dos Guimarães.
198. AGRONESA - Munic. de Luciara.
199. SANTO ERNANI AGROPECUÁRIA S.A.- Munic. de Barra do Bugres.
200. B.C.N. AGROPASTORIL S.A.- Munic. de Luciara.
201. AGROPASTORIL BARRA DO GARÇAS S.A. - Munic. de Barra do G.
202. PRIMOROSA S.A.- Munic. de Barra do Garças.
203. AGROPECUÁRIA 477 S.A.- Munic. de Diamantino.
204. AGROPECUÁRIA BRASHOLANDIA S.A.- Munic. de Poxoréu.
205. AGROPECUÁRIA SANTA IZABEL S.A.- Munic. de São Félix do Arag.
206. BRINQUEDOS BANDEIRANTE AGROPECUÁRIA S.A.- Munic. de Barra do Garças.
207. I.B.F. AGROPECUÁRIA S.A. - Munic. de Poxoréu.
208. FAZENDA SÃO JOÃO S.A. - Munic. de Poconé.
209. AGROPECUÁRIA MOGNO S.A. - Munic. de Aripuanã.
210. AGROPECUÁRIA PANVEL S.A.- Munic. de Rosário Oeste.
211. NOVA VERONA AGROPECUÁRIA S.A.- Munic. de Diamantino.
212. K.W. AGROINDUSTRIAL S.A.- Munic. de Aripuanã.
213. RONAGRO AGROPECUÁRIA S.A. - Munic. de Chapada dos Guimarães.

ANEXO III

Número de Estabelecimentos e área apropriada pelos mesmos por extratos de área. Período: 1960 -1980, no Estado de Mato Grosso.

Grupos de Área (ha)	1960		1980	
	No. Estabel.	Área	N.Estabab.	Área
- 10	3.348	13.271	23.902	108.340
10 A - 100	4.789	152.109	21.633	791.355
100 A - 1000	3.369	1.201.111	13.273	4.058.747
1000 A - 10000	1.230	3.450.368	3.867	11.703.548
10000 - 100000	145	2.988.344	624	14.559.231
100000 E +	.X.X.X.X	.X.X.X	19	3.333.326
TOTAL	12.885	7.806.303	63.383	34.554.5499

FONTE: IBGE/CENSO AGROPECUARIO.

ANEXO IV

Evolução do número de Estabelecimentos e da área ocupada no Estado de Mato Grosso:

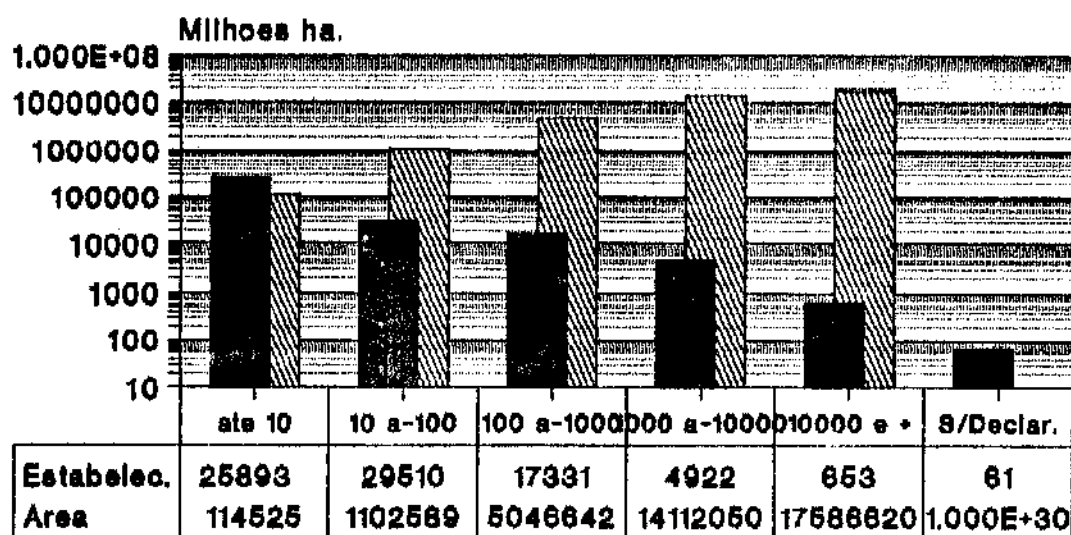
Ano	Num. de Estabelecimentos	Área (ha)
1950	5.068	7.037.269
1960	12.881	7.806.303
1970	45.898	17.006.600
1975	56.119	21.949.147
1980	63.383	34.554.547
1985	79.370	37.962.434

FONTE: IBGE/CENSOS AGROPEC.

ANEXO V

Área apropriada em Mato Grosso.

Estabelecimentos Rurais MT/1985 Área Apropriada p/grupos area

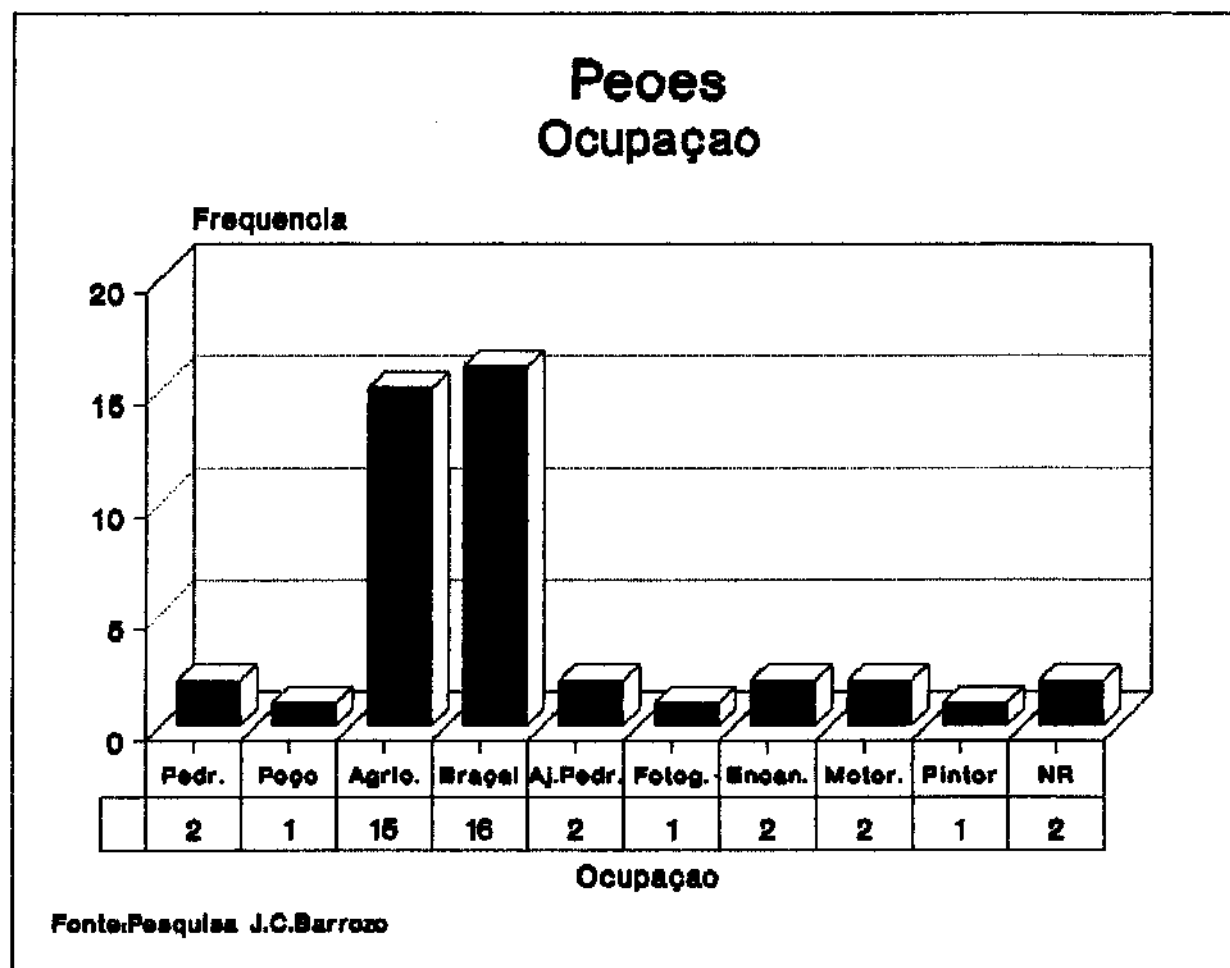


Grupos Area

Estabelec. Area

ANEXO VI

Ocupação anterior dos peões entrevistados para a pesquisa.



ANEXO VII

Contrato de prestação de serviço entre o empreiteiro,
(Empresa Desmatar) e o proprietário de uma fazenda .

-INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM
GLEBA RURAL

-CONTRATANTE - DESMATAR - Desmatamento Aripuanã Ltda. pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro nesta Capital, à Av. Presidente Marques, 870, inscrita no CGC-MF-sob nº 03.534.989/0001-01 neste ato representada pelo seu sócio gerente SR. BENVINDO MARTINS DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, do comércio, portador do CPF sob nº 108.297.761-68, residente e domiciliado nesta Capital;

-CONTRATADA - BENJAMIM MENDES DIAS, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Cidade Alta à Rua Maurício Cardoso, 687 nesta Capital, inscrito no CPF sob nº 063.724.811-20 e portador da Cédula de Identidade R.G. sob nº 4.571.786 expedida pela Secretaria de Segurança pública de São Paulo, fone nº 322-2785;

-OBJETO - A Contratante na condição de proprietária de uma área de terras, denominada DESMATAR- Desmatamento Aripuanã Ltda, localizada no município de Jauru, Comarca de Mirassol do Oeste - MT, com a área de 27.000 hectares aproximadamente, contrata neste ato os serviços da Contratada para efetuar derrubadas, roçadas, queimas e construção de 10 casas de pau a pique cobertas de folhas de coqueiro, cuja avença deverá obedecer as cláusulas abaixo:

PRIMEIRA - A Contratada se compromete de iniciar os trabalhos imediatamente, composta de 03 turmas, totalizando 150 trabalhadores,, iniciando os trabalhos em ponto a ser determinado pela contratante cuja derrubada, roçadas e queimas se darão numa extensão de 200 metros em toda a faixa de divisa da propriedade, respeitando as madeiras nobres;

SEGUNDA - Após a derrubada, a contratada se compromete a jogar-se ~~mente de capim fornecida pela contratante e~~, ainda de construir cerca de 10 casas de pau a pique, cobertas com folhas de coqueiro;

TERCEIRA - Todas as despesas que se fizerem necessárias, tais como transporte do pessoal, alimentação, ou qualquer fornecimento aos trabalhadores corre por conta exclusiva da contratada, com exceção do fornecimento de carne que correrá por conta da Contratante, cobrando Cr\$ 10.000,00 por arroba, a ser descontado no pagamento final;

QUARTA - O Prazo mínimo de duração do presente contrato é de 90 (Noventa) dias;

QUINTA - Pelos serviços prestados a Contratante pagará a quantia de Cr\$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil cruzeiros) por alqueire paulista, e Cr\$ 800.000,00 (Oitocentos mil Cruzeiros) por casa construída;

SEXTA - A Contratante entrega neste ato à Contratada, como adiantamento do pagamento, a importância de Cr\$ 30.000.000,00 (Trinta - milhões de cruzeiros), e com 45 (Quarenta e cinco) dias a contar desta data, adiantará cerca de 30% (trinta por cento) e o saldo do pagamento no final quando da medição da área desmatada;

SÉTIMA - Assim por estarem de acordo, assinam o presente em duas vias, mediante de testemunhas, elegendo-se o Forum da Comarca de Mirassol do Oeste - MT, para dirimir eventuais dúvidas que possam surgir.

Cuiabá(MT), 10 de Outubro de 1984.

Benjamin Mendes Dias
DESMATAR-DESMAT.ARIPUANÃ LTDA.(Revelia)

Benjamin Mendes Dias
BENJAMIM MENDES DIAS

TESTEMUNHAS:

ANEXO VIII

Termo de Declaração feito por "peões" perante o Promotor Público do Ministério Público de Rondônia, Dr. Osvaldo Luiz Araújo.



— MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDONIA —
PROMOTORIA DE JUSTIÇA

TERMO DE DECLARAÇÕES

Aos vinte e dois dias do Mês de Abril de mil novecentos e oitenta e seis compareceram nesta Promotoria de Justiça os Senhores:

1- ANTONIO ELIAS MACHADO, brasileiro, solteiro lavrador, com 27 anos de idade, filho de Manoel Elias Machado e de Angelina Maria de Jesus, residente em Tangará da Serra- MT;

2- OLIVEIRA FRANCISCO DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, lavrador, com 32 anos de idade, filho de José Francisco Filho e de Vicentina Maria da Conceição, residente em Tangará da Serra-MT;

3- GILMAR ANTONIO DEOLINDO, brasileiro, solteiro, lavrador, com 22 anos de idade, residente em Cidade Baixa, Barra do Bugre-MT; Que prestam as seguintes declarações: Que os declarantes foram contratados os dois primeiros na cidade de Tangará da Serra, e o 3º na cidade de Barra dos Bugres pelos "gatos" conhecidos por Pedro e Jacó, digão, Japão para virem trabalhar na Fazenda Cooperativa nesta região; Que os declarantes foram transportados de Onibus até a cidade de Colorado do Oeste-Rondônia. Desta cidade foram levados em um caminhão Boiadeiro até a Fazenda São José; Desta Fazenda foram levados de avião até o local onde deveriam trabalhar, a Fazenda Cooperativa; Que o nome do Gerente da Fazenda é Paulo; Que os proprietários da Fazenda chamam-se João Correia e Pedro Correia, residentes em Cáceres-MT; Que os declarantes foram contratados para receber o preço de Cr\$ 1.200,00 (Mil e duzentos Cruzados) por alqueire de roçada; Que o entanto ao chegar a Fazenda Cooperativa foram informados que o contrato de trabalho seria modificado; Ou seja receberiam a mesma importância continua.....



— MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA
continuação

a mesma importância mais teriam também que fazer a derrubada da mata; Que pelo Contrato de trabalho as despesas com alimentação e com as ferramentas correriam por conta dos peões; Que os gêneros alimentícios eram vendidos na fazenda aos peões pelo preço de: Cr\$ 600,00 por uma saca de Arroz de 50Kg; Cr\$ 900,00 pela saca de feijão de 50Kg; e Cr\$ 300,00 pela saca de sal de aproximadamente 20Kg; Que os declarantes informam que nesta Fazenda os trabalhadores eram frequentemente espancados pelos "fiscais"; Que os "fiscais" que mais batiam nos peões eram os conhecidos por "Calango", "Negão", Binoel (Bugrão) e Mauro; Que os "fiscais" andavam permanentemente armados na Fazenda, armados de revólver e carabina; Que os declarantes presenciaram o "fiscal" conhecido por Barbosa amarrar com cordão o peão conhecido por "balaninho", deixando-o amarrado das 22:00 hs até às 03:00 hs da manhã; Que os declarantes informam que nesta Fazenda foram espancados cerca de 15 a 20 trabalhadores; Que alguns espancamentos, digo, espancamentos foram presenciados por eles, de outros eles tem conhecimentos por verem o colega todo machucado; Que os declarantes presenciaram o espancamento de 3 peões conhecidos por Antonio Sanches, Cícero e "Grandeão", espancamento este praticado de um só vez contra os três pelos "fiscais"; Que os declarantes podem informar que dois peões que figuram da Fazenda foram apunhados pelos "fiscais" após 04 dias na mata; Que após serem pegos estes peões foram espancados pelos "fiscais"; Que estes peões continuam retidos contra a vontade naquela fazenda; Que tendo em vista o fato de que pela importância contratada, para fazer serviço de roçada e de derrubada, mais o fato dos alimentos serem vendidos por um preço muito alto, os declarantes perceberam que não lhes sobraría nada; Que tendo em vista também estarem amedrontados pelos seguidos espancamentos, os declarantes resolve -

continua....



— MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDONIA —
PROMOTORIA DE JUSTIÇA

resolveram fugir daquela Fazenda; E fizeram assim fugindo com mais 04 companheiros às 22:00hs da sexta-feira dia 12/04/86, em direção a esta Cidade de Cerejeiras onde chegaram somente na sexta-feira dia 18/04/86; Que durante todo o percurso da fuga os declarantes caminhavam por dentro da mata para não serem apanhados pelos "fiscais"; Que durante a fuga foram perseguidos pelos Fiscais inclusive por via aérea; Que os declarantes informam que os "fiscais" tinham por hábito gravar em fita Cassete o choro dos peões quando estes eram espancados; Estes fiscais, digo, "fiscais" nos domingos à noite rodavam estas fitas e se divertiam dando gargalhadas a ouvirem o choro nelas gravados; Que estas fitas bem como o gravador encontram-se em poder do Barracoeiro chamado Mauro; Que os declarantes após chegarem a esta cidade encontram-se alojados no salão Paroquial, recebendo alimentação e pousada que lhe são fornecida pelos Padres locais; Nada mais havendo encerramos o presente termo que vai devidamente assinado pelos declarantes e por nós, Promotores de Justiça.

Antonio Elias Machado

Antonio Elias Machado

Oliveira Francisco dos Santos

Oliveira Francisco dos Santos

Gilmar Antonio Declindo

Gilmar Antonio Declindo

Dr. Osvaldo Luiz Araújo

Promotor

ANEXO IX

Termo de Declarações feito por trabalhadores ("Peões") que denunciaram uma fazenda de Cerejeiras ao Promotor de Justiça da Comarca de Cerejeiras.



— MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA —
PROMOTORIA DE JUSTIÇA

TERMO DE DECLARAÇÕES

Aos ~~quatro~~ quatro dias do mês de Abril de mil novecentos e oitenta e seis, compareceu nesta promotoria os Srs. BENEDITO XAVIER DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, lavrador, com 18 anos de idade, residente e domiciliado Acurizal-Cuiabá-MT, e BENEDITO EURICO DE SOUZA, brasileiro, menor, com 17 anos de idade, lavrador, residente e domiciliado em Cuiabá-MT, rua Filinto Miler nº 14, Vila Santa Izabel, filho de Paulino Ramos da Costa Leite, e de Virgília "Loren-tina de Arrudas os quais prestaram as seguintes declarações: Que foram contratados em Cuiabá-MT pelo "gato" chamado Zé Ari, para virem trabalhar na Fazenda Santa Ana, e para efetuarem roçada e derrubada ao preço de Cz1000,00 por alqueire: Que as despesas de alimentação e ferramentas correriam por conta dos trabalhadores; Que os declarantes vieram de Cuiabá-MT até a sede da fazenda em caminhão tipo pau-de-arara em nº de mais ou menos 70 homens, sendo que, no caminhão não tinha banco; Que da sede da fazenda até o local de trabalho uns 15 Km foram de trator e a pé; Que o preço cobrado por uma saca de arroz era de Cz500,00 o feijão Cz800,00 a caixa de óleo com 24 latas era de Cz\$400,00 a botina Cz285,00; Que os fiscais exigiam trabalho acima do suportável e tendo em vista as despesas elevadas com alimentação o excesso de trabalho bem como as ameaças proferidas pelos fiscais os declarantes percebendo que após a derrubada não sobraria lucro algum resolveram fugir; Que fugiram a fazenda dia 18 tendo chegado a esta cidade no dia 23/04/86; Que os Fiscais conhecidos por Benedito Batista, José Batista e Heroulano andam armados de revólver 38 e Carabina; Que o Gerente da Fazenda chama-se Dionísio conhecido por "Donísio"; Que o Fiscal que mais batia nos peões é o Benedito Batista, principalmente naquelas que fugiam e eram recapturados; Que os peões fugitivos apanhavam de revólver, sendo que no local de trabalho ele fazia os trabalhadores cortarem um cipó chamado "cravinhô" e faziam os próprios colegas baterem nos seus semelhante e caso não fizessem apanhariam também;

continua.....



— MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA —
PROMOTORIA DE JUSTIÇA

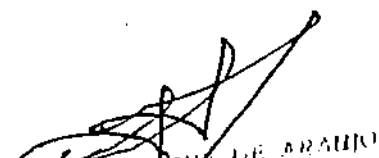
—continuação—

Que os declarantes viram pessoalmente o fiscal chamado Benedito Batista surrar 4 trabalhadores; Que estes eram fugitivos; Que tem conhecimento de que existem menores ali trabalhando em nº de mais ou menos 08 pessoas; Que hoje completa 02 meses que estão trabalhando nesta Fazenda; Que o nome correto do "gato" que os contratou em Cuiabá-MT é "JARI"; Que os trabalhadores tem que trabalhar ininterruptamente, digo, ininterruptamente só descansando à noite? Que os trabalhadores estão sob os cuidados dos padres desta Cidade. Que nada mais havendo encerramos o presente termo que vai devidamente assinado pelos declarantes pela testemunha presente Padre Moacir José Piovezan e por nós Promotores de Justiça.

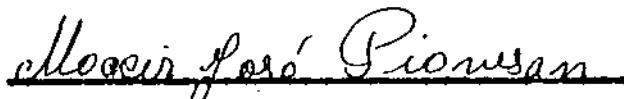
Cerejeiras-RO, 24 de Abril de 1986.


Dr. Charles José Gubert
Promotor de Justiça

Declarante


Moacir José Piovezan
PROMOTOR DE JUSTIÇA

Declarante


Moacir José Piovezan
Testemunha

RELATÓRIO DE DILIGÊNCIAS EFETUADAS NO MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS, COM VISTAS A APURAÇÃO DE DENÚNCIAS FORMULADAS SOBRE EXISTÊNCIA DE ESCRAVIDÃO BRANCA, PELO MINISTÉRIO PÚBLICO, MINISTÉRIO DO TRABALHO, DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, INSTITUTO BRASILEIRO DO DESENVOLVIMENTO FLORESTA e COMISSÃO PASTORAL DA TERRA.

MINISTÉRIO DO TRABALHO:

Em atendimento a determinação verbal do Sr. Delegado do Trabalho em Rondonia, via telefone, me dirigi até Cerejeiras/RO, acompanhado do Sr. Delegado de Polícia Federal, que também tem responsabilidade sobre a área, objeto da fiscalização. Em Cerejeiras, após contatos pessoal com a Pastoral da Terra, Polícia Civil, Promotoria de Justiça e pretensos vítimas da Fazenda São João em Cerejeiras, remanescentes da Cooperativa Velha. Após esse contato preliminar e ouvir as autoridades locais e demais pessoas direta e indiretamente relacionadas às denúncias de espancamento e "ESCRVIDÃO BRANCA", fomos, pessoalmente, vistoriar inicialmente as Fazendas S. João e Cerejeiras, onde, pelas denúncias existentes havia maior incidência em lá chegando, em companhia do representante do Ministério Público em Cerejeiras, Delegado da Polícia Federal e seus Agentes, da Pastoral da Terra e representante do "IBDF", constatamos "in loco" o que se denunciava a muito: empregados trabalhando em regime de "escravidão" (por não terem o direito de reclamarem ou de se deslocarem livremente dentro, inclusive, do próprio âmbito da Fazenda).

Diante da constatação das infrações às normas de proteção ao Trabalho, incontinentemente, lavrei um Auto de Infração sob o nº.: 95030012, datado de 25.04.1986, especialmente ao Artigo 41 - "caput" da CLT. Foi constatado a presença de (97) noventa e sete empregados sem o respectivo registro, em sua quase totalidade de maiores de idade (nenhuma mulher) e, apenas, (04) quatro menores com idades superiores a (16) dezesseis anos. Foi dado, em seguida, a aplicação do Auto de Infração, a oportunidade de se deslocarem livremente, inclusive, de saírem da Fazenda. Seguidamente mais de (70%) setenta por cento se deslocaram em direção à cidade de Cerejeiras, distante do local em mais de (150) cento e cinquenta Kilo-

CONTINUAÇÃO DO RELATÓRIO DE DILIGÊNCIAS EFETUADAS NO MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS/RO.

MINISTÉRIO DO TRABALHO, continuação

Foram ainda vistoriadas as Fazendas Santa Ana, onde não se constatamos nenhuma infringência as normas de proteção ao trabalho; a Fazenda novo Ceste (ex Bordon), a qual se encontra em fase final de mudança da Razão Social. Foi, no entanto, notificada para apresentar toda a documentação pertinente aos empregados da Fazenda e demais documentos obrigatórios, num prazo inadiável de (15) quinze dias ao Posto Regional do Trabalho em Vilhena/RO.

Finalmente em Cerejeiras foi proposto, já com a presença dos proprietários das Fazendas São João e Cerejeiras (inclusive são irmãos), um acordo proposto, digo de nova proposta de emprego (sem a intermediação de "GATOS" e ou Empreiteiros), com todas as garantias de respeito a integridade física, fiscalização efetiva e sistemática do Ministério Público local e Ministério do Trabalho de Vilhena, proposta de aumento substancial no preço da derrubada do alqueire (de Cr\$ 1.100 (Hum mil cem cruzados) para Cr\$ 1.700 (Hum mil e setecentos cruzados), e mais garantia de Contrato de Trabalho, sem intermediário, isto é, entre o contratante (FARMACIARIA) e o contratado (PEÃO), porém, infelizmente, por mais que tentássemos, não foi aceito - qualquer tipo de acordo conciliatório.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL DE VILHENA/RO:

O "180", constatou a irregularidade de desmatamento sem autorização do referido Órgão; sendo lavrado o auto de infração no valor de Cr\$ 21.710,00 (Vinte e Hum mil setecentos e dez cruzados) referente ao ato ilícito. Foram embargados os desmatamentos e efetuada a apreensão de (08) oito tratores, que estavam sendo utilizados no momento em que chegamos ao local. Nada mais.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL:

A Polícia Federal deteu (02) dois elementos que espancavam os trabalhadores e transportou-os para Cerejeiras. Oube-se que havia outros espancadores, um não se encontrava no local e outros (02) dois conseguiram fugir. Durante as operações o Ministério Público Continua Fls. 03

CONTINUAÇÃO DO RELATÓRIO DE DILIGÊNCIAS EM LUIZ DE ALMEIDA DE CARVALHO/RO.

Atividade da Polícia Federal, continuação

Durante as operações o Ministério Público, em representação dos seus representantes legais tiveram participação ativa e o oficial militar permaneceu de prontidão no Quartel, para colaborar. A Comissão Pastoral da Terra, assistiu a tudo. É o relato.

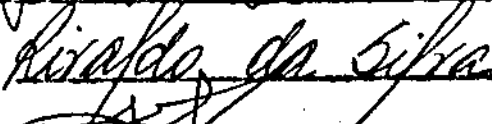
INTERVENÇÃO:

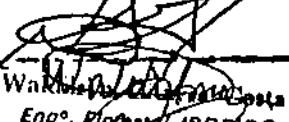
O Juízo de 1ª. desta Comarca, por seus Promotores de Justiça, interessados na manutenção da Ordem Jurídica, e na defesa dos interesses sociais, acompanhou pessoalmente todas as diligências realizadas. Se for constatado no final do Inquérito Policial a ser instaurado, que houve a infração das normas legais, tais como: lesões corporais, constrangimento ilegal ou cárcere privado, promoveremos, pela denúncia, a Ação Penal Pública nos termos da Lei. Nada mais

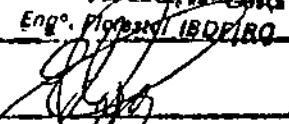
Nada mais a relatar, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que venham a ser necessários.

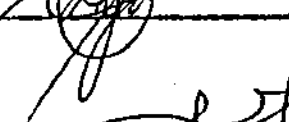
PEREJELHA/RO, 27 de abril de 1986.



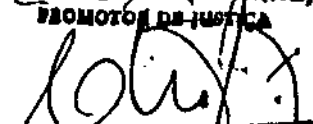
Delegado do Trabalho


Delegado de Polícia Federal


M. Repr. do Ministério Público


Representante do "15 de Novembro"


Representante da Pastoral da Terra


OSKATO LUIZ DE ARAUJO
PROMOTOR DE JUSTIÇA


Dr. Charles José Chabner
Promotor de Justiça

Delegado do Ministério do Trabalho
Delegado de Polícia Federal
M. Repr. do Ministério Público
Representante do "15 de Novembro"
Representante da Pastoral da Terra

ANEXO X

Termo de Declarações de um grupo de "peões" ao Promotor de Justiça, denunciando maus tratos, exploração e privação da liberdade.

TERMO DE DECLARAÇÕES

Aos vinte e seis (26) dias do mês de março do ano de mil novecentos e oitenta e seis (1986), no Gabinete do Delegado Regional do Trabalho, perante o Assistente Jurídico - Dr. FRANCISCO DE CASTRO E SILVA, designado pelo respectivo Delegado aí compareceram os senhores: JOSE DA SILVA BARBOSA, brasileiro, casado, carpinteiro, filho de José Barbosa Filho e Teresinha Maria da Silva Barbosa, FERNANDO DE ARRUDA, brasileiro, solteiro, pedreiro, filho de Natálio Pantaleão de Arruda e Verônica Judite de Arruda e ISRAEL BISPO DE CAMPOS, brasileiro, solteiro, trabalhador rural, filho de Guilherme Bispo de Campos e Neusa Bonifácio de Campos, todos residentes em Cuiabá/Mato Grosso, sito o Bairro Carumbé Vila Vertical nº27 - Conjunto Habitacional, os quais declararam que em fevereiro de 1.986 foram procurados por um indivíduo de nome JOSÉ conhecido por Português residente também em Cuiabá no Bairro do Planalto, o qual convidou os declarantes para trabalharem em Pimenta Bueno/Rondônia com a promessa de pagamento de R\$1.200.000,00 (Um milhão e duzentos mil // cruzeiros) para cada para preparação de um arqueiro de terra (.. derrubar, digo roçar e derrubar). Acertado o preço viajaram num dia de sábado do mês de fevereiro, os quais não sabem indicar / precisamente o dia da viagem. Chegaram em Vilhena e em seguida foram desviados para Cerojeira onde foram colocados em avião já sobre vigilância. Daí então foram direto ao campo de pouso de propriedade de um indivíduo de nome Gauchinho, seguindo a pé // por uma distância aproximada de oito (Oito) km conduzindo merca- doria até a Fazenda do Dr Sérgio. Convém esclarecer que o Dr. Sérgio reside em Cuiabá. Todavia só sabem afirmar que o mesmo é integrante do grupo MAPEM. Logo ao saírem do campo de pouso on- de o avião os deixou deram conta de que já estavam sendo forte- mente guarnecidos por elementos armados. Esclareceram também // que o ônibus que viajaram era da Empresa de Ônibus TUT-Transpor- tes de Cuiabá. Ao chegarem na Fazenda trabalharam mais de um // mês e nunca receberam qualquer pagamento pelo trabalho realiza- do. O trabalho era sempre sobre vigilância de homens armados e tinham conhecimento de que o empregador possuía homens especia- lizados somente em recapitular trabalhadores que se aventurassem a fugir da fazenda e que de nada adiantava pedir para sair pois isto somente se dava quando eles bem entendessem e que nunca ti- veram conhecimento que alguém tivesse conseguido sair. Inclusive um dos declarantes o Israel juntamente com mais dois menores já haviam tentado fugir e foram presos e forçados a retornarem ao trabalho.

- fls 2 -

Declararam também que as quatro horas da manhã já tinham que se levantar para trabalhar sob pena de se levantarem pelos dispare de revólveres nos punhos das redes, os quais continuavam // trabalhando até as 18:00 horas diariamente de segunda a domingo. Existe uma espécie de armazém na Fazenda onde tudo é vendido // muito caro. O contratante prometeu que a viagem era de graça e ao chegarem na Fazenda tomaram conhecimento de que teriam que pagar CR\$500.000 (Quinhentos mil cruzeiros) cada como pagamento da passagem. Declararam ainda que as condições de trabalho eram precaríssimas e que continuam aproximadamente uns 65 (sessenta e cinco) trabalhadores, inclusive quatro (04) menores sem as mínimas possibilidades de saírem daquela escravidão, pois, os declarantes para saírem de lá tiveram que fugir, enfrentando dificuldades as mais diversas dentre elas viajar sob a selva durante 24(vinte e quatro) horas somente para alcançar uma estrada. Nada mais disseram, dando-se por encerrado o presente termo de declaração que depois de lido foi por todos assinado.

Jose da Silva Bilzo
JOSE DA SILVA BARBOSA-Declarante

Fernando de Arruda
FERNANDO DE ARRUDA-DECLARANTE

ISRAEL BISPO DE CARPOS-DECLARANTE...

ANEXO XI

Contrato de prestação de serviço feito entre um "gato" (com firma registrada), e a Agro Pecuária Mirasol Ltda.



Antonio Francisco Sanchez

ADVOGADO

RUA 13 DE JUNHO, 278 - 2.º ANDAR - CONJUNTO 02 - FONE (065) 321-1684 - CEP 78 000

CUIABÁ

MATO GROSSO

- INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GLEBA RURAL. -

- CONTRATANTE - AGRO-PECUARIA MIRASSOL S/A, pessoa jurídica de direito privado, com sede na BR-174, KM 180, município de JAURU-MT, inscrita no CGC-sob nº-03.190.170/-0001-74, neste ato representada pelo seu Presidente, Sr. HONORIO AMADEU, brasileiro, casado, Pecuarista, inscrito no CPF-sob nº-031.975.728/20;

- CONTRATADA - DESMATAR-Desmatamento Aripuanã Ltda, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro nesta Capital, à Av. Presidente Marques, 870, inscrita no CGC - MF-sob nº-03.534.989/0001-01, neste ato representada pelo seu sócio-gerente Sr. BENVINDO MARTINS DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, do comércio, portador do CPF- sob nº 108.297.761/68, residente e domiciliado nesta Capital;

- OBJETO - A contratante na condição de proprietária de uma área de terras, denominada AGRO-PECUÁRIA MIRASSOL LTDA, localizada no município de Jauru, Comarca de Mirassol do Oeste-MT, com a área de 27.000 hectares - aproximadamente, contrata neste ato os serviços da Contratada para efetuar derrubadas, roçadas, queimas e construção de 10 casas de pau a pique cobertas de folhas de coqueiro, cuja avença deverá obedecer as cláusulas abaixo:

PRIMEIRA - A contratada se compromete de iniciar os trabalhos imediatamente, composta de 03 turmas, totalizando 150 trabalhadores, iniciando os trabalhos em ponto a ser determinado pela Contratante, cuja derrubada, roçadas e queimas se darão numa extensão de 200 metros em toda a faixa de divisa da propriedade, respeitando as madeiras nobres;

SEGUNDA - Após a derrubada, a contratada se compromete-



Antonio Francisco Sanchez

ADVOGADO

RUA 13 DE JUNHO, 276 - 2.º ANDAR - CONJUNTO 02 - FONE (065) 321-1684 - CEP 78 000

CUIABÁ

MATO GROSSO

fls.02

a jogar semente de capim fornecida pela Contratante e, -
ainda, de construir cerca de 10 casas de pau a pique, co-
bertas com folhas de coqueiro;

TERCEIRA - Todas as despesas que se fizerem necessãrias,
tais como, transportes do pessoal, alimentação, ou qual-
quer fornecimento aos trabalhadores corre por conta ex/A-
clusiva da contratada, com exceção do fornecimento de /-
carne que correrã por conta da Contratante, cobrando Cr\$
10.000,00 por arroba, a ser descontado no pagamento final;

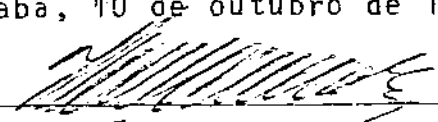
QUARTA - O prazo mĩnimo de duração do presente contra-
to ẽ de 90(noventa) dias;

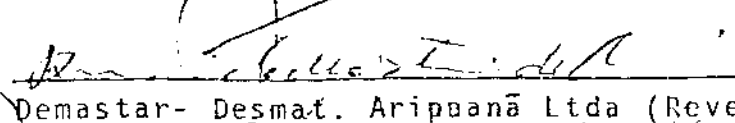
QUINTA - Pelos serviços prestados a Contratante pagarã-
a quantia de Cr\$-400.000,00-(quatrocentos mil cruzeiros)
por alqueire paulista, e Cr\$-1.000.000,00-(hum milhão de
cruzeiros) por casa construida;

SEXTA - A contratante entrega neste ato ã Contratada,-
como adiantamento do pagamento, a importância de Cr\$-
50.000.000,00-(cincoenta milhões de cruzeiros); e com 45
(quarenta e cinco) dias a contar desta data, adiantarã -
cerca de 30% (trinta por cento) e o saldo do pagamento -
no final quando da medição da área desmatada;

Sẽtima - Assim por estarem de acordo, assinam o presen-
te em duas vias, diante de testemunhas, elegendo-se o Fo-
rum da Comarca de Mirassol d'Oeste-MT, para dirimir even-
tuais dũvidas que possam surgir.

Cuiabã, 10 de outubro de 1984


Agro-Pecuãria Mirassol Ltda


Demastar- Desmat. Aripuanã Ltda (Revelia)

Testemunhas

ANEXO XII

Denúncia sobre o desaparecimento de um trabalhador levado para uma fazenda no interior de Mato Grosso.

22

200 1

Denúncia de Francisca Duarte dos Santos,
moradora em Belo Horizonte (denúncia a
ser confirmada)

Seu filho Tadeu Duarte dos Santos, mora
na fazenda Santa Helena, propriedade do
fazendeiro Amâncio Pinto. Situa-se no
município de Bom Jesus, no Mato Grosso

Seu filho foi levado pelo fazendeiro há tem-
pos para esta localidade. Alguém mais o
escreveu. Ela escreve sempre e quem res-
ponde é o fazendeiro, dizendo que o rapaz
está bem, ganhando muito.

Um rapaz que foi com Tadeu para esta
fazenda disse a D. Francisca que conse-
guiria fugir da fazenda e que os traba-
lhadores vivem como escravos, sem direi-
tos, alguns doentes, sofrendo muito, e
sem receber salário, sendo vigiados. Um
de seus companheiros tentou fugir, foi a-
pensionado e, voltado à força para a
fazenda, foi obrigado a trabalhar acorren-
tado.

X X X

Companheiros de CPT - Estas informações vieram
de um amigo de Belo Horizonte, filho
de um dos nossos companheiros de luta. Ele está
pedindo maiores esclarecimentos do rapaz. Mas
achei que, se confirmada a denúncia, é
um caso muito sério, não? Você poderia ver
pessoal e melhor para averiguar isto. E se
forem necessários mais dados, posso ver com
o rapaz de Belo Horizonte

Um abraço

Fernando

AMARY Pinto tem
outro fazenda em
Lana do Bugre -
Faz. Três Marias do Bugre

Faz. S. João de Amary
Pinto.
Faz. Agua Limpa - perto do foz
Amary Pinto

0473
57 5867 TGE

ANEXO XIII

EMPRESAS, LIGADAS AO CAPITAL FINANCEIRO, IMPLANTADAS EM MATO GROSSO ENTRE 1891 e 1929.

Empresa	Ano de Fundaç./Sede		Capital
1. Cie.de Produits Cibilis Matadouro-Descalvados	1895	Bruxelas	5 milhões de Francos
2. Cie.de Caoutchoucs du MT Borracha.	1898	Anvers	1 milhão de Francos
3. Sociéte Ind.et Agric.au Brésil.	1906	Bruxelas	3 milhões de Francos
4. Albuna S.A. Borracha.	1900	Bruxelas	1.35 milhões de Franc.
5. Cie.de l'Urucum Mineração.	1906	Ougrée	4,7 milhões de Franc.
6. Sociéte A.Gahyba Operações Divers.	1913	.x.x.x	1 milhão de Francos.
7. Comp.Mate Laranjeira Erva Mate.	1891	.x.x.x	1.5 milhão de Francos.
8. Laranjeira, Mendes Cia. Erva Mate.	1902	B.Aires	x.x.x.x.x.x.x.x.x.x..
9. Territorial Franco-Bras. Pecuária.	.x.x.	.x.x.x.	.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x
10. Madeira/Mamoré Railway Ferrovia.	1907	.x.x.x	2.3 milhões Libras.
11. Brazil Land,C./P.Co. Agropecuária.	1911	S.Paulo	1 milhão de Dólares.
12.S.A.Fomento Argentino Operações Diversas.	1905	.x.x.x	174 mil Libras.
13.S.A.Rio Branco Prod.Com.Agropecuários.	1913	Montevideu	423 mil Libras.
14.Truste del Alto Paraguay	1909	.x.x.x.	175 mil Libras.
15.Deambrósio/Légrand Cia. Saladeiro.	.x.x.	Montevideu	.x.x.x.x.x.x.x.x.

16. Moali Cia. G. Lesdema Saladeiro.	.x.x.	.x.x.x..	.x.x.x.x.x.x.x.
17. G.C. Dickinson/Pinsdorf Cia. Saladeiro.	x.x.x	.x.x.x	.x.x.x.x.x.x.x.
18. Coxim Gold Dredging Ouro.	1907	.x.x.x.	.x.x.x.x.x.x..x
19. Brumado Gold Dredging Co. Ouro.	190?	.x.x.x	500 mil Pesos ouro.
20. Diamantino Gold Dredging Ouro.	190?	.x.x.x	.x.x.x.x.x.x.x.x.x.
21. Cabaçal Gold Dredging and Exploration Co.	1905	.x.x.x	500 mil Pesos Ouro.
22. Transpacific Mining and Exploration Co.-Ouro.	190?	Austrália	.x.x.x.x.x.x.x.x.x
23. Mato Grosso Gold Dredging Ouro.	1905	B.Aires	1 milhão pesos/ouro.
24. The Brazilian Meat Co. Pecuária.	.x.x.	.x.x.x	.x.x.x.x.x.x.x.x.x
25. The Miranda Estancia Co. Pecuária.	.x.x.	.x.x.x	.x.x.x.x.x.x.x.x.x
26. Sud Américaine Belge S.A. Pecuária.	.x.x.	.x.x.x	.x.x.x.x.x.x.x.x.x
27. The Agua Limpa Syndicate Pecuária.	.x.x.	.x.x.x	.x.x.x.x.x.x.x.x.x
28. Comp. Estrada de Ferro No- roeste do Brasil-Ferrovia.	.x.x.	.x.x.x	.x.x.x.x.x.x.x.x.x.

Fonte: Alves, Gilberto Luiz, p.42-43.

ANEXO XIV

Tabela Número I
Faixas de Idade dos Peões.

Faixas de Idade	Frequencia	Percentual (%)
15 - 19	03	7.5
20 - 24	03	7.5
25 - 29	07	17.5
30 -34	13	32.5
35 -39	06	15.0
40 -44	03	7.5
45 -49	01	2.5
50 -54	01	2.5
55 - 59	02	5.0
60 e +	01	2.5
T O T A L	40	100.0

ANEXO XV

Tabela Número II
Escolaridade dos Peões.

Nível Escolaridade	Frequencia	Percentual (%)
Analfabeto	09	22.5
Primario Incomp.	20	50.0
Primario Compl.	09	22.5
Quinta a 8a.S.Inc.	01	2.5
Quinta a 8a.S.Comp.	01	2.5
T o t a l	40	100.0

ANEXO XVI

Tabela Número III
Situação Anterior dos Peões.

Categorias	Frequencia	Percentual (%)
Pequeno Proprietario	15	22.73
Trabalhador Assalariado		
a) Permanente	03	4.55
b) Temporario	29	43.94
Arrendatario	05	7.58
Parceiro	06	9.09
Posseiro	06	9.09
Pintor	01	1.51
T o t a l	66	100.00

ANEXO XVII

Tabela Número IV

Origem dos Peões.

ESTADO	FREQUENCIA	PERCENTUAL (%)
Rio Grande do Sul	02	5.0
Parana	08	20.0
Sao Paulo	07	17.5
Minas Gerais	05	12.5
Bahia	03	7.5
Sergipe	01	2.5
Alagoas	02	5.0
Ceara	02	5.0
Piaui	01	2.5
Goiás	01	2.5.
Mato Grosso	07	17.5
Mato Grosso do Sul	01	2.5
T o t a l	40	100.00

ANEXO XVIII

Tabela Número V
Ocupação Anterior dos Peões

Ocupação	Frequencia	Percentual (%)
Pedreiro	02	3.70
Fazedor de POCO	01	1.85
Agricultor	15	27.77
Trabalhador Rural	06	11.11
Trabalhador braçal	10	18.50
Servente de Pedreiro	02	3.70
Fotografo	01	1.85
Encanador	02	3.70
Motorista	02	3.70
Pintor	01	1.85
Indefinida	02	3.70
T O T A L	54	100.00

IMPrensa: Manchetes e Notícias de
Jornais sobre escravidão na
Amazônia.

ES - SÃO PAULO - 14-3-79

Fazenda mantinha escravos em MT

Do correspondente em
CUIABÁ

O delegado Joaquim Ramalho dos Santos, diretor do DOPS de Cuiabá, anunciou ontem a descoberta de uma fazenda que mantinha mais de 150 trabalhadores em regime de escravidão, no distrito de Paranatinga, a 600 quilômetros ao norte da Capital do Estado. O delegado anunciou também a prisão de Carahy Jatahyense Brandão de Souza, tido como um dos maiores grileiros de terras do País, e seu filho Carahy Brandão de Souza Filho, de 22 anos, estudante de Arquitetura.

As prisões e a descoberta dos trabalhadores escravos são resultado de uma operação policial chefiada por Ramalho dos Santos, para investigar uma denúncia de porte e uso de armas pesadas, bem como de choques armados, feita por um capitão do Exército diretamente ao secretário da Segurança Pública, desembargador Domingos Sávio de Lima. O delegado contou que, ao chegar ao local, com sua equipe, no último dia 7, constatou que, na véspera, uma serraria e a sede da Fazenda Posto Culvene tinham sofrido um ataque com "fogo cerrado" de pistoleiros. Na noite em que chegou, o próprio delegado enfrentou dois novos ataques "com um tiro-zelo de mais de duas horas".

No dia seguinte — conta o delegado — saímos pela re-

dondeza para investigar onde estariam os pistoleiros que fizeram os ataques, e encontramos um acampamento (a 96 quilômetros de serraria) onde, além de comprovarmos o verdadeiro cativeiro em que vivem 150 homens que trabalham para o empreiteiro de derrubadas, chamado Riveira, apreendemos 40 armas leves e pesadas, dentre elas duas carabinas de repetição calibre 38 e 44, e pelo menos seis mil balas e cartuchos.

Segundo o delegado, esse armamento era usado por 18 "fiscals" do empreiteiro, que espancavam os empregados e os impediam de fugir. Antes da chegada dos policiais, porém, 14 deles fugiram.

O diretor do Dops disse que muitos trabalhadores ficaram de joelhos e pediram-lhe pelo amor de Deus para tirá-los dali. Apesar disso, o policial afirma que não teve condições de trazer os trabalhadores consigo e que isso deverá ser feito nos próximos dias, em uma nova expedição policial.

Segundo o diretor do Dops, os ataques à serraria e à Fazenda Posto Culvene foram feitos com o objetivo de afugentar seus moradores, para que as terras fossem griladas por Carahy de Souza, que já teria grilado aproximadamente 200 mil hectares de terras em Mato Grosso, usando títulos falsos e ataques de pistoleiros.

Em Pontes e Lacerda trabalhadores também estão em regime de escravidão



Peões iludidos viram escravos, diz p. Angelo

COLONIZAÇÃO

Falsa promessa atrai peões para a escravidão e a morte



Mais um caso de escravidão branca foi denunciado na Capital. Agora a denúncia vem de Pontes e Lacerda, na Agropecuária, Florência, e foi apresentado ao deputado Walter Fidélis, que afirmou estarem os trabalhadores sendo explorados. A denúncia também foi recebida pela Fetagri, mas com alguns pontos diferentes dos colocados pelo parlamentar. O denunciante é Paulo Rodrigues, que inclusive perdeu um braço.

(Página 2 e 6).

Escravidão Branca em Diamantino

Cuiabá, 03 de Junho de 1986

Trabalhadores são escravizados e ameaçados em Paranatinga

temente armados de revólveres calibre 38, carabinas 44 e facões. No decorrer destes trabalhos relata o Sr. Adolfo Pereira (contratado) que recusando ir trabalhar certo dia porque se encontrava enfermo com malária, apareceram na barraca os Srs. Nivaldo, Antonio e Domingos "gatos" e o espancaram com cipo, batendo-lhe com a coronha do revólver na bota, onde se nota perfeitamente o sinal de um corte, e ainda desferindo-lhe 3 balacões não acertando porque o mesmo se desenfreada em carreira para o mato e se escondeu. O Sr. Olegário, Maciel de Oliveira, destacado para conchabado chegando atraído um dia com o almeço (arroz e feijão) para os trabalhadores, foi espancado a golpes de facão e cipo, tendo em suas costas violentas marcas da surra, pelos Srs. Nivaldo, Domingos e Antonio.

escravidão hoje no Brasil

Até quando?

Fazendeiros escravizam

03 de Junho de 1986

Trabalhadores são escravizados e ameaçados em Paranatinga

2 mil pessoas, em RO

mais escravidão branca.

23 de Agosto de 1985

Denúncia de escravidão branca também foi levada à Fetagri

'Riviera',

ACOITES E
ESPANCAMENTOS

rei dos "gatos"

um ex-capitão-do-mato

QUEM FOR BRABO
BERRA, MANSO
APANHA

SÃO ESPANCADOS
Não bastassem a reinter-
ração arbitrária — os traba-
lhadores recebem salários
que os "gatos" julgam con-
venientes — eles sequer tem
o direito de deixar o local,
sob pena de serem duramen-
te espancados pelos jagun-
ços que fiscalizam o trabalho.

Irmãos mantidos como escravos em fazenda

FOLHA DE S.P. - 04/07/91

Secretário denuncia trabalho escravo de 65 pessoas em fazenda no Pará

Do correspondente em Belém

O secretário do Trabalho e da Promoção Social do Pará, Roberto Correa, disse ontem que há três meses 65 pessoas eram submetidas a trabalho escravo na Fazenda Santana do Indaiá (a 200 km de Rondonópolis). O secretário foi à fazenda acompanhado por representantes da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Os trabalhadores disseram que pelo menos três peões foram mortos por jagunços em uma tentativa de fuga. Segundo o investigador

Raimundo Moletto, "os pistoleiros Blimba e Lambreta saíram atrás dos peões e voltaram com a roupa, o chapéu e a bolsa que usavam, dizendo que eles haviam conseguido escapar".

A fazenda Santana de Indaiá é de propriedade de Augusto Pereira Vale, e administrada por seu cunhado, Tarley Euvécio Martins, dono da fazenda Caracol. Martins disse que está surpreso e que não tem nada a ver com o assunto. Segundo ele, os trabalhadores foram contratados pelo empreiteiro Adão Franco, de Conceição do Araguaia (750 km de Belém),

para fazer desmatamentos.

Segundo o investigador Moletto, os trabalhadores foram recrutados no Maranhão para receberem Cr\$ 1,5 mil por dia. Após 90 dias, os trabalhadores recebiam apenas um soldo de Cr\$ 6 mil.

As 65 pessoas foram colocadas em liberdade na semana passada. A polícia não conseguiu prender ninguém até o momento.

Segundo a CPT, nos últimos sete anos, 389 pessoas foram submetidas a regime de trabalho escravo no sul do Pará, número que sobe para 454 com o caso da fazenda Indaiá.